

SEGUNDO CICLO DE ESTUDOS
CRIMINOLOGIA

**Arquitetura e Design Prisional e sua
Influência no Comportamento dos
Reclusos**

Ana Rita de Castro Ribeiro

M
2023



Ana Rita de Castro Ribeiro

**Arquitetura e Design Prisional e sua Influência no Comportamento dos
Reclusos**

Dissertação do 2º Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em
Criminologia

Trabalho realizado sob a orientação da Professora Doutora Rita Jorge
Holbeche Tinoco de Faria

Faculdade de Direito da Universidade do Porto

julho de 2023

“Nas cadeias somos tratados PIOR que os animais. Qualquer cadeia. E acho que deviam ter mais respeito pelos reclusos. Somos seres humanos e errar toda a gente erra. Saber reconhecer um erro é inteligência. Vamos sair daqui, foi com uma lição de vida, com outras ideias novas, com outro recomeço na sociedade e sermos boas pessoas. Porque nem todas as pessoas que vem presas são más pessoas. Foram azares na vida, foi complicações, foi o álcool, foi as drogas, foi o estar às vezes naquele momento à hora errada e no dia errado porque somos todos de carne e osso. Todos merecemos uma oportunidade. Eeee acho que a cadeia faz bons homens e maus para quando saírem vão fazer se calhar pior. As pe// a cadeia deixa as pessoas mais revoltadas, outros conseguem aprender a lição “olha não vou mais para aquele caminho, vou para o outro caminho que é o caminho correto”. Muitos escolhem o caminho mau e o caminho mau traz-nos aqui outra vez. A cadeia, se conseguirmos, interiorizar para o lado bem e para o lado de lição de vida vamos ser boas pessoas. Se ficarmos revoltados por ficarmos dentro de uma cadeia não vamos aprender coisas boas porque a cadeia é uma escola de vida.” (50530F)

Resumo

A arquitetura e design prisional são extremamente diversos, o qual se deve à crença de que a arquitetura e design são relevantes para o comportamento dos reclusos, para as suas experiências e para a concretização dos objetivos inerentes à pena de prisão. Esta diversidade arquitetónica tem consequências, podendo influenciar, por exemplo, a reincidência e o número de infrações cometidas pelos reclusos durante o cumprimento das suas sentenças. Daqui poderão decorrer repercussões económicas e sociais. Porém, não existe suficiente evidência relativamente ao efeito que a arquitetura e design prisional poderão surtir para o sucesso dos reclusos na sua adaptação prisional, devido a que os estudos sobre o tema são demasiado escassos (e.g. Beijersbergen, Dirkzwager, Van der Laan e Nieuwbeerta, 2016; Moran, Jewkes e Turner, 2016; Nadel e Mears, 2018).

O objetivo geral deste estudo é compreender a relação entre a arquitetura e design prisional e os comportamentos dos reclusos, mais concretamente, perceber de que forma a arquitetura e design prisional (celas, som, tamanho e localização) influenciam o comportamento de adaptação à prisão pelos reclusos.

Para cumprir com dito objetivo, neste estudo (de natureza qualitativa) foi utilizada uma amostra de reclusos de diferentes estabelecimentos prisionais portugueses. Os reclusos participantes do estudo foram selecionados mediante um processo de amostragem por conveniência, bem como os EPs, cuja seleção ocorreu em função das suas características arquitetónicas e de design (celas, tamanho e localização do EP). Os dados foram recolhidos através de entrevistas semiestruturadas e em profundidade, as quais tiveram de ser especialmente desenhadas para este estudo. Com as mesmas, pretendia-se explorar as experiências e perceção dos reclusos relativamente à influência da arquitetura e design prisional nos seus comportamentos. Pretendia-se, ainda, perceber qual a perceção dos reclusos relativamente à forma como a arquitetura e design prisional influenciam as interações entre reclusos; entre reclusos e guardas prisionais; e as infrações cometidas por reclusos. Também se abordou a perceção subjetiva dos reclusos relativamente a zonas específicas da prisão e elementos arquitetónicos particulares. Na análise dos dados seguiu-se o método de análise de conteúdo.

Palavras-chave: Arquitetura/Design Prisional; Comportamentos dos Reclusos; Adaptação Prisional.

Abstract

Prison architecture and design have been extremely diverse, which as to do with the belief that architecture and design matters to inmates' behavior, their experiences and goals attributed to prison sentences. This architectonic variety has consequences, since it is believed that it can affect, for example, future crime commission and the number of infractions committed by inmates during their sentence. This originates broader social and economic costs. However, there is not enough evidence on the effect prison architecture and design have on the inmates' success in adapting to prison, as studies on the subject are too scarce (e.g. Beijersbergen, Dirkzwager, Van der Laan and Nieuwebeerta, 2016; Moran, Jewkes and Turner, 2016; Nadel and Mears, 2018).

The current investigation aims to: understand the relation between prison architecture/design and inmate behavior. More specifically, it intends to know how prison architecture and design (cells, sound, size and location) influence the inmates' adaptation behavior to prison.

To fulfill this objective, in this study (of qualitative nature), it was used a sample of inmates from different portuguese prisons. The inmates participating in the study were selected through a convenience sampling process, as well as the EPs, whose selection was made according to particular architectural/design characteristics regarding cells, prison size and location. A semi-structured and in-depth interview was specifically designed for this study in order to collect detailed and in-depth experiences, exploring the inmates' perception about prison architecture and design and its influence on their behavior. This includes collecting their perceptions about how prison architecture and design influence the interaction between inmates; between them and prison officers; and on infractions committed. Inmates' subjective perceptions about particular architectonic elements and prison places will also be explored. Data analysis will be done through a content analysis.

Keywords: Prison Architecture/Design; Inmates Behavior; Prison Adaptation.

Agradecimentos

Gostaria de começar por agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Rita Faria, por ter aceitado orientar-me e pela sua paciência, compreensão, exigência e disponibilidade para esclarecer as minhas dúvidas sempre que necessário.

Aos professores que me acompanharam durante a minha licenciatura, cuja paixão e carinho pela Criminologia me motivaram a tirar o curso de Mestrado em Criminologia. Entre ditos professores, deixo um agradecimento especial ao Professor Doutor Cândido da Agra, à Professora Josefina Castro e à professora Doutora Gilda Santos, por estar sempre disponível para me ajudar e apoiar.

Aos Diretores dos Estabelecimentos Prisionais da amostra, pela celeridade das suas respostas e pela disponibilidade que demonstraram desde um início para com este estudo. Agradeço ainda pela simpatia e por me terem feito sentir bem-vinda durante todo o processo de investigação, bem como pelo interesse demonstrado face ao tema sob investigação.

Um especial agradecimento aos participantes deste estudo, sem os quais não teria a oportunidade de completar esta dissertação. Nunca me será possível agradecer o suficiente por todo o carinho, simpatia, esforço e interesse que demonstraram, tendo sido incansáveis durante as entrevistas, ainda que a maioria tenha demorado uma média de uma hora. Estou-lhes imensamente grata pela paciência e entusiasmo e por me terem feito sentir confortável - apesar de estar extremamente ansiosa. Espero que com esta dissertação tenha sido capaz de dar voz a todos vocês e espero conseguir, verdadeiramente, transmitir o que a mim me transmitiram.

À minha família, pelo apoio e carinho, incluindo aqueles que, infelizmente, já cá não estão. Em especial à minha mãe e à minha prima Juliana, pela paciência incansável que mantiveram para comigo durante todo este processo e pelas constantes leituras que fizeram da dissertação.

Aos meus amigos, por serem o meu pilar. Em especial à Catarina, Adriana e Pedro, por me ouvirem pacientemente a falar sobre o tema da minha dissertação durante horas, por acreditarem em mim e por não me deixarem desistir.

Ao Alexandre, por tudo.

Por fim, gostaria de agradecer, no geral, a todos aqueles que contribuíram e me ajudaram a chegar ao fim deste processo.

Índice

RESUMO	I
ABSTRACT	II
AGRADECIMENTOS	III
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA.....	3
1 A PRISÃO.....	3
1.1. Filosofias Penais e os Objetivos da Arquitetura Prisional	3
1.2. A Evolução da Arquitetura e Design Prisional	6
2 ADAPTAÇÃO À PRISÃO	16
2.1. Revisão da Literatura	17
2.1.1 Modelos: Privação e Importação.....	19
3 ARQUITETURA E DESIGN	21
3.1. Estudos Empíricos: Influência da Arquitetura/Design no Comportamento dos Reclusos	22
3.1.1 Localização.....	24
3.1.2 Tamanho.....	25
3.1.3 Celas.....	26
3.1.4 Som.....	28
CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO.....	33
1 OBJETIVOS E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO.....	33
2 METODOLOGIA	34
2.1. Amostra e Procedimentos.....	36
2.2. Instrumento de Recolha de Dados: Entrevista Semiestruturada	41
2.2.1 Guião de Entrevista	42
3 ANÁLISE DE DADOS.....	44

3.1. Análise de Conteúdo	45
CAPÍTULO III – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	48
1. ARQUITETURA E DESIGN PRISIONAL	49
1.1. O Simbolismo da Prisão.....	49
1.2. Celas e Camaratas	51
1.3. Localização.....	55
1.4. Som.....	59
1.5. Tamanho do EP	61
1.6. Corredores	62
1.7. Espaços Identificados pela amostra.....	64
2. ADAPTAÇÃO À PRISÃO	64
2.2. Interação Reclusos – Reclusos	64
2.3. Interação Reclusos-Guardas	65
2.4. Infrações cometidas pelos reclusos	68
3. SUGESTÕES	70
CONCLUSÃO.....	71
LIMITES	72
BIBLIOGRAFIA	74
ANEXOS.....	104

Introdução

A seguinte investigação, elaborada no âmbito do Mestrado em Criminologia, tem como objetivo: **compreender a relação entre a arquitetura e design prisional e os comportamentos dos reclusos, mais concretamente, perceber de que forma a arquitetura e design prisional (celas, som, tamanho e localização) influenciam o comportamento de adaptação à prisão pelos reclusos.**

Os estabelecimentos prisionais¹ são locais onde se cumpre uma pena privativa da liberdade (Latas, 2007), sendo especialmente relevantes no âmbito do sistema de justiça criminal (Johnson, Rocheleau e Martin, 2017). A construção/desenho destes estabelecimentos assenta em determinados objetivos que se pretende atingir, o qual contribui para a sua variedade arquitetónica (e profundas consequências económicas) (Nadel e Mears, 2018). A importância atribuída, neste âmbito, à arquitetura e design², assenta na ideia de que estes elementos irão assumir um papel no comportamento dos reclusos. Por exemplo, a utilização de uma “arquitetura dura” (e.g. janelas gradizadas, paredes de cimento, cores monótonas), segundo Spivake (1984, cit. in Jewkes, 2018, p. 321), influencia a forma como os reclusos se comportam e, inclusive, a sua identidade. Porém, a base empírica e teórica em que esta conceção assenta é limitada (Nadel e Mears, 2018).

Enquanto vários reclusos são capazes de se adaptar à vida na prisão, há outros tantos que não são capazes de lidar com as dores da privação (inerentes aos estabelecimentos prisionais), o qual poderá dar origem a respostas desadaptativas (Sykes, 1958). Segundo o Modelo da Privação, poderemos considerar a arquitetura/design enquanto elementos capazes de contribuir para estas dores da privação. O processo de adaptação varia entre indivíduos e segundo o contexto concreto. A adaptação à prisão dos reclusos pode adotar diversas formas, podendo não coincidir com os desejos administrativos - os reclusos tendem a recorrer ao crime como forma, muitas vezes, de lidar com as emoções negativas que derivam dos efeitos da privação (Leban, Cardwell, Copes, e Brezina, 2016). Estas respostas desadaptativas têm elevados custos, tanto para o sistema de justiça como sociedade.

¹ Segundo a DGRSP (2022b), os estabelecimentos prisionais garantem a execução das penas e medidas privativas da liberdade, contribuindo para a manutenção da ordem e paz social, e para a criação de condições de reinserção social dos reclusos. Em Portugal, “No total de 49, encontram-se classificados (Portaria n.º 13/2013, de 11 de janeiro) em função do nível de segurança (especial, alta e média) e do grau de complexidade de gestão (grau elevado e médio).”

² No âmbito deste estudo, será utilizada a expressão “*design*”, a qual é amplamente conhecida, em vez de se utilizar a tradução literal, que seria “desenho”.

Esta investigação pretende contribuir para a produção de novo conhecimento científico, focando-se numa área relativamente à qual existem poucos estudos empíricos (especialmente qualitativos) - a arquitetura prisional tem recebido pouca atenção académica (e.g. Beijersbergen, Dirkzwager, Van der Laan e Nieuwbeerta, 2016; Moran, Jewkes e Turner, 2016; Morris e Worrall, 2014). Mediante a utilização de uma metodologia qualitativa, foram conduzidas entrevistas a 11 reclusos de cinco estabelecimentos prisionais distintos. Com as entrevistas pretendeu-se obter informação sobre a **perceção dos reclusos quanto à arquitetura e design prisional**; e informação sobre a **influência da arquitetura e design no cometimento de infrações, relações entre reclusos-reclusos e reclusos-guardas prisionais, e sobre elementos da arquitetura e design subjetivos, que não tenham sido previamente referidos ou estudados**. Os estudos existentes tendem a centrar-se em tipologias arquitetónicas (e.g. Panótico, Campus), porém, nesta investigação o foco manteve-se em quatro das características arquitetónicas e de design mais referidas dentro desta matéria (som, celas, tamanho, localização).

A seguinte investigação consistirá, fundamentalmente, em três partes: **(I) Revisão da Literatura**; **(II) Estudo Empírico**; **(III) Resultados**. Na primeira parte, o foco irá cair, inicialmente, sob as filosofias penais e a forma como estas influenciam a arquitetura, design prisional e seus objetivos e, de seguida, passar-se-á por uma exposição da história da arquitetura prisional. Seguir-se-á para uma revisão da literatura com incidência no tema da adaptação à prisão, onde passaremos pelo Modelo da Importação e pelo Modelo da Privação. O primeiro capítulo será finalizado com os conceitos de arquitetura e design e a exposição de alguns estudos empíricos que estabelecem a relação entre a arquitetura (concretamente: som, celas, localização e tamanho dos EPs) e os comportamentos de adaptação à prisão pelos reclusos. A segunda parte irá conter informação referente à metodologia. Iniciar-se-á o capítulo através da explicação dos objetivos e questões de investigação deste estudo, seguido da descrição da amostra e respetiva caracterização, procedimentos de recolha de dados, o instrumento utilizado e a análise dos dados. Por fim, na terceira parte serão apresentados os resultados da investigação, seguidos de uma discussão, exploração dos limites do estudo, sugestões para investigações futuras e a conclusão.

CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA

1 A Prisão

Esta investigação tocará em dois temas concretos: a **arquitetura/design prisional** e a **adaptação à prisão dos reclusos**. Iniciar-se-á este estudo com uma explicação relativa à relação entre as filosofias penais, a arquitetura/design prisional e respetivos objetivos. Posteriormente, será feito um resumo sobre a evolução histórica inerente à arquitetura dos estabelecimentos prisionais (onde se dará destaque a três autores de especial relevância para esta investigação: Beccaria, John Howard e Bentham). Pretende-se, com isto, perceber quando é que a arquitetura começou a ser considerada relevante para o contexto prisional e como é que começou a ser associada aos reclusos, seu comportamento e evolução.

1.1. Filosofias Penais e os Objetivos da Arquitetura Prisional

Segundo Nadel e Mears (2018), a construção de prisões, tanto no passado como na atualidade, depende de um diverso número de designs. Estas variações na arquitetura prisional têm um propósito, dependendo dos objetivos que se pretenda alcançar (Nadel e Mears, 2018, p. 1). Segundo autores como Beijersbergen et al. (2016), Johnston (1973), Moran e Jewkes (2015), Nadel e Mears (2018) e Waid e Clements (2001), períodos distintos tendem a associar-se a filosofias penais distintas, as quais, por sua vez, se associam a designs prisionais e objetivos distintos.

Francesco Milizia, em “*Principj di architettura civile*”, publicado em 1785, já tinha apresentado o princípio de que o design dos estabelecimentos prisionais deverá seguir os propósitos inerentes à pena de prisão. Segundo o autor, nas instituições de maior segurança, o estilo/design do estabelecimento deverá ser mais duro – “... *high and thick walls with savage-like appendages which throw forth the most horrible shadows*”. Nos estabelecimentos prisionais tudo deverá inspirar “*darkness, threatening, ruins, terror*”, o que, segundo o autor, iria controlar o crime entre os cidadãos (dissuasão) (cit. in Johnston, 1973, pp. 15-16).

Segundo Nadel e Mears (2018), os principais objetivos da arquitetura prisional são três: **segurança, retribuição** e **custos-eficiência**. No geral, todos os estabelecimentos prisionais (EPs) pretendem concretizar estes objetivos, porém, a importância que atribuem a cada um deles difere segundo as filosofias penais que estiverem a ser defendidas no momento.

Uma das principais preocupações inerentes ao design e administração das prisões refere-se à **segurança** (Jewkes, 2007; Lewis, 2005; Owers, 2007). Segundo Nadel e Mears (2018), a intenção original inerente à reclusão era a da incapacitação. Os estabelecimentos prisionais modernos continuam a servir um objetivo similar: proteger a sociedade, através da remoção dos

reclusos da população. Porém, não é apenas a sociedade que se pretende proteger com a pena de prisão. É igualmente fundamental garantir a segurança dos reclusos no interior dos estabelecimentos prisionais. Para este fim são adotadas medidas de segurança que visam garantir o bem-estar dos seus habitantes, bem como a aplicação de medidas de dissuasão e reabilitação como meio de proteção da sociedade, indo-se para além da mera remoção do recluso do meio social³ (Nadel e Mears, 2018).

As **medidas de segurança** adotadas em meio prisional são definidas como mecanismos de vigilância ou de restrição. Estas medidas visam controlar o comportamento dos reclusos, reduzindo as oportunidades para o cometimento de comportamentos impróprios/infrações (Kenis, Kruyen, Baaijens e Barneveld, 2010; Lewis, 2005). Este objetivo poder-se-á concretizar, mediante o uso de designs que implementem a capacidade de vigilância dos guardas (Nadel e Mears, 2018), tais como, por exemplo, o panótico, do qual se falará mais à frente. Quando se desenha ou planeiam as prisões, também se tem em consideração a limitação dos movimentos dos reclusos, restringindo-se as zonas até onde podem ir ou entrar ou, mais precisamente, restringindo as zonas da prisão onde é possível os reclusos passarem despercebidos (reduzir os pontos cegos dentro da prisão) (Foucault, 2020).

A **dissuasão** assenta no medo pela punição (Paternoster, 2010). Com o objetivo de dissuadir comportamentos indesejados, durante e após a reclusão, as prisões são desenhadas de forma a serem desagradáveis (Armstrong e McAra, 2006). Por exemplo, durante finais do século XVIII e primeira metade do século XIX o design dos estabelecimentos prisionais inspirou-se, em grande medida, num tipo de arquitetura gótica. O estilo gótico caracteriza-se pela sua aparência imponente, pesada, sombria e melancólica, esperando-se que transmitisse terror e impressionasse os espectadores (com o objetivo de os dissuadir de cometer crimes, sob a ameaça de poderem ser aprisionados nestes estabelecimentos). O objetivo de dissuasão é expresso da seguinte forma:

“(...) The exterior of a prison should, therefore, be formed in the heavy and sombre style, which most forcibly impresses de spectator with gloom and terror. Massive cornices, the absence of windows or other ornaments, small low doors and the whole

³ A segurança é um elemento que não depende meramente da “segurança passiva”, a qual inclui a utilização de grades, muros altos e dispositivos eletrónicos. Também requer “segurança dinâmica”, que se baseia nas interações positivas e relacionamentos entre reclusos e os funcionários da prisão, que, por sua vez, reduz o número de infrações cometidas pelos reclusos (para uma síntese ver Beijersbergen et al., 2016, p. 844).

structure comparatively low, seem to include nearly all the points necessary to produce the desired effect.” (Wilkes, 1810, cit. in Johnston, 1973, p. 26-27).

A **reabilitação** é comumente descrita enquanto instrumento de reforma ou controlo dos comportamentos dos reclusos (e.g. Molleman e van Ginneken, 2015;). Segundo Behan (2014), a reforma visa a mudança pessoal e transformação dos indivíduos. Porém, também poderá ser um instrumento de controlo (Irwin, 1980). Na ascensão do século XXI existe uma forma “autoritária” de reabilitação, que procura moldar o pensamento dos reclusos segundo um padrão pré-determinado, de forma a criar conformidade (Rotman, 1990). Apesar de as prisões, há já vários séculos, terem como objetivo a reabilitação, os mecanismos através dos quais se pretende conseguir isso mudam ao longo do tempo (Nadel e Mears, 2018). Em partes do mundo onde a “*new punitiveness*” dos Estados Unidos e Reino Unido (entre outros) não foi adotada, os designers das prisões centraram-se na função reabilitativa da reclusão, experimentando formas de arquitetura penal altamente progressivas e aperfeiçoadas. Neste âmbito, no interior das prisões, utiliza-se mobília suave/cómoda, zoneamento de cores, a exploração máxima da luz natural, exposição de arte e esculturas e existe a possibilidade de se visualizar a natureza através de janelas sem grades (Dominique, 2015).

A **retribuição**, a seguir à segurança, é um dos objetivos mais comuns associados aos estabelecimentos prisionais (para uma síntese, ver Nadel e Mears, 2018). Segundo esta perspetiva, o principal objetivo da prisão deveria ser o de criar sofrimento e desconforto aos reclusos; a prisão deveria ser “*a place of real suffering, painful to the memory, terrible to the imagination*” (Morris, 2002, p. 175). Segundo esta filosofia, os reclusos não deveriam viver melhor, ou ter melhores condições de vida, do que os cidadãos cumpridores da lei⁴ (e.g. Foucault, 2020; Irwin, 1980; Santos e Santos, 2016). Alguns vestígios da filosofia retributiva são visíveis na arquitetura prisional, por exemplo, o uso de uma arquitetura dura (janelas gradeadas, paredes de cimento, chão de superfície dura, cores monótonas, mobília desconfortável e indestrutível) (Jewkes, 2018).

O último objetivo associado ao design prisional é o **custo-eficiência** (para uma síntese, ver Nadel e Mears, 2018). Segundo Armstrong e McAra (2006), as prisões não deveriam ser apenas

⁴ O panóptico é um excelente exemplo de arquitetura desenhada com o objetivo de retribuição. Segundo a descrição de Foucault, o panóptico não passa de uma “*(...) cruel and ingenious cage*.” Por Bentham visualizar o seu design com uma finalidade punitiva e retributiva: “*Cell construction was to be the lowest quality acceptable to maintain humane standards*” (Foucault, 1977, cit. in Nadel e Mears, 2018, p. 6).

funcionais, mas também eficientes. A eficiência depende, no geral, não apenas das despesas financeiras, mas também da soma total dos custos e benefícios que derivam de um determinado design prisional (Nadel e Mears, 2018). Por exemplo, a construção de EPs de grandes dimensões implica um aumento considerável das despesas, incluindo da sua manutenção, sendo este um dos motivos pelo que se começou a construir prisões mais simples e de menores dimensões. O mesmo em relação aos muros que tipicamente rodeiam os estabelecimentos prisionais, tendo surgido designs que visavam contornar a sua utilização. Mediante a utilização de designs que promovam a interação entre reclusos e guardas prisionais e que reduzam a existência de “*blind spots*”, aumentar-se-á a vigilância no interior do estabelecimento, o qual, por sua vez, reduzirá as oportunidades para o cometimento de infrações. Assim, evitar-se-ão despesas inerentes, por exemplo, a atos de vandalismo (Johnston, 1973; Zupan, 1991, p. 67).

1.2.A Evolução da Arquitetura e Design Prisional

Neste tópico, a fonte principal foi a obra “*The human cage: A brief history of prison architecture*”, do Dr. Johnston (1973), onde é apresentada a história da arquitetura prisional.

a. Reforma das prisões desde 1780, até às influências americanas

O período “Humanitário” ou “século das luzes” nasceu no século XVIII (Garutti e Oliveira, 2012, p. 9). Até este ponto, as penas eram pensadas para que fossem o mais cruéis possível. As duas últimas décadas do século XVIII foram testemunhas de uma notável afluência de reformadores influentes. Entre estes destacaram-se **Beccaria** e **Jeremy Bentham**, os quais incitaram a reforma da lei criminal e uma menor utilização da punição capital; e **John Howard**, que expos as miseráveis condições das prisões da época (Johnston, 2009; Zupan, 1991). As reformas que ocorreram no seio do sistema de justiça visavam substituir as penas corporais e capitais pela reclusão (Zupan, 1991).

Em 1764, Cesare Bonessana (1738-1794) publicou uma obra que viria a mudar o rumo do Direito Penal (Faria e Agra, 2012; Garutti e Oliveira, 2012). A obra, denominada “*DEI DELITTI DELLE PENE*”⁵, tornou-se numa referência para a transformação das formas de execução das penas (Garutti e Oliveira, 2012, p. 9). Com o surgimento desta obra, ocorreu uma revolução ao nível dos estudos sobre o direito penal. Uma consequência direta disto foi

⁵ “Dos Delitos e Das Penas”.

a abolição da pena de morte em quase toda a Europa, juntamente às penas corporais⁶ e às de infâmia, que aos poucos foram sucumbindo, **cedendo lugar às penas privativas da liberdade** (Garutti e Oliveira, 2012) **Isto deu início à construção de inúmeros estabelecimentos prisionais**⁷ (ibid.). Desde inícios do século XIX que a detenção legal passou a abranger a privação da liberdade e a transformação técnica dos indivíduos (Foucault, 2020). Foram três, os princípios inerentes à transformação prisional: o **isolamento** (isolamento do condenado em relação ao mundo exterior e isolamento recíproco dos reclusos); o **trabalho**; e a **reabilitação** do recluso (ibid.).

John Howard (1726-1790) foi igualmente importante (Faria e Agra, 2012). A sua maior preocupação foi a humanização do sistema penitenciário. John Howard teve contacto direto com a situação degradante das prisões. Após ter viajado por diversos países da Europa, verificou que as condições das prisões da época se repetiam, consistindo em locais húmidos, sem ventilação nem luz e infestados por vírus, piolhos e carrapatos, fonte de inúmeras doenças (Garutti e Oliveira, 2012). Em 1777 publicou a obra “*The state of prisons in Inland and Wales*” - um de seus maiores contributos. Nesta obra, o autor defendeu a necessidade de um tratamento mais digno dos reclusos e de serem construídos EPs mais adequados (Bitencourt, 1993, p. 45, cit. in Garutti e Oliveira, 2012, p. 12; Johnston, 1973).

Por fim, outro autor fundamental para este contexto foi Jeremias Bentham (Faria e Agra, 2012), o qual, num momento posterior, discutiu a questão penal com o objetivo de tornar as prisões mais humanas, tendo criado uma tipologia arquitetónica denominada Panóptico⁸.

As casas de trabalho, prisões locais e casas de correção construídas na Grã-Bretanha (e na Europa em geral), durante os séculos XVII e XVIII, chegaram ao final do século XVIII num estado de elevada deterioração. Quando o público se tornou consciente desta situação, durante 1780, iniciou-se um movimento de reforma em Inglaterra, que se expandiu para o resto da Europa⁹ e para as Américas. Até certo ponto, este movimento teve início graças ao trabalho de

⁶ Será utilizada a expressão “penas corporais”, em vez de “penas físicas”, por ser esta a expressão utilizada por Dias et al. (2012), Foucault (2020), Garutti e Oliveira (2012), Latas (2007) e Rodrigues (2000). Segundo Latas (2007), as penas podem ser de diversas espécies. Quanto ao seu objeto (natureza dos direitos afetados pela pena, sob a forma da sua privação ou restrição), estas podem ser penas corporais. O autor descreve as penas corporais como “as que atingem o direito à vida ou à integridade física” (p. 94).

⁷ Com a Reforma Penal e das Prisões, de 1 de julho de 1867, não só foi abolida a pena de morte, como foi instituída a pena de prisão maior celular, criando para o efeito as Cadeias Penitenciárias (DGRSP, 2022b).

⁸ No ponto 1.2, esta tipologia arquitetónica será aprofundada, juntamente a outras igualmente relevantes.

⁹ Segundo Gonçalves (2002), as modificações que ocorreram em Portugal relativamente à construção de estabelecimentos prisionais e sua evolução, seguem de perto as de outros países, principalmente até à década de 60, altura em que foram terminados de construir, pelo menos em Portugal, os últimos estabelecimentos prisionais de grande porte (EP do Porto e EP de Vale de Judeus). Esta mesma ideia é reforçada por Dias et al. (2012), segundo

John Howard (Johnston, 1973). Segundo Johnston (1973), poderá dizer-se que, antes de John Howard dar início às suas investigações em relação às condições das prisões e dos próprios edifícios prisionais, **ainda não existia uma filosofia penal coerente ou uma arquitetura prisional auto-consciente.**

Na Grã-Bretanha, a atenção do público e os debates sobre a prisão levaram a que fosse criada **uma filosofia penal coerente**, ou pelo menos uma consideração mais detalhada quanto à construção das prisões. **Com a prisão, esperava-se punir** (Johnston, 1973). Neste ponto estava claro, através dos escritos de Howard e testemunhos do comité parlamentar, que a reforma dos reclusos era pouco provável, pois estes surtiam influências entre si durante a reclusão, reforçando os traços que os levaram, inicialmente, para a cadeia. Durante esta época, a utilização de celas individuais foi considerado demasiado dispendioso e inconveniente, pelo que a **vigilância constante, rigorosa e invisível** tornou-se na alternativa indispensável para uma “...*good jail design and administration*...” (Johnston, 1973, p. 17).

Foram tomadas diferentes medidas, propostas através da conjugação do trabalho de arquitetos, oficiais de justiça, diretores de prisões, construtores profissionais e pedreiros. Neste âmbito foram sugeridos alguns designs, os quais passaram a ser utilizados como modelos para a construção de prisões por todo o mundo e durante vários anos. Estes designs limitaram-se, principalmente, a três grupos: forma **retangular**, a qual se inspirou, em grande parte, nas prisões do início do século XVIII e em construções eclesiásticas; as formas **circulares**, incluindo várias matrizes poligonais; e a forma **radial**, a qual foi, de longe, a mais prevalente na Grã-Bretanha desde 1790 (Johnston, 1973; Waid e Clements, 2001).

Segundo Johnston (1973), o exemplo mais relevante do uso de construções circulares em EPs, durante o século XVIII, é o **Panótico**. O Panótico foi um design proposto por, tal como previamente referido, Jeremy Bentham. George (2008) refere que o Panótico se assemelha consideravelmente ao modelo de Pensilvânia, do qual falaremos mais à frente.

O Panótico é um design que tem como objetivo principal estabelecer o **controlo através da observação** (Bentham e Božovič, 1995), seguindo uma **filosofia de vigilância constante e rigorosa**¹⁰. Nadel e Mears (2018) referem ainda que o design inerente ao Panótico tem como objetivos a **segurança** e a **retribuição**. O Panótico baseia-se num edifício anelar na

os quais Portugal acompanhou os países mais desenvolvidos da Europa e América do Norte no que diz respeito ao surgimento das instituições penais modernas e questões inerentes à sua organização e o fim das penas.

¹⁰ Segundo Johnston (2009), graças aos seus trabalhos, John Howard acreditava que a arquitetura assente na vigilância tinha a capacidade de mitigar a desordem, dissuadindo os reclusos de cometer infrações.

periferia e com uma torre no seu centro, a qual deverá ter grandes janelas que se abrem sobre o lado interior do anel. O edifício periférico está dividido por celas, tendo cada uma duas janelas, uma voltada para o interior, correspondendo às janelas da torre, e outra para o exterior, permitindo que a luz atravessasse totalmente as celas. Cada indivíduo está trancado numa cela, de onde é visto de frente por um vigilante, mas os muros laterais impedem-no de ver os restantes reclusos (ibid.). A invisibilidade do olhar do guarda que está a observar é a chave deste design (Bentham e Božovič, 1995). Neste modelo existiam tubos de comunicação que conectavam cada cela à torre do guarda prisional, situada no centro. Desta forma, **o guarda prisional poderia manter uma vigilância dos reclusos contínua e invisível, tanto visual como auditiva** (Johnston, 1973). Algumas das críticas atribuídas a este design referem-se à longa distância entre a casa de vigia e as celas e à pobre acústica¹¹ (George, 2008). Além disto, desencoraja a interação entre guardas e reclusos. A idade que os estabelecimentos com este design têm e as condições ultrapassadas, poderão vir a afetar negativamente a sua atmosfera (Beijersbergen et al., 2016).

Quanto ao design **Radial**, segundo Johnston (1973), se há algum arquiteto que mereça ser considerado seu pai, esse alguém é William Blackburn, um arquiteto de Londres, amigo e conselheiro de John Howard. O design radial ou em forma de estrela, derivou do uso de um formato em cruz na construção das prisões, sendo este o design que, finalmente, prevaleceria na Europa (Johnston, 1973). Segundo Beijersbergen et al. (2016) e Nadel e Mears (2018), a filosofia deste design assenta nos princípios da **segurança e isolamento**, promovendo a redução das interações entre reclusos-reclusos e reclusos-guardas. Mediante este isolamento os reclusos não teriam a oportunidade de se influenciar negativamente entre si, promovendo a **reabilitação** (Nadel e Mears, 2018). Nadel e Mears (2018) acrescentam como objetivos do design radial a **redução dos custos**, em termos financeiros (o qual não se concretizou). A **retribuição** é um objetivo que não está explicitamente mencionado na literatura, mas que Nadel e Mears (2018) dizem ser importante quando temos em consideração a descrição física do exterior deste tipo de estabelecimento.

Como resultado desta pretensão de isolamento, o design Radial caracteriza-se pela existência de edifícios celulares que convergem num ponto central, onde se situa um centro de inspeção.

¹¹ O formato circular do panótico cria edifícios em forma de tambores, os quais são amplificadores naturais. Tendo em consideração as atividades do dia-a-dia na prisão (e.g. falar, tomar banho, fechar portas...), o nível de barulho ambiental em edifícios com este design é tão amplificado, que conversas normais soam como se fossem gritos, o qual poderá aumentar de stress (George, 2008).

Possui celas individuais voltadas para o exterior, as quais são suficientemente largas para que os reclusos possam trabalhar no seu interior. A área exterior, que é comumente utilizada pelos reclusos para se exercitarem, é separada por muros para impedir que os reclusos falem entre si. As celas do segundo andar são ainda mais largas, subdividindo-se em dois quartos, um dos quais servia enquanto cela principal e o outro como espaço para uso recreativo e laboral individual (Johnston, 1994, cit. in Waid e Clements, 2001). A principal crítica a este modelo tem como alvo o seu tamanho, por ser demasiado grande, aumentando em demasia os custos administrativos (ibid.). Adicionalmente, este design dificulta a supervisão dos reclusos pelos guardas prisionais (Johnston, 2009).

b. Desenvolvimento e competição entre sistemas durante o século XIX

Até este ponto da história, as inovações em termos da arquitetura centraram-se, entre 1780-1820, particularmente na Grã-Bretanha. Mas deste ponto para a frente, o desenvolvimento de filosofias prisionais coerentes e respetiva arquitetura característica, centraram-se no norte da América, especialmente na Pensilvânia (Johnston, 1973).

Durante o século XIX, a reforma prisional foi marcada pela rivalidade entre dois sistemas de tratamento penal, um desenvolvido na Pensilvânia e outro em Nova York (Johnston, 2009). Os reformadores de Filadélfia eram constituídos por um grupo proeminente de cidadãos, horrorizados com as condições das prisões da época. Com as suas filosofias e sistema (o sistema de Filadélfia ou Pensilvânia), esperavam conseguir ter efeitos reformadores nos reclusos. Para reabilitar os reclusos, consideravam que era necessário evitar que estes se influenciassem entre si, pelo que implementaram uma filosofia de isolamento total (ibid.).

Desde o momento em que abriu, em 1829, a prisão oriental, Cherry Hill, foi considerada uma instituição famosa e controversa. Esta prisão foi construída por John Haviland, o arquiteto selecionado pelos reformadores de Filadélfia. Face à situação concreta, Haviland decidiu basear-se num design radial. Apesar de as prisões de Haviland nunca terem tido uma influência direta na arquitetura das prisões americanas, tornaram-se no protótipo para a maioria de construções prisionais ao longo do mundo durante o século XIX. Com base no sistema adotado – **sistema de isolamento de Pensilvânia** -, os reclusos passavam a sentença inteira dentro das suas celas (isolamento diurno e noturno). Cherry Hill tornou-se no alvo da polémica iniciada pelo confronto com um sistema americano rival (Auburn) (Johnston, 1973).

Nos países mais pequenos da Europa Ocidental, onde apenas algumas prisões grandes foram construídas, a arquitetura seguia quase sempre o padrão das prisões de Cherry Hill e Pentonville. Este é o caso de Portugal. Portugal construiu uma prisão de grandes dimensões em Lisboa¹², durante 1880, seguindo os modelos belgas. Outras duas prisões foram construídas em forma de cruz em Coimbra e Santarém (Johnston, 1973). O sistema de isolamento de Pensilvânia ou Filadélfia começou a apresentar problemas. Segundo Johnston (1973), este sistema causava efeitos adversos na saúde física e mental dos reclusos, e as despesas inerentes à construção e manutenção dos estabelecimentos que adotavam este sistema, eram demasiado elevadas. Apesar disto, tanto este sistema como o estilo radial não foram rapidamente substituídos no que diz respeito à Europa (contrariamente ao que decorreu nos Estados Unidos). Nos Estados Unidos era dada preferência a um sistema rival, usado como alternativa e que, geralmente, era adotado juntamente com a arquitetura que lhe era associada: o sistema de Auburn (ibid.).

O Sistema de Auburn, apresentado por Elam Lynds, desenvolveu-se no Estado de Nova York, nas prisões de Auburn (1816) e Sing Sing (Johnston, 1973; Waid e Clements, 2001). Este sistema propõe que os reclusos trabalhem em grupo durante o dia (em pleno silêncio), e que durante a noite prevaleçam em isolamento nas suas celas (ibid.) - isto devido a que na altura se considerava "*that a regimen of silence and penitence would prevent cross-infection and encourage behavior improvement in [inmates]*" (Travisono, 1978, cit. in Waid e Clements, 2001, p. 4). O modelo de **Auburn**¹³, segundo Travisono (1978, cit. in Waid e Clements, 2001), foi criado como resposta às crescentes doenças, físicas e mentais, que começaram a emergir entre a população reclusa. O tipo de design proposto para este modelo tem capacidade para acolher um elevado número de reclusos num espaço relativamente pequeno, o qual seria uma solução mais económica e aumentaria a segurança e capacidade de vigilância (Johnston, 1973). Porém, estes estabelecimentos eram demasiado grandes e sinistros, sendo considerados opressivos e com escassas oportunidades para a implementação de esforços reabilitativos (Waid e Clements, 2001). Adicionalmente, este modelo não dá abertura para que se estabeleçam interações positivas entre reclusos e funcionários do EP (Farbstein, 1986).

c. Desenvolvimentos do século XX

¹² Entre 1885 e 1913, no EP de Lisboa vigorou o modelo de isolamento total de Pensilvânia, sendo substituído pelo modelo de Auburn durante o período de 1913 até 1927 (Dias et al., 2012).

¹³ Em 1844, em Portugal, a Câmara dos Deputados discutiu um projeto de lei que tinha como objetivo implantar em Portugal um sistema penitenciário semelhante ao de Auburn (Rodrigues, 2000).

A grande precipitação na construção das prisões que decorreu durante a última metade do século XIX, foi seguida por 30 anos de relativa inatividade¹⁴ (Johnston, 1973; Waid e Clements, 2001). Já existiam duas soluções arquitetónicas base, que tinham como objetivo abrigar um grande número de homens com necessidades de segurança elevada – o plano radial, desenvolvido por Blackburn, Haviland e Jebb, e o design associado ao sistema de Auburn. À medida que as **filosofias reabilitativas e objetivos prisionais** se foram diversificando, desenvolveu-se um terceiro design que visava dar resposta a estas mudanças (o qual adquiriu grande importância): **Poste Telégrafo**¹⁵ (Johnston, 1973).

Segundo Nadel e Mears (2018), o Poste Telégrafo foi o design arquitetónico mais proeminente da época, substituindo o Radial. O objetivo primário deste design, foi o de aumentar a **segurança** (Johnston, 2009; Waid e Clements, 2001), restringindo os movimentos dos reclusos (Johnston, 2009), seguido da **dissuasão e reabilitação** (Nadel e Mears, 2018). Poderá haver, igualmente, um objetivo de **redução dos custos** ao nível da construção, visto estarmos perante um design muito simples (ibid.). O design do Poste Telégrafo caracteriza-se por várias filas de edifícios, paralelas entre si, com vários andares ou pavilhões, os quais se conectam por um ou dois corredores principais (Johnston, 2009). Os corredores onde estavam os blocos de celas ficaram conhecidos por serem dramaticamente longos¹⁶, fazendo com que os guardas tivessem dificuldade em observar todos os reclusos de forma contínua. Devido à capacidade destes estabelecimentos para

¹⁴ Durante o período exuberante da reforma prisional, entre o final do século XVIII e inícios do século XIX, manteve-se um interesse ardente na arquitetura prisional, no qual participaram os melhores arquitetos da época. Mas este período de vitalidade foi seguido por um período de sonolência, quando uma série de arquitetos medíocres e inexperientes começaram a copiar-se entre si e a copiar os modelos do passado. Após gerações de cópias do plano radial, depois do auburn e, por fim, do poste telégrafo, no século XX a arquitetura prisional parece começar, uma vez mais, a entrar num período de inovação, vitalidade e criatividade (Johnston, 1973; Waid e Clements, 2001).

¹⁵ Em outubro de 1961 foi criada a “(...) Brigada de Trabalho Prisional do Porto (...) para trabalharem nos alicerces do edifício que viria a ser o Estabelecimento Prisional do Porto. Após várias transformações, a tipologia arquitetónica adotada foi a vulgarmente chamada de "poste telegráfico." (Disponível em <https://dgrsp.justica.gov.pt/Justi%C3%A7a-de-adultos/penas-e-medidas-privativas-de-liberdade/Estabelecimentos-prisionais/%C3%81rea-territorial-alargada-do-tribunal-de-execu%C3%A7%C3%A3o-de-penas-do-Porto/Estabelecimento-Prisional-do-Porto> [acedido em 26 de agosto de 2022]). O Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus, cuja construção iniciou em 1960 e finalizou em 1974, adotou o mesmo tipo de design. As instalações do EP de Vale de Judeus “(...) constituem-se por quatro pavilhões de três pisos, em sistema de "poste telegráfico" (...)” (Disponível em <https://dgrsp.justica.gov.pt/Justi%C3%A7a-de-adultos/penas-e-medidas-privativas-de-liberdade/Estabelecimentos-prisionais/%C3%81rea-territorial-alargada-do-tribunal-de-execu%C3%A7%C3%A3o-de-penas-de-Lisboa/Estabelecimento-Prisional-de-Vale-de-Judeus> [acedido em 14 de julho de 2022]).

¹⁶ Devido ao tamanho dos corredores dos estabelecimentos desenhados através do plano de poste telégrafo, os funcionários destes estabelecimentos tinham de se movimentar através de bicicletas quando desejavam ir de uma ponta de um corredor até à outra (Johnston, 1973).

acolher uma grande quantidade de reclusos, há um aumento das dificuldades inerentes ao controlo de motins (Johnston, 2009).

Convém fazer uma breve menção a outro tipo de design, alvo de uma breve popularidade entre 1930 e 1940 (Johnston, 1973). Geralmente, no passado, as construções públicas eram construídas com a forma de um quadrado vazio que se fechava em si mesmo. Este plano era pouco apelativo até que se dispensou o muro inerente às prisões. O plano de “*self-enclosing*” começou a parecer ser um substituto seguro dos muros, que eram extremamente dispendiosos. Segundo Johnston, este modelo é visível na prisão Central do Norte do Porto e na Prisão de Linhó (1973, p. 49), cuja tipologia arquitetónica é denominada Concentracionária ou Ferradura.

Após a segunda guerra mundial, a penologia americana começou a desvanecer, acompanhando uma lenta, mas fundamental alteração de orientação. Isto deveu-se a descobertas desconcertantes, fruto dos estudos efetuados pelos penologistas e cientistas do comportamento, relativamente à “*new penology*” (Johnston, 1973, p. 50): a prisão, com todas as melhorias que sofreu durante o século XX, segundo Johnston (1973), aparentava o mesmo nível de ineficácia que tinha desde um início. Uma das principais causas foi a existência de um sistema social alimentado entre os reclusos. Além disso, chegou-se à conclusão de que nem todos os reclusos necessitam ficar em prisões de segurança máxima, começando a insistir-se em prisões mais pequenas e no facto de que não há necessidade de se investir em tanta segurança.

Numa tentativa por ultrapassar esta problemática, pela primeira vez desde as reformas da Pensilvânia e Nova York, durante o início do século XIX, **os arquitetos começaram a focar-se nos reclusos, o contacto dos reclusos entre si e, agora, na forma como esses contactos poderão ser estruturados apropriadamente** (Johnston, 1973). Como resultado, surgiram novos tipos de instituições penais para adultos, desenhadas de forma similar às utilizadas até então apenas para jovens ou mulheres. Este foi o design de Campus (ibid.).

O design do **Campus** foi desenvolvido, numa primeira fase, em França, com o objetivo de acolher mulheres e delinquentes juvenis¹⁷ (Johnston, 2009). Segundo Nadel e Mears (2018), o

¹⁷ Em Portugal foi criado, em 1953, o Estabelecimento Prisional de Tires, cuja disposição arquitetónica é a do Campus (Gonçalves, 2002). Tradicionalmente este Estabelecimento Prisional destinou-se a mulheres, “(...) à exceção do período compreendido entre dezembro de 1984 e abril de 1989, em que comportou também reclusos do sexo masculino (...)” (Disponível em <https://dgrsp.justica.gov.pt/Justi%C3%A7a-de-adultos/Penas-e-medidas-privativas-de-liberdade/Estabelecimentos-prisionais/%C3%81rea-territorial-alargada-do-tribunal-de->

Campus, cuja introdução representou uma mudança fundamental na arquitetura prisional contemporânea, tem como objetivos a **reabilitação** (Johnston, 1973; Wener, 2012), **segurança** e, possivelmente, a **relação custos-benefícios**. Este design caracteriza-se por edifícios autónomos e pequenos, que permitem uma supervisão direta dos reclusos, rodeados por um grande espaço aberto e, tipicamente, com forma retangular (Johnston, 2000, cit. in Morris e Worrall, 2014). Este design promove a **interação entre os reclusos e os guardas prisionais** (Beijersbergen et al., 2016). A construção destes estabelecimentos, ao não utilizar muros altos e torres de vigia, implica muito menos despesas (Morris e Worrall, 2014).

Os designs arquitetónicos dos estabelecimentos prisionais contemporâneos procuram incorporar inovações tecnológicas e inovar os seus programas, de forma a que reflitam as filosofias penais e objetivos atuais (Travisono, 1978, cit. in Waid e Clements, 2001). Os estabelecimentos prisionais pequenos começaram a crescer em popularidade e número, cessando a construção de estruturas grandes e sinistras (Fairweather, 1994; Travisono, 1978, cit. in Waid e Clements, 2001). Em finais do século XX, a localização dos estabelecimentos prisionais e os custos inerentes à sua construção e manutenção, começaram a adquirir uma relevância central no seu planeamento e design (Kessler, 1998, cit. in Waid e Clements, 2001). Os designs arquitetónicos atuais centram-se no conceito de administração penitenciária inerente a um sistema de **Supervisão Direta** (Fairweather, 1994; Wener, Frazier and Farbstein, 1987, cit. in Waid e Clements, 2001). O conceito central de supervisão direta implica a distribuição dos guardas prisionais pelas diferentes unidades da prisão, promovendo a manutenção de um contacto constante e pessoal entre guardas e reclusos (Wener et al., 1987, cit. in Waid e Clements, 2001). "*No trend better illustrates how correctional philosophy ties together officer-inmate behavior and architectural design than the direct-supervision jail*" (Linn, 1993, cit. in Waid e Clements, 2001, p. 7).

Segundo Nadel e Mears (2018), a Supervisão Direta, similarmente ao Campus, tem como objetivo primário a **reabilitação, seguido da segurança e dissuasão**. Tipicamente, os estabelecimentos que assumem um sistema de supervisão direta, tendem a ter um formato triangular, apesar de também poderem ter outros formatos (Waid e Clements, 2001). Constituem-se por pequenos pavilhões empilhados, que formam um edifício de vários andares (design em arranha-céus). Este tipo de design prioriza atividades comunitárias,

[execu%C3%A7%C3%A3o-de-penas-de-Lisboa/Estabelecimento-Prisional-de-Tires](#) [acedido em 14 de julho de 2022]).

unidades pequenas e uma atmosfera “caseira”, tendo presente a ideia de que os reclusos devem ser tratados como “humanos”, pelo que lhes devem ser ensinados comportamentos socialmente aceitáveis através de atividades em grupo (Dubeld, 2001, cit. in Beijersbergen et al., 2016, p. 5).

A supervisão direta promove a **interação entre os funcionários do EP e os reclusos** (Beijersbergen et al., 2016). Por este motivo, são estabelecidos postos de trabalho aptos para que os guardas prisionais sejam capazes de vigiar as atividades diurnas dos reclusos nas salas comuns¹⁸; estes postos de trabalho são construídos de forma aberta, sem barreiras físicas entre reclusos e guardas (Krasnow, 1997 cit. in Waid e Clements, 2001; Zupan, 1991); adicionalmente, as unidades de estabelecimentos que seguem este sistema, não incluem escritórios, promovendo a interação entre guardas e reclusos, e evitando que os guardas passem o tempo fechados num escritório ou escondidos atrás de uma secretária (Zupan, 1991); as unidades comuns são desenhadas com áreas abertas e acessíveis aos reclusos, para reduzir a sensação de reclusão experienciada; nas unidades comuns não deverão ser utilizadas grades, todos os quartos dos reclusos deverão ter janelas, carpetes, móveis e paredes coloridas, tudo isto para ser possível reduzir o ambiente institucional destes estabelecimentos. Deverão eliminar-se todos os possíveis “símbolos da reclusão” (Zupan, 1991, p. 67).

Com o modelo de supervisão direta pretende-se: encorajar interações informais e positivas entre os reclusos e os funcionários do EP, reduzindo tensões e permitindo aos funcionários assistir e aconselhar os reclusos (Zupan, 1991) (o contacto direto entre guardas e reclusos tende a diminuir os atos de vandalismo (Wener et al., 1987, cit. in Waid e Clements, 2001)); Espera-se que a utilização de quartos individuais reduza tensões associadas à precária privacidade dos reclusos; Com a implementação de um ambiente calmo e agradável nas unidades de habitação, pretende-se encorajar sentimentos de orgulho e comportamentos cuidadosos para com estas unidades, reduzindo comportamentos agressivos e destrutivos por parte dos reclusos; Por fim, espera-se que através de características de design, tais como janelas nos quartos, o sentimento de exclusão que os reclusos sentem por parte da comunidade diminua (Zupan, 1991).

No geral, este tipo de estabelecimento tem menos incidentes violentos reportados e os casos de agressão sexual são virtualmente inexistentes (Fairweather, 2000). Porém, a administração

¹⁸ As unidades destes estabelecimentos prisionais são construídas de forma a garantir que os guardas prisionais sejam capazes de observar todas as suas áreas – qualquer “*blind spot*” ou obstruções à observação dos funcionários do estabelecimento deverão ser minimizados o máximo possível (Zupan, 1991, p. 67).

destes estabelecimentos assume demasiadas despesas, visto que requer uma maior quantidade de guardas do que os estabelecimentos tradicionais (ibid.).

2 Adaptação à Prisão

Segundo Gonçalves (2002), os reclusos podem ser descritos como um grupo de indivíduos que são obrigados a viver em determinadas condições de espaço e clima social, por um tempo igualmente determinado, mas bastante variável de indivíduo para indivíduo. No contexto prisional, os reclusos passam por um processo de adaptação. A adaptação à prisão, ou a falta desta, é um conceito multidimensional que encontra expressão nos comportamentos impróprios¹⁹ dos reclusos, infrações disciplinares, violência, bem-estar geral, sentimentos de segurança, saúde mental e física, suicídio, relações entre pares, pensamentos criminosos, participação em atividades de reabilitação e nas atitudes em relação à prisão e reclusão (e.g. Van Tongeren e Klebe, 2010; Van der Laan e Eichelsheim, 2013; Tewksbury, Connor e Denney, 2014; Zhao, Messner e Liu, 2020). A adaptação à prisão assume contornos diferentes de indivíduo para indivíduo e, subentende-se que a forma como foi vivenciada poderá ou não ser facilitadora de uma retoma da liberdade bem-sucedida (Gonçalves, 2002).

É fundamental fazer uma menção àquilo que é comum designar-se por sociologia do meio prisional, por os seus temas-chave (a prisionização, subcultura prisional, o código dos reclusos, o calão e as tatuagens prisionais...) se afigurarem relevantes para o entendimento dos processos de adaptação à prisão (Slotboom, Kruttschnitt, Bijleveld e Menting, 2011). Estes processos desenrolam-se nesta concessão em paralelo ao fenómeno da prisionização (Garabedian, 1963), conceito este que foi introduzido por Clemmer, num dos estudos mais importantes sobre a vida na prisão do século XX (Slotboom et al., 2011, p. 177). Em 1940, Clemmer publicou a obra *“The Prison Community”*. Esta publicação foi seguida de dezenas de livros e artigos sobre a vida na prisão e a adaptação à prisão dos reclusos²⁰ (Goodstein e Wright, 1989, p. 229; Jacobs, 1977, p. IX). O pioneirismo de Clemmer e a sua importância no evoluir do estudo sobre as prisões é inquestionável, não raro sendo apodado de “pai” da sociologia das prisões (Caballero Romero, 1986; Normandeau, 1987, cit. in Gonçalves,

¹⁹ A expressão originalmente utilizada foi a de *“misconduct”*, a qual se decidiu traduzir para “comportamentos impróprios”. Considerou-se esta como sendo a tradução mais adequada, por Zhao et al. (2020) utilizarem separadamente os conceitos de *“misconduct”* e *“disciplinary infraction”*.

²⁰ A questão da adaptação à prisão tem sido terreno fértil para a investigação, um pouco por todo o lado (para uma síntese, ver Gonçalves, 2002). Obras clássicas como as de Sykes (1958), descrevendo a vida na prisão enquanto uma sociedade dentro de outra sociedade, e Goffman (1961), sobre as condições de vida e adaptação às instituições totais, chamaram a atenção para a relevância da forma como cada indivíduo lida com o cumprimento da sua sentença (Gonçalves, 2002).

2002). O termo “*prisionização*”²¹, refere-se ao “(...) *process of taking on in greater or less degree of the folkways, mores, customs, and general culture of the penitentiary (...)*” (Clemmer, 1940).

2.1. Revisão da Literatura

Segundo a análise de Wooldredge (2020), a adaptação parece debater-se com distintos desafios, variando conforme o contexto específico, pelo menos em relação aos homens. Ambientes mais desafiantes – com mais privações -, comparativamente com os ambientes inerentes à população não reclusa, tendem a fomentar a criação de um maior número de culturas (radicalmente distintas entre si) (para uma síntese, ver Wooldredge, 2020). Estas culturas aparentam variar entre estabelecimentos prisionais, dependendo da composição e características da população reclusa. A administração da prisão, com maior foco nos guardas prisionais, molda estas culturas, as quais, em parte, são influenciadas pela forma como os reclusos são tratados (Liebling e Kant, 2018). As culturas evoluem conforme os processos de adaptação dos reclusos, sendo caracterizadas pelos sistemas únicos que as representam, tais como: sistemas de crenças; de estratificação; económicos; e de linguagem. Aos reclusos aplicam-se processos similares. Estas subculturas não são totalmente independentes das culturas principais, pois os reclusos trazem consigo para a prisão (importam) as suas próprias raízes culturais (Irwin e Cressey, 1962) (Wooldredge, 2020).

Wooldredge (2020) estabeleceu a **primeira era de investigação a partir de 1930, até meados de 1960**. A primeira análise sistemática do ambiente prisional e dos grupos sociais de reclusos é mérito de Donald Clemmer (Jacobs, 1977; Wooldredge, 2020). Os trabalhos de Clemmer, Sykes, Sykes e Messinger, Ward e Kassebaum e Giallombardo, obtiveram resultados sugestivos da existência de uma **cultura dominante na prisão**. Durante esta primeira era, a investigação da forma como as culturas eram influenciadas pelo ambiente prisional manteve uma natureza, essencialmente, sociológica, pelo que foi dada uma menor atenção aos efeitos que a composição da população prisional tem nas referidas culturas. Esta perspetiva foi desafiada por Irwin e Cressey, argumentando que as subculturas dos reclusos, prévias à sua entrada para a prisão, ocupam um papel dominante em relação aos valores e comportamentos exibidos pelos reclusos na prisão (Wooldredge, 2020). Na cultura prisional descrita, segundo Wooldredge (2020), por Clemmer, Sykes e outros autores, os reclusos subscrevem um código

²¹ A expressão original é “*prisonization*”, a qual, em português, se traduz para “*prisionização*”.

geral (Irwin, 1980; Skarbek, 2014). Este código consiste num conjunto de normas, as quais visam preservar a segurança dos reclusos (tanto entre reclusos, como em relação aos funcionários do EP), a solidariedade e a força numérica.

Segundo Goodstein e Wright (1989) e Wooldredge (2020), a **segunda era de investigação manteve-se desde meados de 1960, até meados de 1970**. Durante 1960, as culturas prisionais parecem sofrer alterações dramáticas, as quais aparentam refletir as alterações demográficas da época (verificou-se um aumento exponencial do número de indivíduos negros a entrar para as prisões americanas) e as alterações causadas pelo movimento dos direitos dos reclusos, o qual decorreu nas prisões dos Estados Unidos (Jacobs, 1977). Durante o início de 1970, até, aproximadamente, 1980, os estudos sobre a prisão mudaram de foco e passaram a centrar-se na descrição das **múltiplas subculturas que coexistem** dentro de cada EP, as quais assentam em ideologias políticas próprias, raças e religião. Este fenómeno decorreu do aumento das liberdades dos reclusos, particularmente, em termos da religião e expressão e, adicionalmente, devido ao aumento dos grupos compostos por minorias e aumento dos conflitos raciais dentro das prisões (para uma síntese, ver Wooldredge, 2020). Durante o fim de 1970, a avaliação do risco e das necessidades dos reclusos tornou-se num foco de investigação (Wooldredge, 2020).

Quanto à **terceira era de investigação, segundo Wooldredge (2020) situa-se entre finais de 1970 até finais de 2010**. Esta última era, ainda dominada por uma perspetiva sociológica, teve como foco os **gangs** formados nos EPs, concretamente, nos estabelecimentos masculinos. Reconheceu-se a existência de populações de reclusos mais heterogéneas, com amplas necessidades psicológicas, capazes de interferir na adaptação à prisão. Foi, também, prestada maior atenção às experiências vividas pelas reclusas (ibid.). O fim de 1970 marcou o início do movimento “*get tough on crime*”, seguido de um crescimento repentino da população reclusa (Irwin, 1980; Wooldredge, 2020, p. 170). A “*War on Drugs*”, juntamente a outras estratégias governamentais de controlo do crime, foram responsáveis pelo aumento exponencial do número de membros de gangs de rua a entrarem para a prisão (Irwin, 1980; Jones, 1995; Lawrence e Travis, 2004; Wooldredge, 2020, p. 170). Com o tempo, as prisões tornaram-se sistemas mais abertos, pelo que os reclusos passaram a ter um maior contacto com o exterior. Esta mudança refletiu as alterações nas filosofias administrativas e o aumento dos direitos dos reclusos. Simultaneamente, as populações de reclusos passaram a ser mais diversas em termos raciais e étnicos, já as prisões começaram a ficar sobrelotadas (Wooldredge, 2020).

O código dos reclusos, identificado durante a primeira era de investigação, parece ter deixado de servir como meio de governança nas prisões para reclusos do sexo masculino e de segurança elevada. Em meados de 1970, a sua eficácia para a preservação da segurança e manutenção da solidariedade diminuiu substancialmente (Hunt, Riegel, Morales e Waldorf, 1993; Irwin, 1980). As alterações demográficas das populações de reclusos²² abriram caminho para a formação de múltiplas culturas, dentro de um mesmo estabelecimento (Hunt e al., 1993; Irwin, 1980; Skarbek, 2014). Para se preservar a segurança, surgiu a necessidade de se procurar uma forma alternativa de governança (Skarbek, 2014). A quantidade de grupos criados pelos reclusos sofreu um aumento. Estes grupos dividiam-se em função da raça e etnia dos seus membros. Cada grupo seguia as suas próprias normas (Wooldredge, 2020).

Nas prisões, a cultura evoluiu no sentido de: a) uma cultura relativamente unidimensional, com um código geral dos reclusos; para b) culturas multidimensionais moldadas, principalmente, pela raça, religião e/ou ideologias políticas e de rua; para c) principalmente culturas de gangs (Wooldredge, 2020, p. 172).

2.1.1 Modelos: Privação e Importação

Em investigações sobre o contexto prisional, tornou-se comum estudar três categorias de medidas distintas: os atributos do indivíduo (prévios à sua entrada para a prisão) (e.g. demográficos, histórico criminal, necessidades e origens económicas e sociais); fatores que refletem as experiências vivenciadas pelos reclusos (e.g. vitimação, envolvimento em gangs, visitas, trabalho e programas); e os atributos da reclusão em si (ao nível macro) (e.g. filosofias administrativas, atributos da força de trabalho, arquitetura, tamanho do estabelecimento prisional, sobrelotação e níveis de segurança) (Wooldredge, 2020). Os investigadores começaram a identificar fatores, tanto externos ao ambiente prisional como internos ao recluso, tal como combinações entre ambos fatores, que poderão influenciar o tipo de adaptação de cada recluso. O foco inicial foi em mecanismos que promovem comportamentos e atitudes antissociais, tendo sido propostas duas perspetivas para explicar a influência da vida prisional nos reclusos: o **Modelo da Privação**, focado no ambiente prisional, e o **Modelo da Importação**, centrado nas características dos reclusos (ibid.).

Inicialmente, o Modelo da Privação e o Modelo da Importação foram perspetivados como explicações rivais do comportamento dos reclusos, no entanto, após diversos estudos

²² Aumento do número de reclusos jovens e de reclusos pertencentes a minorias, maiores proporções de indivíduos a serem presos pela primeira vez e as maiores liberdades políticas e religiosas.

reportarem evidência que suporta ambas perspectivas, os investigadores concluíram que tanto os atributos dos reclusos como os do contexto prisional influenciam o processo de adaptação (e.g. Slotboom et al., 2011; Tewksbury et al., 2014; Thomas, 1977). **A teoria da privação e importação complementam-se, contribuindo ambas para a explicação da integração dos reclusos na cultura prisional e emergência de comportamentos desviantes** (Wooldredge, 2020).

O modelo da privação, no qual Sykes (1958) foi pioneiro, considera a natureza restritiva da prisão como fator dominante na adaptação dos reclusos (Adams, 1992). A prisão é vista como um ambiente que impede que os reclusos cumpram determinadas necessidades básicas (Goodstein e Wright, 1989) - fatores tais como a sobrelotação, o grau de segurança e o **tipo de instalações**, entre outros, possuem um papel ao nível das dificuldades que os reclusos poderão vivenciar (Morris e Worrall, 2014). O modelo da privação representa a adaptação à vida na prisão enquanto o nível de “*dores da privação*”²³ que os reclusos são capazes de suportar, tais como a perda da aceitação social, falta de possessões materiais, a falta de relações heterossexuais, a falta de segurança pessoal e a falta de autonomia²⁴ (Sykes, 1958, pp. 67-76; Goodstein e Wright, 1989). Estes “males” da prisão ameaçam a identidade e autoconceito dos reclusos favorecendo a criação de uma nova sociedade, “a sociedade dos cativos”, como mecanismo para fazer frente a uma vida de privações (Sykes, 1958). Enquanto vários reclusos são capazes de se adaptar à vida na prisão, há outros tantos que não são capazes de lidar com as dores da privação, podendo dar origem a respostas desadaptativas (Sykes, 1958), tais como, por exemplo, desordens emocionais, auto-mutilação, tentativas de suicídio e comportamentos impróprios (Adams, 1992).

De forma resumida, a teoria da privação sugere que o desvio surge de barreiras que impedem a adaptação prisional, criadas pelo ambiente e experiências únicas da reclusão (e.g. o uso de drogas como meio de os reclusos lidarem com as difíceis condições de vida da prisão; a violência como mecanismo de auto-proteção e proteção da propriedade privada; a união a gangs prisionais para a manutenção da governança...) (Sykes, 1958; Wooldredge, 2020).

²³ A expressão original é “*pains of imprisonment*”, a qual traduzi ao longo deste estudo por “dores da privação”.

²⁴ Sykes classificou as privações que os reclusos são obrigados a suportar como “as cinco dores da reclusão” (Goodstein e Wright, 1989, p. 230).

Segundo autores como Morris e Worrall (2014), é possível argumentar que a arquitetura prisional é um fator que se enquadra no modelo da privação. Por exemplo, Wooldredge (2020) refere que os controlos ao nível macro (medidas de segurança) incluem recursos estruturais da prisão, tais como o design arquitetónico. A construção de prisões através de designs mais recentes, durante e após o século XX, poderá ter contribuído para a redução das infrações (Irwin, 2005, cit. in Wooldredge, 2020), talvez por estes designs facilitarem uma supervisão mais eficaz dos reclusos e reduzirem as oportunidades para o desvio (Wooldredge, 2020). A relevância da arquitetura prisional para a proteção dos reclusos e para a melhoria da segurança das prisões, tem sido sublinhada por diversos investigadores (e.g. Morris e Worrall, 2014; Wooldredge e Steiner 2014).

John Irwin desafiou os teóricos do modelo da privação, sugerindo que o comportamento social dos reclusos não é, apenas, um reflexo das privações inerentes à reclusão. Irwin propôs um novo modelo: o modelo da importação (Goodstein e Wright, 1989). Goodstein e Wright (1989) referem que Jacobs e Carroll se uniram a Irwin, tendo afirmado que a perspetiva do modelo da privação (de uma organização social dos reclusos, unida e coesa) é demasiado simplista e imprecisa. O modelo da importação sugere que o comportamento dos reclusos é determinado pelas suas atitudes, experiências e características anteriores à sua entrada para a prisão (Irwin e Cressey, 1962). Tipicamente, os fatores da importação incluem características sociodemográficas, como a idade, estado civil, género, juntamente com o histórico criminal e características de risco, tais como já ter sido anteriormente preso, afiliação a gangs ou uso de drogas (Zhao et al., 2020).

Os processos de adaptação variam consoante o ambiente/contexto e o próprio indivíduo. No âmbito prisional, os reclusos tendem a adotar diferentes mecanismos de adaptação ao longo da sua sentença, que poderão consistir em comportamentos mais, ou menos, normativos. Face ao desejo dos investigadores por compreender a adaptação dos reclusos à prisão, nasceram o Modelo da Privação e o Modelo da Importação. Este ponto da investigação foi relevante por: o objetivo deste estudo passar por compreender a relação entre a arquitetura/design prisional e o comportamento dos reclusos no âmbito da sua adaptação à prisão. Por este motivo, afigurou-se necessário perceber em que modelo explicativo da adaptação à prisão a arquitetura e design se inserem (modelo da privação).

3 Arquitetura e Design

A arquitetura é a ciência e a arte de construir. Compreende-se como sendo todo o espaço criado pelos humanos, incluindo edifícios, áreas urbanas e paisagens projetadas (Roth, 2017).

A arquitetura é uma atividade social e um espaço físico criado para receber a atividade humana. É uma forma não verbal de comunicação e um registo mudo da cultura que a produziu, visto que cada edificação é construída de modo a cristalizar os valores culturais de seus construtores. A construção humana é um ato consciente e reflexivo, que incorpora inúmeras decisões e escolhas. Os humanos constroem para satisfazer as suas necessidades. Porém, ao fazerem isso, dão expressão a sentimentos e valores (ibid.).

O design é uma componente da arquitetura cujo foco assenta, principalmente, em aspetos como a luminosidade, conforto, harmonia, entre outros (Roth, 2017). O design foca-se, especialmente, em ambientes internos, sendo passível de envolver todos os nossos sentidos e o modo como a arquitetura os mobiliza. Para além disso, influencia a nossa perceção e sentimentos de prazer (ou desconforto) no ambiente construído (Roth, 2017). Porém, é necessário ter em consideração o facto de que uma arquitetura sólida deverá preceder um design sólido (Pevsner, 2001). “*A menos que se tenha optado por uma arquitetura boa e racional, é... inútil pensar em qualquer espécie de arte*” (Morris, 1880, cit. in Pevsner, 2001, p. 28).

Embora estejamos familiarizados com a arquitetura e a consideremos utilitária, ela tem um poder único de afetar e condicionar o comportamento humano. A arquitetura dá forma ao comportamento humano de inúmeras maneiras (Roth, 2017). Como Winston Churchill observou, “*damos forma aos nossos edifícios, e depois nossos edifícios nos formam*” (cit. in Roth, 2017, p. 91).

3.1. Estudos Empíricos: Influência da Arquitetura/Design no Comportamento dos Reclusos

As condições físicas da prisão são um tema que, durante muito tempo, se tem mantido no centro de debates, quer no âmbito de políticas quer de investigações (Bierie, 2012). Segundo Bierie (2012), são muitos os que defendem que as prisões deverão ser desagradáveis, de forma a dissuadir a prática de crimes e motivar alterações pró-sociais nos reclusos. Outros acreditam que condições duras inibem a eficácia dos tratamentos e, talvez, venham ainda a piorar a situação dos reclusos. Pouco progresso tem emergido face a estes debates devido, principalmente, a que poucos estudos existem que tenham testado as proposições de ambos campos (ibid.).

Segundo Bierie (2012), diferentes estudos em criminologia sugerem, implicitamente ou explicitamente, que condições prisionais duras podem danificar os reclusos e promover comportamentos desviantes. Por exemplo, teóricos das atividades de rotina que sugerem que

a quantidade de infrações cometidas pelos reclusos podem aumentar na presença de condições prisionais pobres. O risco de se ser apanhado diminui, significativamente, em prisões desordenadas e barulhentas, devido à maior dificuldade que os guardas prisionais terão em vigiar e detetar infrações (Clarke e Felson, 1993, cit. in Bierie, 2012). Outro exemplo disto são alguns teóricos das teorias do controlo social, que sugerem que as condições da prisão, tanto podem ajudar como impedir a formação de vínculos sociais entre os reclusos, aumentando, assim, a propensão para as infrações e reincidência (Rocque, Bierie e MacKenzie, 2011).

Bierie (2012) refere que, entre os paradigmas teóricos, as condições físicas em declínio dos estabelecimentos prisionais, são um processo-chave para o aumento da criminalidade (Bierie, 2012). A sociedade pode experienciar custos adicionais devido à vitimização e violência direcionada aos reclusos na prisão, o que pode resultar num maior risco de reincidência após o cumprimento da pena (Bierie, 2012). Os resultados do estudo de Bierie (2012), sugerem que as condições físicas da prisão são essenciais para a criação de ambientes prisionais seguros e eficazes²⁵.

Recentemente, alguns estudos têm tentado demonstrar a existência de uma ligação entre diferentes tipos de arquitetura prisional e o comportamento dos reclusos. Um exemplo é o estudo, de Morris e Worrall (2014), onde exploraram a influência da arquitetura prisional nas infrações cometidas pelos reclusos do sexo masculino em estabelecimentos prisionais com o design de Campus e Poste Télégrafo. Os resultados do estudo de Morris e Worrall (2014) sugerem que a arquitetura prisional é relevante na predição de alguns tipos de infração. O design relativo ao Poste Télégrafo mostrou estar negativamente associado a infrações contra a propriedade e relativas à segurança. Os estabelecimentos com o design de campus mostraram aumentar a probabilidade de, pelo menos uma infração contra a propriedade, em 69.5%, e a probabilidade de infrações relacionadas à segurança, um 38.9%. Ou seja, face a infrações menos graves, como infrações contra a propriedade ou segurança, há uma maior probabilidade de que estas sejam cometidas em estabelecimentos com um design de campus (ou, pelo menos, os

²⁵ No seu estudo, Bierie (2012, p. 342) pretendia analisar a relação entre as condições físicas da prisão e a violência entre reclusos. Os dados foram recolhidos de uma amostra aleatória de funcionários de 114 prisões federais operativas em 2007, através de um questionário ("*Prison Social Climate Survey*"). Através do questionário, o autor combinou a perceção dos funcionários em relação ao barulho, desordem, deterioração e privacidade, para caracterizar as condições físicas de cada prisão. Também foram recolhidos dados para medir a violência grave, de forma a ser possível saber quantas agressões sérias ocorreram em cada estabelecimento, durante o mesmo período inerente ao questionário a que os funcionários dos estabelecimentos prisionais responderam. Os resultados obtidos por Bierie (2012), sugerem que as condições físicas pobres das prisões correspondem a taxas significativamente mais elevadas de violência grave.

reclusos que estão em estabelecimentos de campos têm uma maior probabilidade de ser detetados e reportados). A arquitetura prisional, por si só, não possui um impacto direto nas condutas violentas de reclusos contra reclusos ou contra guardas prisionais, condutas relacionadas com droga ou contrabando (Morris e Worrall, 2014).

Segundo Tewksbury et al. (2014), deverão ser construídos estabelecimentos prisionais mais seguros e que promovam a reabilitação, resultando numa melhor adaptação à prisão e, conseqüentemente, em menores taxas de reincidência. Apesar disto, não há fórmulas de design óbvias nem certezas de que aquilo que funcionou num local funcionará noutro ou entre diferentes culturas ou países (Fairweather, 2000). Ainda assim, existem elementos comuns à maioria de instituições penais, como a localização e tamanho do estabelecimento prisional, as celas e o som (e.g. Beijersbergen et al., 2016; Bierie, 2012; Fairweather, 2000; Fikfak, Kosanović, Crnić e Perović, 2015; Hemsworth, 2016; Johnsen, Granheim e Helgesen, 2011; Rice, 2016). São estas as características nas quais este estudo se irá focar.

3.1.1 Localização

A localização da prisão molda o seu impacto social em relação ao ambiente externo e vice-versa, afetando, assim, a ressocialização dos reclusos (Fairweather, 2000). Segundo Fairweather (2000), os estabelecimentos prisionais deveriam ser construídos num local com acesso a meios de transporte, para que as famílias dos reclusos possam aceder a estes com facilidade. Para além disto, o estabelecimento não deverá estar isolado da comunidade. Evans e Cohen referem que, segundo a literatura, o contacto com a natureza tende a ser identificado enquanto um elemento promotor da saúde e bem-estar psicológico, produzindo efeitos calmantes capazes de reduzir o stress²⁶ e a tensão (Ulrich e Parsons, 1992). A visualização da natureza promove a redução do stress, aparentemente, devido a uma combinação de efeitos benéficos: aumenta os sentimentos positivos (reduz sentimentos negativos, tais como o medo, raiva ou tristeza); promove uma maior atenção e interesse, pelo que poderá bloquear ou reduzir pensamentos stressantes e promover mudanças positivas em diferentes sistemas fisiológicos (Ulrich e Parsons, 1992).

Moran, Jones, Jordaan e Porter (2021), num de seus artigos, contribuíram com nova evidência crucial de que prisões com maior área, dentro do seu perímetro, dominada por vegetação natural, apresentam menores níveis de auto-mutilação e violência, tanto entre

²⁶ Uma reação ao stress é um processo no âmbito do qual se responde psicologicamente, fisiologicamente e, frequentemente, comportamentalmente, a uma situação que ameaça o nosso bem-estar (Evans e Cohen, 1987, cit. in Ulrich e Parsons, 1992).

reclusos como entre os funcionários da prisão. Estas relações são estatisticamente robustas e persistem mesmo após se ter controlado o tamanho da prisão, o tipo, idade e o nível de sobrelotação. Estes descobrimentos poderão vir a ser significativos para futuras influências ao nível do design prisional. Neste estudo de Moran et al. (2021), foram utilizados sistemas de mapeamento para a obtenção de informação geográfica sobre o espaço verde em prisões em Inglaterra e País de Gales. Também foram recolhidos dados sobre os estabelecimentos prisionais, tais como: a idade do estabelecimento, a sua função predominante no momento de realização do estudo (saber se o estabelecimento contém reclusos ou reclusas, se os indivíduos estão a cumprir sentenças curtas ou se ainda estão à espera de receber a sentença, nível de segurança, saber se são estabelecimentos especializados para a contenção de reclusos que cometeram abuso sexual) e saber se estes estabelecimentos foram construídos com o propósito de servirem de prisão, ou se foram adaptações de outras construções (e.g. orfanatos ou bases militares). A auto-mutilação e a violência no interior dos estabelecimentos prisionais, possuem consequências financeiras severas e implicações para o bem-estar e conservação dos funcionários da prisão (Moran et al., 2021). Além disso, o contacto com a natureza tem demonstrado reduzir a necessidade de assistência por parte dos serviços de saúde, o qual reduz os custos a este nível (Ulrich e Parsons, 1992).

3.1.2 Tamanho

É comumente aceite que os estabelecimentos prisionais não devem ser demasiado grandes. O **tamanho** tem um efeito psicológico considerável nos reclusos e nos funcionários do estabelecimento, os quais se sentem intimidados quando este é demasiado grande (Fairweather, 2000). Inclusive, tem-se discutido que o tamanho das prisões poderá possuir um efeito nocivo em relação ao comportamento dos reclusos e, também, após estes saírem da prisão (Farrington e Nuttall, 1980). Apesar de a maioria de investigadores que escreveram sobre problemas correcionais terem concordado que prisões mais pequenas tendem a ser mais desejáveis, estes discordam em relação à definição operacional de “*pequeno*” (Farrington e Nuttall, 1980, p. 222).

Farrington e Nuttall (1980) escreveram um artigo cujo propósito consistia em: investigar a possibilidade de, até ao momento em que escreveram o artigo, obterem evidência empírica de que o tamanho dos EPs possui um efeito indesejável no comportamento dos reclusos, antes e após saírem da prisão. Os autores deram especial atenção à violência no interior da prisão e à reincidência. Para isso, efetuaram uma revisão da literatura relativa a esta temática.

Adicionalmente, realizaram uma análise às estatísticas prisionais inglesas. Em Inglaterra e País de Gales, as estatísticas prisionais do Home Office, de 1978, disponibilizavam detalhes sobre o número de infrações penalizadas em cada prisão e da população média diária.

Segundo os resultados obtidos por Farrington e Nuttall (1980) na análise efetuada às estatísticas das prisões inglesas, concluem que o tamanho apenas se associa, fracamente, à efetividade. Os autores (1980) concluem o seu estudo dizendo que, contrariamente à crença relativa à indesejabilidade de prisões grandes, nem a sua revisão da literatura ou a sua análise das estatísticas das prisões inglesas, contribuiu com evidência empírica conclusiva de que o tamanho da prisão influencie o comportamento dos reclusos. Isto não significa, necessariamente, que esta crença esteja errada, visto que estamos mais face à falta de evidência, do que face a evidência que demonstre que o tamanho, efetivamente, não tem efeito.

Segundo Caravaca-Sánchez, Wolff e Teasdale (2019), a maioria de estudos sobre estabelecimentos prisionais, nos Estados Unidos, obtiveram resultados indicativos de uma relação positiva entre o tamanho da prisão e a vitimização dos reclusos. Os autores exploraram taxas de vitimação física e sexual em prisões espanholas, com ênfase na associação entre o tamanho da prisão e a violência interpessoal, sendo controladas as características dos reclusos. Foram recolhidos dados de uma amostra aleatória de reclusos do sexo masculino, com 18 anos ou mais ($n = 2484$), detidos em oito estabelecimentos prisionais no sul de Espanha. Para a recolha dos dados, foram aplicados questionários entre janeiro e agosto de 2014 e foram feitas entrevistas a 58 reclusos (2.1%), para ser possível facilitar a comunicação. Os resultados obtidos pelos autores demonstraram que as taxas de vitimização foram significativamente e substancialmente superiores em estabelecimentos prisionais maiores. Os autores sugerem que a associação entre tamanho da prisão-vitimização requer uma maior quantidade de estudos qualitativos, para que seja possível perceber se o tamanho cria mais espaço para que ocorram situações de vitimização (oportunidades estruturais) e/ou lapsos na supervisão, por razões inerentes à despersonalização ou impersonalização (distância social). Os autores concluem que, no geral, a vitimização (de todos os tipos) é mais prevalente em prisões grandes. As prisões com tamanhos médios apresentaram taxas de vitimização física mais elevadas do que as prisões pequenas.

3.1.3 Celas

Considerando um ponto de vista financeiro, os **dormitórios** superam as **celas** individuais. Os beliches duplos também são efetivos para a acomodação de um maior número de reclusos

em menos espaço (Fairweather, 2000), apesar de que o seu uso **poderá afetar negativamente a relação entre reclusos e guardas prisionais** (Beijersbergen et al., 2016). O que nunca deverá ocorrer, é ser adicionada uma cama extra a uma cela apta apenas para um recluso (Fairweather, 2000). Adicionalmente, a relevância das celas supera uma mera questão de eficácia económica. Determinadas características das celas, tais como, tamanho, capacidade, luz natural, organização, mobília e equipamentos, segurança, proteção e vigilância, segundo Fikfak et al. (2015), possuem um impacto no processo de ressocialização dos reclusos.

Na Europa, poucos estudos olharam para a relação entre celas partilhadas e a qualidade de vida na prisão. Desta forma, Molleman e van Ginneken (2015) tentaram preencher essa lacuna, utilizando resultados de um questionário feito a reclusos de estabelecimentos prisionais holandeses, em junho de 2011. Os itens do questionário foram adaptados através do “*Prison Environment Inventory*” (Molleman e van Ginneken, 2015, p. 1034). O questionário cobriu um amplo e diversificado conjunto de indicadores que se espera estarem relacionados à percepção da qualidade prisional, tais como: segurança; direitos; **relações entre reclusos**, sistema de saúde, programas, atividades diurnas, autonomia, reabilitação e **relações entre reclusos e funcionários do estabelecimento prisional**. Os autores utilizaram no estudo os questionários entregues por 4046 reclusos. Com exceção da etnia, a amostra poderá considerar-se representativa da população. Os resultados mostraram que partilhar celas está associado a percepções de uma qualidade da prisão mais baixa, o qual é parcialmente mediado por uma qualidade reduzida das relações entre reclusos e funcionários da prisão. Assim, estes autores consideraram recomendável que os reclusos sejam mantidos em celas individuais em vez de celas duplas (Molleman e van Ginneken, 2015). Os resultados obtidos neste estudo detetaram contributos notáveis por parte do regime e design arquitetónico (ibid.). Os resultados também indicam que os dados obtidos sobre o efeito da partilha de celas são os mesmos tanto para homens como mulheres (ibid.). A partilha de celas também poderá aumentar o risco de vitimização, devido a tensões interpessoais, por exemplo, culturais ou raciais (HM Inspectorate of Prisons, 2007, cit. in Molleman e van Ginneken, 2015).

A partilha de celas poderá relacionar-se com “uma redução no contacto com os funcionários do estabelecimento prisional”, devido à maior interação dos reclusos com os seus companheiros de cela do que com funcionários da prisão. Isto poderá dar origem a oportunidades de socialização desejáveis, mas também a tensões ou atividades ilícitas (Molleman e van Ginneken, 2015, p. 1032). As relações entre reclusos e funcionários da prisão são consideradas

de grande importância e, inclusive, como sendo o “coração” da vida na prisão (Liebling, Price e Shefer, 2011, p. XV).

Apesar dos efeitos negativos discutidos acima, a partilha de celas também poderá ter vantagens (Fairweather, 2000; Molleman e van Ginneken, 2015). Primeiro, os reclusos em celas partilhadas poderão experienciar um maior número de interações sociais e maior apoio emocional, o qual poderá aliviar sentimentos de angústia (Molleman e van Ginneken, 2015). Segundo, em celas individuais há uma ausência de guardião, o qual reduz a probabilidade de que haja uma intervenção durante uma tentativa de suicídio (Fairweather, 2000; Molleman e van Ginneken, 2015). Porém, também tem vindo a ser discutido que o stress para o recluso será maior neste tipo de condições, devido a que estes podem ser ameaçados pelos outros reclusos, atingindo um ponto de desespero (Fairweather, 2000). A privacidade proporciona um refúgio emocional, promove a oportunidade de autoavaliação e estabelece uma certa distância psicológica face aos outros. A falta de privacidade poderá ter consequências tais como, por exemplo, o aumento da agressividade e stress (Fairweather, 2000).

Alguns reclusos preferem o companheirismo a que têm acesso nos dormitórios ou em celas partilhadas face ao isolamento das celas individuais. Deverá haver suficiente variedade para responder às necessidades e preferências individuais (Fairweather, 2000).

3.1.4 Som

Em relação ao **som**, os reclusos são uma “audiência cativa” (Rice, 2016, p. 6). Estão sujeitos a lidar com uma variedade de sons em relação sobre os quais têm pouco controlo, sendo muitas vezes, difícil evitá-los (Rice, 2016). Sons associados a funções corporais, por exemplo, são praticamente impossíveis de evitar, principalmente em quartos próximos e pouco isolados acusticamente ou para a criação de um espaço privado, com um maior sentido de dignidade (Hemsworth, 2016). No entanto, os reclusos também têm algum controlo sobre os sons que ouvem ou produzem à medida que negociam a vida na prisão (Rice, 2016, p. 6).

Hemsworth (2016)²⁷, através da sua investigação, demonstra que o mundo dos sons pode ser tão inclusivo quanto exclusivo, tão convidativo quanto hostil e tão terapêutico quanto

²⁷ Hemsworth (2016) obteve os dados utilizados no seu estudo através de relatos, escritos ou verbais, sobre a prisão. A autora, utilizando material recolhido entre 2012 e 2015, procurou compreender a forma como as propriedades do som moldam as emoções e as experiências vividas pelos reclusos no estabelecimento prisional. Estes relatos incluem entrevistas em profundidade, feitas em pessoa ou por telefone, a 17 pessoas que, naquele momento, estavam a ter, ou tiveram, experiências em primeira mão da prisão em Kingston, Ontario. Os

tortuoso. São várias as fontes, tal como relatos em primeira mão sobre a experiência prisional (e.g. Archer, 2002; Boyle, 1977; Hassine, 1996), que descrevem a prisão como sendo, geralmente, muito barulhenta (Rice, 2016). Os arquitetos e engenheiros acústicos estão conscientes de que o barulho é um problema nas prisões, pelo que se tem tido uma atenção crescente em relação à acústica no âmbito do design prisional (para uma síntese ver Rice, 2016). O barulho foi identificado enquanto contributo para situações stressantes e prejudiciais à saúde no interior da prisão. A exposição prolongada a barulhos elevados tem sido associada à surdez entre reclusos (Jacobson, Jacobson e Crowe, 1989). Por exemplo, o design inerente ao panóptico (Foucault, 2020) faz com que os sons ecoem pela prisão e se entrelacem. Esta espiral sónica aumenta a sensação de sobrelotação e faz com que seja difícil identificar a origem dos sons (Hiscocks, 2012, cit. in Hemsworth, 2016). Em vários casos, segundo Hemsworth (2016), as técnicas sónicas de desorientação são intencionais, manipulativas e dão origem a experiências emocionais traumáticas. Steve Goodman (2010, p. 65) investigou o “*poder do som para instar desespero*”, explorando a forma como os corpos reagem a sons invulgarmente altos ou desorientadores, referindo flutuações na pressão sanguínea e náuseas, conectando estes sintomas a aspetos evolutivos inerentes ao sentimento de perigo.

Participantes do estudo de Hemsworth (2016, p. 93), mencionaram que os sons feitos por esquadrões de choque²⁸ são desorientadores, não apenas devido aos ecos que induzem medo, produzidos pelos passos a aproximarem-se, mas também devido a que muitos reclusos sofrem de PTSD e são incapazes de diferenciar estes sons de experiências traumáticas prévias. Alguns sons específicos que foram referidos nas fontes analisadas por Rice (2016, p. 10) incluem o “*jingle*”, “*jangling*”, “*rattle*” e “*clank*” das chaves carregadas pelos guardas prisionais e o barulho feito pelas chaves ao girarem nas fechaduras das portas das celas. O “*slamming*”, “*banging*” ou “*clang*” das portas das celas são, igualmente, mencionados. Os guardas prisionais dirigem-se aos reclusos com altos “*gruff*” e vozes “autoritárias”. Eles “gritam”, “berram” e “ladram” instruções (Rice, 2016, p. 10). Estes sons refletem “a dura realidade do aprisionamento” (Turner, 2013, p. 232). A exposição a um ambiente sonoro desagradável poderá ser entendida enquanto uma forma de punição sonora (um aspeto inerente à função punitiva da prisão) (Rice, 2016). Para além disto, o ambiente sonoro da prisão é imprevisível e

participantes do estudo incluem funcionários do estabelecimento prisional, voluntários e indivíduos que já cumpriram alguma sentença na prisão.

²⁸ A expressão originalmente utilizada, foi a de: “*riot squads*”.

marcado por gritos, episódios dramáticos e explosões violentas (Rice, 2016). James, um ex-recluso, relatou um episódio no qual um recluso ficou “histérico” e começou a “gritar como um maníaco através da janela da sua cela” (2003, pp. 43-44, cit. in Rice, 2016, p. 10), no âmbito do qual se verificou uma interação entre os seus gritos e a austera arquitetura da prisão: “*The man’s howls echoed around the deserted, spotlighted prison grounds, bouncing off the twenty-foot walls and shredding through the wire-mesh fence that encircles the exercise yard*” (p. 44, cit. in Rice, 2016, p. 10).

Surpreendentemente, há muito poucas referências nas fontes analisadas por Rice (2016)²⁹ a sons exteriores aos muros do estabelecimento prisional. Archer, um ex-recluso, menciona que era capaz de ouvir carros a passarem à distância, tendo ouvido isto, pela primeira vez, no seu décimo quinto dia de reclusão, mas este parece mencionar este aspeto de forma a sugerir que está a experienciar um momento raro de quietude no interior da prisão, o qual permite que o tráfego distante se torne audível (2002, p. 166, cit. in Rice, 2016, p. 12).

“*Nas prisões, geralmente, é difícil as pessoas ouvirem-se a si mesmas pensar, a menos que estejam na unidade de isolamento. Depois, as pessoas APENAS se podem ouvir a si mesmas pensar*” (Hemsworth, 2016, p. 94).

Evidentemente, as prisões não constantemente barulhentas e algumas partes da prisão podem ser mais sossegadas que outras (Rice, 2016). Tanto James como Shannon, ambos ex-reclusos, descrevem terem encontrado lugares relativamente calmos no interior da prisão. James foi levado para uma zona melhor, a qual este considerou como sendo luxuosa em comparação às suas acomodações anteriores. Uma das coisas de que ele se apercebeu, foi do facto de que as paredes eram à prova de som. Aliás, James menciona a insonorização primeiro que outras vantagens que poderiam parecer muito mais óbvias, tais como “*as janelas grandes e sem grades*” (2003, 127, cit. in Rice, 2016, p. 16). Presumivelmente, ele faz isto devido a que o silêncio ou sossego marcam a melhoria mais notável nas suas condições de vida, sugerindo, uma vez mais, que isto é algo muito raro em zonas comuns da prisão (Rice, 2016).

Como foi possível observar através da revisão da literatura efetuada, vários são os autores que sugerem que a arquitetura/design prisional poderão influenciar o dia-a-dia dos reclusos.

²⁹ Rice (2016) analisou quatro diários escritos por indivíduos que cumpriram sentenças na prisão, nos quais descreveram as suas experiências no interior de estabelecimentos prisionais em Inglaterra. Estes diários envolvem narrativas baseadas e informadas em experiências particulares. O autor procurou identificar pontos interessantes de divergência e convergência, sobre o som, entre as diferentes narrativas. Estas fontes de informação foram escritas entre 1992 e 2003

Porém, os estudos empíricos que visam estudar a relação entre a arquitetura/design prisional e o comportamento dos reclusos são escassos. Os estudos sobre o tema, muitas vezes são de épocas demasiado tardias, enquanto outros se limitam a explicações meramente teóricas, não incluindo estudos empíricos. Este é um tema que estagnou. Porém, começa a renascer na atualidade através de estudos que apresentam resultados que envolvem, por exemplo, as infrações na prisão e as relações mantidas entre reclusos e guardas prisionais – temas estes com grandes implicações económicas para o sistema de justiça e para a sociedade (e.g. Beijersbergen et al., 2016; Morris e Worrall, 2014). Ainda assim, os referidos estudos tendem a basear-se, meramente, em tipologias arquitetónicas. Com esta investigação pretende-se ir para além do referido, pelo que o foco se estabelecerá em quatro características arquitetónicas, selecionadas pela relevância que lhes é atribuída em diversos estudos: o som, celas, localização e tamanho dos EPs. Por este motivo (a escassez de estudos sobre esta temática), muitos dos estudos empíricos referidos nesta investigação estabelecem apenas uma relação indireta entre a arquitetura/design e o comportamento dos reclusos. Espera-se que os resultados deste estudo contribuam para o desenvolvimento do conhecimento científico da área.

No âmbito da tendência do “*mass incarceration*”, foi criada uma ampla gama de designs prisionais (alguns novos e outros inspirados em designs utilizados no passado). O resultado, foi “*a plethora of prison designs*” (Nadel e Mears, 2018, p. 14). A diversidade existente no âmbito da arquitetura prisional – e as despesas adicionais associadas à construção e administração de diferentes tipos de instalações – deriva da assunção de que a arquitetura importa (Nadel e Mears, 2018). Porém, tem sido dada relativamente pouca atenção à identificação da base empírica ou teórica, sob a qual esta assunção assenta (ibid.).

O principal suporte teórico da arquitetura prisional, é o de que esta é capaz de influenciar as experiências e comportamentos dos reclusos, fazendo-o complementariamente a outros aspetos inerentes à operação das prisões, tais como as práticas administrativas e regras, interações entre reclusos e guardas prisionais, cultura prisional, quantidade e qualidade dos programas de reabilitação, entre outros (Nadel e Mears, 2018). A investigação empírica sobre a arquitetura prisional é, praticamente, inexistente, tirando algumas exceções (Nadel e Mears, 2018, p. 9). Apesar dos avanços em relação ao entendimento daquilo “*que funciona*” para a redução do crime e reincidência, continua a existir, dentro desta área de investigação, uma lacuna notável: “*What is the evidence that prison architecture influences inmate behavior or reentry outcomes?*” (Nadel e Mears, 2018, p. 1).

O impacto de um programa ou política tem maior probabilidade de ser benéfico, quando os seus objetivos são claros e a teoria em que assentam está bem articulada e se baseia em investigações credíveis. Presumivelmente, a arquitetura prisional varia, em parte, devido a que os seus administradores consideraram que o design das instituições poderá afetar o comportamento dos reclusos e outros objetivos correcionais. Apesar disto, há pouca evidência de que exista uma lógica claramente articulada, que explique os mecanismos através a arquitetura deverá concretizar esses objetivos (Nadel e Mears, 2018). Posto de forma diferente, os administradores dos estabelecimentos prisionais decidem, frequentemente, que um design deverá seguir determinados objetivos, sem estabelecer claramente o “*porquê*” ou “*como*” o design deveria ou o irá fazer - melhorar a segurança dos reclusos e funcionários do estabelecimento prisional, melhorar os custos-eficácia ou reduzir o crime dentro e fora do estabelecimento (por exemplo) (Nadel e Mears, 2018, p. 12). O facto de existirem diferentes tipos de arquitetura e de design prisional deve-se a que estes estabelecimentos não têm como único propósito servir de residência a reclusos. Nesse caso, todos os estabelecimentos prisionais adotariam designs uniformes (e.g. Beijersbergen et al., 2016; Morris e Worrall, 2014).

São poucos os estudos que avaliam estes argumentos através de investigações metodológicas consistentes (Nadel e Mears, 2018). A evidência produzida tem-se limitado, principalmente, a estudos qualitativos sobre a vida na prisão (e.g. Sykes, 1958) ou estudos que se centram apenas num único tipo de design prisional (e.g. Applegate, Surette e McCarthy, 1999; Wener, 2006). No geral, a investigação empírica sobre os efeitos da prisão tende a ignorar o design prisional, focando-se antes em fatores ambientais, tais como a sobrelotação das prisões, a proporção de reclusos em comparação com a de guardas prisionais ou os níveis de segurança (e.g. Steiner, Butler e Ellison, 2014).

Tendo o anterior em consideração, com esta dissertação pretende-se contribuir para o desenvolvimento do conhecimento nesta área, mediante um estudo qualitativo que abarca aspetos distintos, dentro da arquitetura e design – o qual é fundamental para que seja possível obter as perceções de reclusos em relação às suas experiências, forma como são moldados pelo design e em relação a mudanças específicas que estes consideram que poderiam melhorar o processo de adaptação (Nadel e Mears, 2018; Wooldredge, 2020). Em Portugal, os estudos sobre a arquitetura e design prisional são praticamente inexistentes. Sendo assim, esta dissertação irá contribuir para a produção de conhecimento sobre a arquitetura e design prisional no contexto português.

Investir em estudos sobre a arquitetura prisional possui benefícios. À medida que os orçamentos dos estabelecimentos prisionais continuam a expandir, entender a forma como os diversos designs prisionais afetam a eficiência da prisão, em termos de custos sociais e financeiros, irá ajudar-nos a garantir um melhor investimento dos recursos, os quais já são escassos (Steiner e Wooldredge, 2017; Wener, 2012). Sem evidência que corrobore o impacto que os diferentes tipos de design têm, poderá ser feito um melhor investimento se estes recursos forem direcionados para outros aspetos, tais como programas de reabilitação ou práticas administrativas. Enquanto o sistema prisional pretender melhorar os seus resultados em relação aos reclusos - tanto durante a reclusão como após a sua libertação - deverá basear as suas decisões sobre a arquitetura prisional em evidência empírica, em vez de se basear nos benefícios que se assume que os distintos designs prisionais poderão ter (Nadel e Mears, 2018).

CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO

1 Objetivos e Questões de Investigação

O objetivo geral deste estudo é compreender a relação entre a arquitetura e design prisional e os comportamentos dos reclusos, mais concretamente, perceber de que forma a arquitetura e design prisional (celas, som, tamanho e localização) influenciam o comportamento de adaptação à prisão pelos reclusos. A seleção deste tema fundamenta-se na literatura que sugere que os designs prisionais orientados para a ressocialização são eficazes na redução das despesas do sistema de justiça e na prevenção da reincidência, surtindo uma influência no comportamento de adaptação à prisão dos reclusos (e.g. Morris e Worrall, 2014). Apesar disto, são raros os estudos focados neste tema específico (e.g. Nadel e Mears, 2018). **Assim, os objetivos deste estudo são:**

- 1.** Descrever os aspetos arquitetónicos e de design (celas, tamanho e localização) dos estabelecimentos prisionais que fazem parte da amostra;
- 2.** Obter a perceção dos reclusos em relação à arquitetura e design prisional;
- 3.** Perceber qual a relação entre a arquitetura e design prisional (celas, som, tamanho e localização) e a forma como os reclusos se comportam com os guardas prisionais e entre si;
- 4.** Perceber qual a relação entre a arquitetura e design prisional (celas, som, tamanho e localização) e a prevalência e tipo de infrações cometidas pelos reclusos;
- 5.** Averiguar se existem outras características da arquitetura e design prisional (para além das celas, som, tamanho e localização) que influenciem o comportamento de adaptação à prisão dos reclusos.

Quanto às questões de investigação:

a) Qual a percepção dos reclusos em relação à arquitetura e design prisional dos estabelecimentos onde estão? b) Qual a percepção dos reclusos relativamente à relação entre a arquitetura e design prisional (celas, som, tamanho e localização) e as relações mantidas entre reclusos e entre reclusos e guardas prisionais? c) Qual a percepção dos reclusos relativamente à relação entre a arquitetura e design prisional (celas, som, tamanho e localização) e a prevalência e tipo de infrações cometidas pelos reclusos? d) Segundo a percepção dos reclusos, que características inerentes à arquitetura e design prisional têm um maior impacto no seu comportamento de adaptação à prisão?

Há alguns fatores que poderão contribuir para a reduzida quantidade de estudos empíricos sobre o a arquitetura e design prisional, sendo alguns destes o facto de que, normalmente, os sistemas prisionais não costumam disponibilizar nenhuma descrição do tipo de designs que usam. Mesmo possuindo informação sobre o design prisional, é muito difícil isolar os efeitos da arquitetura de outras influências. Para além disto, poderá existir uma grande variedade de diferenças físicas, mesmo entre tipos de design similares (Nadel e Mears, 2018). Assim, este tipo de estudos necessitam, também, de avaliar outras características físicas da prisão consideradas importantes, tais como, por exemplo, a idade do estabelecimento, o som, as cores, acessibilidade e quantidade de luz solar, a utilização de materiais confortáveis, entre outros (e.g. Beijersbergen et al., 2016; Fikfak et al., 2015).

Considerando o anteriormente mencionado e o facto de que em Portugal, por um lado, os estabelecimentos prisionais regionais se assemelham bastante entre si e, por outro, não estão submetidos a estilos arquitetónicos específicos, os quais apenas tendem a caracterizar as grandes construções prisionais (cf. Comissão das Construções Prisionais, 1956; Lima, 1961, cit. in Gonçalves, 2002), esta investigação irá centrar-se em determinadas características específicas inerentes ao design e arquitetura prisional. Há alguns elementos que são comuns à maioria de instituições penais, entre os quais: a localização e tamanho do estabelecimento prisional, as celas e o som (e.g. Beijersbergen et al., 2016; Bierie, 2012; Fairweather, 2000; Fikfak et al., 2015; Hemsworth, 2016; Johnsen et al., 2011; Rice, 2016). São estas as características nas quais este estudo se irá focar.

2 Metodologia

Neste estudo, procedeu-se à recolha de dados no âmbito prisional, o qual se caracteriza pela restrição da liberdade, autonomia e privacidade dos reclusos Gostlin, Vanchieri e Pope (2007, cit. in Gomes e Duarte, 2020) e, conseqüentemente, assume uma forte carga emocional, fruto das dores da privação. Devido ao desejo por ouvir os reclusos e aceder à

percepção destes relativamente ao tema sob investigação, optou-se pelo uso de uma metodologia qualitativa, a qual é fonte de descrições ricas e bem fundamentadas (Castleberry e Nolen, 2018).

Investigação qualitativa é um termo amplo que cobre um variado conjunto de técnicas e filosofias, não sendo fácil de definir (Hennink, Hutter e Bailey, 2020). No geral, podemos descrevê-la como uma abordagem que nos permite analisar detalhadamente as experiências das pessoas, utilizando um conjunto específico de métodos de investigação, tais como as entrevistas em profundidade - as quais foram utilizadas neste estudo para a recolha de dados -, discussões de “*focus group*”, observação, análise de conteúdo, métodos visuais e histórias de vida ou biografias. Apesar disto, a investigação qualitativa vai muito além da mera aplicação de métodos qualitativos (Hennink et al., 2020).

Durante muito tempo, prevaleceu na literatura a crença de que a arquitetura e o design prisional influenciam o comportamento dos reclusos, porém, são poucos os estudos empíricos sobre o tema (e.g. Nadel e Mears, 2018). Mediante uma investigação qualitativa, é possível ouvir os reclusos e aceder à sua percepção quanto à realidade prisional e influência que a arquitetura e design têm nos seus comportamentos, não apenas a um nível objetivo, mas também subjetivo.

Este é um método que assenta numa investigação exploratória e construtivista, com um especial enfoque no raciocínio teórico indutivo. Os investigadores qualitativos estabelecem conceitos, percepções e compreensões através de padrões nos dados, em vez de recolherem dados para acederem a modelos pré-concebidos, hipóteses ou teorias (Taylor et al., 2015). Dada a escassez de estudos empíricos que provem a relação sob investigação – dentro dos quais, a maioria, são estudos quantitativos -, afigura-se fundamental aceder à percepção dos reclusos quanto às suas experiências, forma como são moldados pelo design e arquitetura do estabelecimento prisional e possíveis alterações que possam vir a ser implementadas (Beijersbergen et al., 2016; Nadel e Mears, 2018). Para este fim, a metodologia qualitativa destaca-se pois, tal como explicado, não nos limitará a teorias ou modelos pré-concebidos. Mediante esta metodologia é possível adquirir informação sobre características arquitetónicas ou de design que não tenham sido previamente consideradas, o qual poderá contribuir com novo conhecimento sobre o tema para a literatura.

Por fim, os investigadores qualitativos estudam as pessoas no seu ambiente natural, o qual permite perceber de que forma as experiências e comportamentos dos participantes do estudo podem ser moldados pelo seu contexto de vida social, económico, cultural ou contexto físico

em que vivem³⁰ (Hennink et al., 2020). Esta característica poderá ser de interesse num estudo cujos dados foram recolhidos num contexto tão particular como é o ambiente prisional.

2.1. Amostra e Procedimentos

Tipicamente, as discussões relativas ao processo de amostragem centram-se em volta de quem está no nosso estudo – os tópicos, entrevistados, participantes ou colaboradores (Leavy, 2017). A amostragem é um processo de seleção de um determinado número de casos individuais dentro de uma população maior. A população é um grupo de elementos relativamente aos quais poderemos vir, posteriormente, a fazer constatações. A amostra é o número de casos individuais que iremos selecionar e a partir do qual iremos produzir dados (Leavy, 2017).

A escolha do tamanho da amostra irá variar conforme a quantidade de casos necessários para respondermos às nossas questões ou hipóteses de investigação, os recursos a que temos acesso (em termos monetários e temporais); o tipo de método ou métodos de investigação que estamos a utilizar; e o tipo de normas que correspondem a esse método particular. As abordagens qualitativas tendem a favorecer amostras de tamanho mais pequeno. Apesar disto, não há regras concretas quanto ao tamanho da amostra (Leavy, 2017). Algo a ter em consideração, é o facto de que quando os dados são valiosos, estes contribuem com informação ou conhecimento novos. Quando obtemos dados adicionais e estes não contribuem com nada de novo em relação aos dados previamente obtidos, isto significa que alcançamos o ponto de saturação. Uma vez alcançado este ponto, arriscamo-nos a que os dados adicionais se tornem redundantes e excessivos (Coffey, 1999, cit. in Leavy, 2017).

Neste estudo, a amostra foi constituída por reclusos de cinco estabelecimentos prisionais. Os estabelecimentos prisionais que fazem parte da amostra foram selecionados mediante um **processo de amostragem por conveniência**³¹ (por motivos de segurança dos reclusos, não serão revelados os nomes dos EPs participantes). Na visita realizada ao primeiro EP do estudo, foi exposta a seguinte situação por parte do diretor: dado o tema sob investigação, nem todos os reclusos seriam capazes de responder às perguntas, pelo que

³⁰ “Os investigadores qualitativos estudam as coisas no seu contexto natural, tentando dar sentido ou interpretar os fenómenos com base nos “significados” que as pessoas lhes atribuem” (Lincoln, 2008b:4, cit. in Hennink et al., 2020, p. 10).

³¹ As amostras por conveniência baseiam-se na premissa de que procurar casos mais adequados ao estudo produzirá dados melhores e mais ricos e que os resultados do estudo serão um resultado direto dos casos amostrados. Esta é uma estratégia no âmbito da qual se considera que “*os casos ricos em informação*” têm uma maior capacidade de resposta em relação ao objetivo e questões de investigação (Morse, 2010; Patton, 2015, p. 264, cit. in Leavy, 2017).

poderiam limitar-se a respostas de “sim”, “não” e “não sei”. Adicionalmente, tendo em consideração a distância percorrida para visitar alguns dos EPs da amostra, não era economicamente viável visitá-lo mais de uma vez. Sendo o Diretor do EP a selecionar os reclusos, a probabilidade de aceitarem participar nesta investigação era maior. Conforme a situação descrita, concluiu-se que para este estudo se integraria melhor uma amostra de reclusos selecionada mediante um processo de amostragem por conveniência.

Para fazer parte da amostra, os reclusos tiveram de cumprir os seguintes requisitos: serem maiores de 18 anos; do sexo masculino, o qual é por uma mera questão de conveniência, tendo em consideração que a maioria da população reclusa é do sexo masculino; domínio da língua portuguesa, de forma a facilitar o processo de comunicação; e não possuir perturbações mentais conhecidas, passíveis de interferir com a realização das entrevistas. Obteve-se uma amostra de 11 reclusos - esperava-se entrevistar dois reclusos de cada estabelecimento prisional, porém, houve um recluso extra que se voluntariou para fazer parte desta investigação -, de forma a termos garantias de que haveria, pelo menos, um recluso disponível para ser entrevistado em cada um dos EPs da amostra, caso algum dos reclusos decidisse deixar de participar ou caso ocorresse algum imprevisto ou inconveniente. Também se colocou a possibilidade de terminar as entrevistas caso fosse atingido um ponto de saturação (Coffey, 1999, cit. in Leavy, 2017).

A seleção dos EPs que fizeram parte da amostra teve por base a maior diversidade possível, tendo-se procurado selecionar estabelecimentos com características distintas entre si e relevantes para o estudo (foram selecionados EPs desde o Norte ao Sul de Portugal). Os critérios principais para esta seleção referiam-se ao tamanho e localização do estabelecimento prisional; a idade, ou seja, estabelecimentos mais modernos e estabelecimentos mais antigos; e as acomodações disponibilizadas aos reclusos em termos de celas ou camaratas. Em relação ao tamanho³², este foi caracterizado com base numa obra de Beijersbergen et al. (2016), a qual se refere aos EPs grandes enquanto estabelecimentos com uma capacidade de acolher entre 322 a 680 reclusos e aos EPs pequenos como tendo capacidade de alojar até 120 reclusos. Quanto à localização, considerou-se a localização do estabelecimento prisional com base no isolamento na natureza ou integração deste na comunidade (Beijersbergen et al., 2016; Fikfak et al., 2015). A informação relativa a estes aspetos foi obtida através do site da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), devido à fiabilidade destes dados e sua frequente atualização

³² Não há, ainda, um consenso relativamente à forma como o tamanho dos estabelecimentos prisionais deverá ser medido, pelo que diferentes autores tendem a ter em consideração diferentes fatores para esta medição (e.g. Caravaca-Sánchez et al., 2019; Farrington e Nuttall, 1980).

(DGRSP, 2022a)³³. Os estabelecimentos que fazem parte da amostra têm todos o mesmo nível de segurança, com o objetivo de evitar diferenças significativas quanto ao acompanhamento e vigilância dos reclusos pelos guardas prisionais, criando a necessidade de desenvolver guiões de entrevista distintos.

Começou-se por enviar os **pedidos necessários** para a realização desta investigação, nomeadamente, à **comissão de ética da FDUP**, à **DGRSP** (anexo 1) e aos **Estabelecimentos Prisionais que fazem parte da amostra** (anexo 2). O pedido enviado ao Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, foi desenvolvido tendo por base a informação e requisitos disponibilizados no site da DGRSP para a realização de estudos e investigações académicas em meio prisional (DGRSP, 2022c). Quanto aos restantes pedidos, foram desenvolvidos tendo por base uma obra de Leavy (2017). O pedido enviado ao presidente da comissão de ética da FDUP visava solicitar o seu parecer quanto ao cumprimento das disposições de ética, esperando-se que fosse dada autorização para o prosseguimento da investigação. Foi enviado um primeiro email no dia 25 de outubro de 2022. Dada a ausência de uma resposta, entrei novamente em contacto no dia 22 de novembro e no dia cinco de dezembro do mesmo ano. Apenas recebi uma resposta no dia 21 de dezembro de 2022, na qual me foi dada autorização para prosseguir com a investigação. Quanto ao pedido formal enviado ao Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e à direção dos estabelecimentos prisionais da amostra, pretendia-se solicitar autorização para a realização do estudo em si e para aceder aos estabelecimentos prisionais da amostra. Foi, igualmente, pedida autorização para a recolha de dados, mediante uma entrevista semiestruturada, a uma amostra de 10 reclusos e respetiva gravação do áudio, com o qual se pretendia facilitar a posterior transcrição e análise das entrevistas. A realização deste estudo apenas foi possível graças à avaliação e autorizações positivas de ambas instituições. A informação de contacto da DGRSP e dos EPs do estudo, foi retirada da página da DGRSP. Os contactos com a DGRSP, pedindo a autorização para o estudo, ocorreram entre janeiro e abril. Posteriormente, os contactos com cada um dos EPs selecionados aconteceu entre abril e final de maio, tendo os dados sido recolhidos neste período à medida que cada EP concedia autorização para a minha entrada.

Algo muito importante a considerar na investigação qualitativa são os códigos de ética, os quais são formulados com o objetivo de regular as interações entre o investigador e as

³³ A DGRSP é “o organismo responsável pela prevenção criminal, execução de penas, reinserção social e gestão dos sistemas tutelar educativo e prisional” (DGRSP, 2022b).

peças, bem como os campos que se pretende estudar (Flick, 2009). Murphy e Dingwall (2001, p. 339) ligam a “teoria ética” a quatro problemáticas: **não maleficência** (os investigadores devem evitar magoar os participantes); **beneficência** (a investigação em sujeitos humanos deverá produzir benefícios positivos e identificáveis); **autonomia ou autodeterminação** (os valores e decisões dos participantes do estudo deverão ser respeitados); **justiça** (todas as pessoas deverão ser tratadas com igualdade). Segundo Gostlin, Vanchieri e Pope (2007, cit. in Gomes e Duarte, 2020), os indivíduos que se encontram em contexto de reclusão são aqueles que possuem mais riscos em termos de investigação, devido a que estão num contexto que lhes restringe a liberdade, autonomia e privacidade, os quais são fatores que constituem barreiras aos pré-requisitos da investigação ética. Assim, um outro pedido fundamental para a realização deste estudo refere-se ao **consentimento informado dos reclusos** (anexo 3) - uma vez que a participação nesta investigação é totalmente voluntária. Este pedido foi escrito tendo por base obras como a de Berg, Appelbaum, Lidz e Parker (2001, p. 256); Leavy (2017) e Nijhawan et al. (2013).

Um desafio à realização deste tipo de investigação, para além da demora e burocracias implícitas aos pedidos efetuados, é a seleção e recrutamento dos participantes do estudo, principalmente devido a que estes procedimentos são mais suscetíveis à interferência dos vários funcionários do estabelecimento prisional que medeiam o contacto entre aqueles que investigam e aqueles que são investigados. A regulamentação em excesso destes contextos também traz grandes desafios para a confidencialidade dos dados e da amostra. Neste estudo pediu-se o apoio do(a) Diretor(a) do estabelecimento prisional em questão, bem como do(a) diretor(a) adjunto(a), conforme a disponibilidade e possibilidades que demonstrassem ser mais convenientes no momento e no EP em concreto, para seleção de potenciais participantes, devendo preencher os requisitos previamente mencionados e ter demonstrado, de preferência, ser colaborativos com este tipo de investigações em experiências anteriores. Consequentemente, foi estabelecido um primeiro contacto com os participantes do estudo através do diretor(a) ou adjunto(a) do EP. O seguinte contacto foi feito por mim, no qual voltei a questionar o recluso quanto à sua vontade em participar nesta investigação, esclarecendo a natureza, objetivos e procedimentos do estudo, salientando o carácter voluntário da participação, assim como garantindo a sua confidencialidade. Todos os reclusos que tive o prazer de convidar para participarem desta investigação aceitaram de imediato tanto a sua participação como a gravação do áudio das entrevistas.

Apenas fazem parte do estudo os reclusos que deram o seu consentimento informado. As entrevistas foram feitas individualmente, com uma duração média de 50 minutos, decorrendo numa sala do EP dispensada para o efeito. As entrevistas decorreram sem elementos externos à investigação no interior da sala. A recolha de dados foi acordada em termos de dia e hora, consoante o que pareceu ser mais adequado ao estabelecimento prisional. Com a finalidade de facilitar a posterior transcrição das entrevistas, estas foram gravadas³⁴. Tentou-se criar um ambiente o mais agradável possível, havendo uma total abertura para qualquer questão que os reclusos quisessem colocar. Foi esclarecido, desde um início, que não há respostas certas nem erradas; que seria possível ser feita uma pausa sempre que considerassem necessário; que não eram obrigados a responder a questões indesejadas; e que poderiam desistir da sua participação no estudo a qualquer momento, sem nenhum tipo de consequência.

Todos os dados recolhidos foram utilizados, única e exclusivamente, para fins de investigação. A identidade dos participantes é confidencial, pelo que no estudo não foi utilizado o nome de nenhum deles, mas sim um código que lhes foi atribuído. Apenas eu e a minha orientadora da dissertação de mestrado tivemos acesso ao nome real dos participantes. As gravações das entrevistas, bem como as anotações feitas no decorrer destas, foram destruídas assim que foram transcritas. As transcrições não mencionam a identidade dos participantes, apenas o código que lhes foi atribuído. Para além disto, também foram atribuídos códigos às pessoas mencionada durante a entrevista. Os dados que, direta ou indiretamente, identificavam algum dos participantes deste estudo, foram omitidos. Qualquer documento que me tenha acompanhado sem os procedimentos de segurança referidos, fê-lo com todos os elementos identificativos dos participantes do estudo rasurados, omitidos ou convertidos em códigos e protegidos com uma password.

Os reclusos foram informados de que não sofrerão nenhuma consequência ou benefício diretamente decorrentes da sua participação ou não participação no estudo, quanto à sua situação de reclusão. Adicionalmente, foram informados quanto a possíveis riscos associados à entrevista, visto que poderão estar subjacentes a estas questões emocionais. Devido à sensibilidade inerente ao assunto a ser estudado, poderá originar-se algum desconforto, o qual se tentou evitar o máximo possível ao dar ao recluso a liberdade de se

³⁴ Tanto as gravações de voz quanto as respetivas transcrições originais foram guardadas em pastas distintas, no meu computador pessoal, protegidas através de password. Após a finalização da investigação, os dados em bruto foram eliminados.

abster de responder às questões que lhe foram feitas ou de desistir da sua participação no estudo a qualquer momento. Também foram mencionados alguns benefícios que poderão decorrer deste estudo, tal como a possibilidade de o recluso se fazer ouvir quanto às condições e dificuldades inerentes à vida no EP e poderá colocar-se a possibilidade de que os resultados obtidos neste estudo possam vir, num futuro, a ser aplicados na prática, melhorando as condições de vida nos EPs.

Para cumprir com os objetivos deste estudo, era recomendável que a amostra de participantes fosse o mais diversa possível. Em efeito, os participantes entrevistados preencheram essa necessidade. A amostra final é composta por 11 reclusos que, aparte do género e o facto de estarem a cumprir uma pena de prisão, não tinham outros elementos em comum, já que eram de diferentes idades, nível de escolaridade, origem geográfica, tipo de crime que originou a pena, tinham sido condenados a diferentes penas de prisão com diferentes durações e o tempo na prisão no momento da entrevista era muito diverso.

2.2. Instrumento de Recolha de Dados: Entrevista Semiestruturada

Neste estudo, os dados foram recolhidos através de uma entrevista semiestruturada e em profundidade. Uma entrevista pode ser definida enquanto um processo de interação social entre duas pessoas, em que uma delas, o entrevistador, tem como objetivo obter informações através do outro, o entrevistado. As informações são obtidas mediante um guião de entrevista, do qual consta uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos, segundo o problema de estudo (Haguette, 2013). As entrevistas qualitativas são flexíveis e dinâmicas. Estas têm sido descritas como sendo desestruturadas, não diretivas, não estandardizadas e com questões de formato aberto. Tem sido utilizada a frase “*entrevistas em profundidade*” para nos referirmos a este método da investigação qualitativa (Taylor et al., 2015, p. 102).

Segundo Rubin e Rubin (2012), com as entrevistas, o investigador procura informação detalhada e rica e não respostas de sim ou não ou de concordo ou discordo. O que se procura são exemplos, experiências, narrativas e histórias; o entrevistador não dá ao entrevistado categorias de resposta específicas. As questões são abertas, pelo que o entrevistado pode responder da maneira que decidir, podendo elaborar as suas respostas, discordar das questões ou levantar novos problemas; as questões que o entrevistador faz não são fixas. O entrevistador não precisa de se prender a um conjunto específico de questões nem de as fazer segundo uma ordem determinada. O entrevistador pode alterar ou saltar questões, no caso de estas não fazerem sentido no momento ou, inclusive, inventar novas questões durante a própria entrevista

para seguir novos “*insights*”. Também é possível preparar um conjunto de questões diferentes ou “à parte” para entrevistados diferentes (p. 29).

2.2.1 Guião de Entrevista

Quanto ao guião de entrevista, este serve para garantir que todos os tópicos-chave da investigação são abordados (Hennink et al., 2011, cit. in Taylor et al., 2015). O guião de entrevista não é um protocolo, é uma lista com as áreas gerais que deverão ser trabalhadas com cada entrevistado. Durante a entrevista, o investigador decide como formular as questões e quando as fazer. O guião serve apenas para evitar que o investigador se esqueça de fazer determinadas questões. Este também poderá ser revisto e alterado à medida que o investigador vai fazendo as entrevistas (Taylor et al., 2015). Riessman (1993) sugere que deveremos evitar estruturar demasiado os instrumentos de entrevista, permitindo aos entrevistados ter o controlo desta. As entrevistas são conversas, no âmbito das quais ambos participantes (aquele que está a falar e o que está a ouvir/questionar) criam significado em conjunto, pelo que ambas partes deverão ter, pelo menos, um mínimo de liberdade (Paget, 1983, citado em Riessman, 1993).

Neste estudo, o guião de entrevista (anexo 5) foi desenvolvido, na sua totalidade, pelo investigador. Este exercício demonstrou ser extremamente difícil, isto devido à grande ausência de estudos sobre a arquitetura e design prisional em Portugal e restantes países, não tendo encontrado nenhum estudo português que pudesse servir de guia. A isto adicionou-se a dificuldade de assumir o papel do recluso para entender o seu dia-a-dia dentro dos estabelecimentos prisionais, no âmbito do qual a sua atividade está altamente limitada e controlada, juntamente com o espaço que os rodeia. Foram vários os artigos consultados com o objetivo de desenvolver questões para o guião de entrevista, através dos quais foi possível criar uma ideia das principais características de design e arquitetura que influenciam a vida e comportamentos dos reclusos. Alguns dos artigos principais a ser consultados foram de Hemsworth, 2016; Jewkes e Laws, 2021; McGuire, 2018; St. John, Blount-Hill, Evans, Ayers e Allard, 2019. De forma a obter um melhor conhecimento das rotinas e horários prisionais, tal como da vida dos reclusos e restrições a que estão sujeitos, foram visualizadas entrevistas a reclusos em prisões portuguesas e consultadas algumas notícias (e.g. Cântio, 2019). Um outro desafio consistiu na adaptação do guião a uma linguagem simples e facilmente compreensível pelos reclusos, o qual se assume fundamental tanto no guião de entrevista como na redação do consentimento informado (Patton, 2015). Antes de se dar

início à entrevista em si, começou-se por fazer algumas perguntas introdutórias, com o objetivo de se criar um ambiente no qual o entrevistado se sentisse confortável.

Com as entrevistas realizadas no âmbito deste estudo, pretendeu-se explorar a percepção dos reclusos relativamente à arquitetura e design prisional; a influência da arquitetura e design prisional nas infrações cometidas pelos reclusos e nas relações entre reclusos e entre reclusos e guardas-prisionais; e explorar características arquitetónicas e de design referidas pelos reclusos, para além daquelas específicas a este estudo (celas, som, tamanho e localização dos EPs). Com o fim de se cumprir com as finalidades enunciadas, as quais dariam resposta às perguntas de investigação deste estudo, foi desenvolvido um guião de entrevista dividido em duas dimensões: **Zonas do Espaço Prisional** e **Características Objetivas e Subjetivas da Arquitetura e Design Prisional**.

Na dimensão inerente às Zonas do Espaço Prisional, o ponto fulcral das questões direccionou-se para zonas específicas do estabelecimento prisional, quanto às quais se pretendia explorar a percepção dos reclusos e perceber a sua influência no dia-a-dia dos próprios. De forma a iniciar-se a entrevista, foi feita uma questão com a qual se esperava que o entrevistado descrevesse a rotina que mantém no seu dia-a-dia. Esta pergunta serviu para orientar a entrevista e dar-nos uma porta de abertura para as restantes questões do guião. Esta primeira dimensão dividiu-se em quatro subcategorias: o **recreio**, o qual foi incluído no guião para ser possível entender em que zonas da prisão os reclusos dispõem do seu tempo livre, o porquê e como ocupam o seu tempo nessas zonas; **Interação com os guardas-prisionais**, na qual se pretendia obter informação sobre as zonas da prisão onde tende a haver um maior ou menor contacto entre reclusos e guardas-prisionais. Também se visava explorar de que forma estas zonas influenciam as interações entre reclusos e guardas e o porquê; **Corredores**, cuja integração no guião se deveu ao facto de que os reclusos têm de passar, obrigatoriamente, por corredores para se poderem movimentar e deslocar no interior da prisão. Com esta pergunta pretendeu-se obter uma descrição generalizada dos diferentes corredores, perceber se estes diferem entre si e se estas diferenças entre os corredores incitam diferentes comportamentos nos reclusos; **Celas/Camaratas**, com esta subdimensão pretendeu-se perceber se os reclusos a ser entrevistados estavam em camaratas ou celas, em qual delas preferiam residir (e o porquê) e qual a sua percepção quanto a uma possível influência deste aspeto para o seu comportamento.

A dimensão sobre as Características Objetivas e Subjetivas da Arquitetura e Design Prisional visava explorar aspetos mais gerais da arquitetura no âmbito prisional (incluindo características fulcrais para este estudo e outras para além dessas), não se centrando meramente em zonas do

estabelecimento, mas sim nas características arquitetônicas em si. Esta dimensão foi subdividida em: **Natureza**, onde se pretendeu explorar o acesso visual dos reclusos para o exterior. Esta subdimensão foi inspirada pelos estudos que defendem que o acesso à luz natural e a paisagens naturais é essencial para uma boa adaptação prisional (e.g. Moran et al., 2021; Reddon e Durante, 2019). Assim, pretendeu-se conhecer a percepção dos reclusos quanto à influência que o acesso (ou privação) a estes elementos poderá ter nos seus comportamentos; **Som**, cujas questões tinham como objetivo explorar os sons mais comuns que os reclusos são capazes de ouvir (sejam estes provenientes do interior ou exterior da prisão) e de que forma o som poderá influenciá-los na forma como se comportam; **Localização**, a qual, durante muito tempo, foi um aspeto de grande relevância para a construção de estabelecimentos prisionais (Johnston, 1973). Neste ponto da entrevista procurou-se perceber, segundo o ponto de vista dos reclusos, se prefeririam estar numa prisão situada numa zona residencial ou isolada desse tipo de zonas (e o porquê); **Infrações**, onde se pretendeu explorar a relação entre a arquitetura e design prisional e as infrações cometidas pelos reclusos; **Alterações**, a qual foi deixada para o fim da entrevista para a finalizar com uma vertente mais positiva, ao estarmos a dar liberdade aos entrevistados para que nos digam que alterações deveriam ser feitas em termos arquitetónicos e de design (depois de tudo o previamente explorado).

As duas primeiras entrevistas a serem realizadas, demoraram, respetivamente, 50 minutos e 1h22 minutos. Durante o processo de realização das entrevistas houve um percurso de aprendizagem e adaptação da minha parte no que toca, por exemplo, à gestão dos tempos e durações das entrevistas. Isso pode explicar o porquê de as duas primeiras terem tido durações tão diferentes (50m e 1h22). Além do mais, os participantes iam sendo trazidos enquanto a entrevista anterior demorava, pelo que não houve pausas, o que pode ter originado algum cansaço, frustração e stress nas primeiras entrevistas que realizei. Foram criadas estratégias para ultrapassar as dificuldades que surgem no terreno, como levar um relógio para controlar o tempo e desenvolver estratégias para aumentar a minha concentração.

3 Análise de Dados

Quando se está a conduzir uma investigação qualitativa, os investigadores devem considerar a relação entre a recolha de dados e a análise, tal como a relação entre a teoria e os dados (Kennedy e Thornberg, 2018). A análise de dados é um paço central dentro da investigação qualitativa. Independentemente de quais forem os dados, é da sua análise que

irão derivar os resultados da investigação. A análise de dados envolve “working with data, organizing it, breaking it into manageable units, synthesizing it, searching for patterns, discovering what is important and what is to be learned, and deciding what you will tell others” (Bogdan e Biklen, 1982, p. 145, citado em Westbrook, 1994, p. 245).

Kennedy e Thornberg (2018) defendem que há, pelo menos, duas formas através das quais é possível relacionar a recolha de dados à análise no âmbito do processo de investigação: uma abordagem linear-sequencial ou uma abordagem interativa. Segundo uma **abordagem linear-sequencial**, os investigadores primeiro recolhem todos os dados e posteriormente procedem a analisá-los. Isto é comum em investigações quantitativas, mas também poderá ser aplicado em investigações qualitativas, por exemplo, quando se fazem análises de conteúdo. Esta foi a abordagem que se seguiu para este estudo, pois, dada a proximidade entre a maioria das entrevistas e tendo em consideração o elevado período de tempo que decorreu para se proceder com a transcrição das mesmas, foi tomada a decisão de que primeiro iria terminar-se as transcrições de todas as entrevistas e apenas após esta tarefa se realizaria a análise.

Segundo Flick (2014), a análise de dados qualitativos pode ter vários objetivos: **1)** descrever um fenómeno em maior detalhe. O fenómeno pode-se referir às experiências subjetivas de um indivíduo específico ou de um grupo, podendo focar-se no caso (individual ou grupal), nas suas características de interesse, e nas ligações entre ambos. A análise também se poderá focar na comparação entre casos diferentes (individuais ou grupais) e nas semelhanças ou diferenças entre eles; **2)** identificar as condições que justificam ditas diferenças, ou seja, procurar explicações para tais diferenças; **3)** desenvolver uma teoria através da análise do material empírico obtido à cerca do fenómeno a ser estudado.

3.1. Análise de Conteúdo

No âmbito da Investigação Qualitativa, uma das técnicas de análise de dados mais utilizada é a análise de conteúdo, a qual pode ser definida como “*a research technique for making replicable and valid inferences from data to their context*” (Kaplan, 1964, p. 21, citado em Westbrook, 1994, p. 245). No geral, a análise de conteúdo é uma metodologia utilizada para a descrição e interpretação de conteúdos de todo o tipo de documentos e textos. A matéria-prima da análise de conteúdo pode constituir-se por qualquer material oriundo da comunicação verbal ou não-verbal, tal como é o caso das entrevistas (coincidindo com o instrumento de recolha de dados deste estudo). Os dados que derivam destas fontes chegam em estado bruto, sendo necessário processá-los para facilitar a sua compreensão, interpretação e inferência (Moraes, 1999). Esta técnica baseia-se na premissa de que as diferentes palavras que derivam de

entrevistas ou observações podem ser reduzidas a categorias, às quais são atribuídos segmentos de material que partilham o mesmo significado ou conotação (Weber, 1990, citado em Westbrook, 1994).

Segundo Schreier (2014), há três características implícitas a este método: a análise de conteúdo qualitativa **reduz os dados**, é **sistemática** e é **flexível**. **1)** A análise de conteúdo exige que o investigador se concentre em determinados aspetos que se afigurem significativos relativamente à questão de investigação, pelo que é muito útil para a redução do material; **2)** Este tipo de análise é, também, altamente sistemática. Neste método requer-se que todas as partes do material que se considerem relevantes para a questão de investigação sejam examinadas, devendo ser seguida uma sequência de paços. Adicionalmente, o processo de codificação deverá ser feito, pelo menos, duas vezes, como forma de testar a qualidade das definições atribuídas às categorias; **3)** Uma outra característica chave da análise de conteúdo é a sua elevada flexibilidade. Na análise de conteúdo é possível combinar categorias que derivam da revisão da literatura e dos próprios dados, pelo que poderão ser criadas categorias através da informação que obtivemos com os dados e que não tinham sido anteriormente suscitadas mediante a informação obtida com a revisão da literatura.

Considerando que nesta investigação estamos perante questões de investigação que aludem a respostas concretas, selecionou-se a análise de conteúdo como o método que melhor se integraria neste estudo. Adicionalmente, o material adquirido com as entrevistas provou ser relativamente extenso, pelo que a capacidade da análise de conteúdo para reduzir material se afigurou relevante. A sua flexibilidade também provou ser importante, ao estarmos perante um tema pouco investigado, especialmente no âmbito da investigação qualitativa (Nadel e Mears, 2018).

Segundo Moraes (1999), o método de análise do conteúdo divide-se em cinco etapas: **1)** Preparação da informação; **2)** Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; **3)** Categorização ou classificação das unidades em categorias; **4)** Descrição; **5)** Interpretação.

Assim que tivermos a informação que será submetida para análise, é necessário começar-se pela sua **preparação**, no âmbito do qual se identificam as diferentes amostras de informação a ser analisadas. Neste estudo, a recolha de dados foi feita através de entrevistas semiestruturadas, pelo qual, a preparação da informação consistiu na transcrição dessas entrevistas, possibilitando a sua posterior análise. Também se dá início ao processo de codificação dos materiais, criando-se um código que permita identificar rapidamente cada

elemento da amostra dos documentos a analisar. Este código poderá consistir em letras ou números e servirá para orientar o investigador cada vez que deseje retomar algum documento específico (Moraes, 1999).

Após a preparação dos dados, segue-se para a **unitarização**, devendo reler-se cuidadosamente os materiais, a fim de se definir a “unidade de análise” (Moraes, 1999, p. 5). A unidade de análise é o elemento unitário de conteúdo que será posteriormente submetido à categorização. Neste estudo, pretende-se responder a questões de investigação muito precisas, pelo que se considerou que, para ser possível cumprir-se o melhor possível com os objetivos de investigação, a unidade de análise deveria consistir em temas. Neste âmbito, é necessário reler todos os materiais e identificar neles as unidades de análise. Após a codificação de cada unidade, dever-se-á ter as diferentes mensagens divididas em elementos menores, cada um deles identificado por um código que representa a unidade da amostra da qual provém (Moraes, 1999). Para que seja possível seguir com a classificação, cada unidade de análise deverá ser isolada.

Uma vez identificadas e codificadas todas as unidades de análise, poder-se-á passar para a **categorização**. A categorização é um procedimento no qual se agrupam os dados, considerando a parte comum que estes têm entre si. Estes poderão classificar-se por semelhança ou por analogia – neste caso concreto foram agrupados segundo as semelhanças entre os dados -, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo. Estes critérios podem ser semânticos, o qual originará categorias temáticas; poderão ser sintáticos, definindo-se as categorias segundo verbos, adjetivos, substantivos...; poderão ser léxicos, colocando ênfase nas palavras e seus sentidos; ou poderão ser expressivos, focando-se em problemas de linguagem. Os critérios que se seguiu no âmbito deste estudo foram os semânticos (Moraes, 1999). Neste âmbito, criou-se uma tabela dividida em Temas (4), Categorias (12) e Subcategorias (46). Os temas dividiram-se em: “O Simbolismo da Prisão”, onde se integrou a percepção dos reclusos relativamente aos estabelecimentos prisionais no geral; “Arquitetura e Design”, onde se inseriram as características arquitetónicas que os reclusos referiram, bem como as influências que os reclusos sentiam da parte desses elementos; “Adaptação à Prisão”, no qual foram abordadas as relações entre reclusos e entre reclusos e guardas, tal como informação sobre as infrações cometidas pelos reclusos; e “Sugestões”, o qual diz respeito a problemáticas e sugestões que os próprios entrevistados sinalizaram. Relativamente às subcategorias, foram criadas através de um processo interativo entre a literatura e os próprios dados que se recolheu (Mayring, 2015). A cada uma das subcategorias foram atribuídos segmentos textuais

considerados relevantes. A categorização na análise de conteúdo deve obedecer a determinados critérios: as categorias devem ser **válidas**, **exaustivas** e **homogêneas**. A classificação de qualquer elemento do conteúdo deve ser **mutuamente exclusiva** e **consistente** (Moraes, 1999).

Uma vez definidas as categorias e identificado o material inerente a cada uma delas, é necessário comunicar os resultados obtidos. A **descrição** é o primeiro momento desta comunicação. Numa investigação que segue uma abordagem qualitativa, geralmente a descrição consiste na criação de uma síntese para cada uma das categorias, que expresse os significados inerentes às diversas unidades de análise incluídas em cada uma delas (Moraes, 1999). Segundo Moraes (1999), é recomendável o uso de “citações diretas” dos dados originais.

Por fim, através da **interpretação** é possível aprofundar-se o conteúdo das mensagens. Neste âmbito salientam-se duas vertentes. Uma delas refere-se a estudos com uma fundamentação teórica explicitada a priori. Nestes estudos a interpretação é feita através da exploração dos significados expressos nas categorias de análise em contraste com a fundamentação teórica. Na outra vertente, a teoria é construída com base nos dados e nas categorias de análise. A teoria emerge das informações e das categorias, pelo que, neste caso, a própria construção da teoria é uma interpretação (Moraes, 1999).

CAPÍTULO III – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo proceder-se-á com uma exposição e discussão dos resultados obtidos por meio das entrevistas realizadas. Começar-se-á por explorar a percepção dos reclusos relativamente à prisão, segundo uma visão geral. A seguir apresentar-se-ão as descrições feitas pelos entrevistados relativamente aos vários elementos de design e de arquitetura dos EPs. Será mantido um foco nas características inerentes às celas/camaratas, som, localização e tamanho dos EPs, seguindo-se para as influências destes espaços nos participantes. Posteriormente explorar-se-á a influência da arquitetura e do design na adaptação à prisão, mormente por via do seu impacto nas relações entre reclusos, entre reclusos e guardas e nas infrações cometidas pelos reclusos. Por último, serão abordadas as sugestões que os próprios participantes do estudo propuseram na sequência da realização da entrevista.

1. Arquitetura e Design Prisional

1.1. O Simbolismo da Prisão

No que concerne à percepção de cinco reclusos, relativamente aos estabelecimentos prisionais, estes descrevem-nos como construções antigas, degradadas, desumanas e de ambiente pesado, opressivo e frio: *“As prisões (...) em Portugal, são muito antigas. (...) Têm todas, mais ou menos, a mesma configuração. (...) a prisão deveria ser um sítio ahhh mais normal (...) Menos opressivo, ahhh, porque parece que se faz questão. (...) Acho que as prisões deveriam, devia existir um investimento. Forte. Grande. Ahhh para, para torná-los (...) Mais humanos?”* (10411P); *“(...) o ambiente é tão frio, tão frio, tão frio, tão frio... que acaba por nos transformar (...) nos deixar mais frios e mais calculistas (...)”* (40524R). Os restantes seis participantes da amostra limitaram-se a dar a sua opinião sobre o EP onde estavam inseridos, sem oferecer uma opinião mais geral. Isto poderá dever-se ao facto de este estudo ser constituído por reclusos que já estiveram em mais de um EP e outros que apenas estiveram num. Os indivíduos que estiveram previamente em reclusão noutros EPs demonstraram uma maior facilidade na hora de dar a sua opinião sobre os EPs portugueses.

Foram, também, referidas características passíveis de influenciar o ambiente prisional, tais como a utilização de grades e a degradação, as quais, segundo o entrevistado 50530L, criam um ambiente pesado: *“(...) fui para um EP (...) queee... esse sim, para mim era uma coisa (...) desumana. (...) Por exemplo, o espaço lá (...) pesa mais que aqui (...) era uma ala muito grande, com muitas grades (...) é uma construção muito antiga. Por exemplo, essa construção aqui não é nova, que é em pedra, mas o do (nome do EP), eu acho que é tão antigo quanto essa, mas é muitooooo... degradado. (...) E lá já vai pelo design mesmo, na minha opinião”*. O ambiente prisional, por sua vez, é passível de influenciar os reclusos. Por exemplo, o entrevistado 40524R, ao sentir-se saturado por o espaço onde estava ser demasiado fechado, requereu transferência para outro estabelecimento (mesmo sob pena de esta transferência impactar a frequência das visitas que recebia): *“(...) a minha família é de x sítio, e “não peças transferência para ires para x sítio, porque é um bocado longe e não sei quê” (...) mas eu já ‘tava saturado de estar ali, porque era (...) um espaço muito fechado”*.

Apesar de nesta investigação, por motivos de segurança e proteção dos participantes, não ser possível dizer quais os estabelecimentos prisionais visitados, as percepções expostas coincidem com a literatura inerente ao tipo de EPs a que se referem. Os EPs mencionados pelos participantes são, todos eles, antigos, caracterizando-se pela sua tipologia arquitetónica, que

assenta em objetivos como a dissuasão e a retribuição³⁵. Algumas das características referidas inserem-se dentro do conceito de arquitetura dura³⁶. O espaço descrito pelo entrevistado 10411P, é um excelente exemplo disso: “(...) só o entrar naquela sala eu já fiquei meio arrepiado. Eu não sei se o objetivo da sala é provocar isso. (...) Isto parece um tribunal (...) porque são (...) uma versão da mesa muito grande, com uma toalha de napa, preta, cadeirões muito grandes, pretos ... tudo é madeira à volta, faz lembrar aqueles castelos medievais... (...) Eu sinto um peso! Grande! (...) Eu senti... parece que alguém me estava a agarrar e a pôr pra baixo.” (10411P).

Foram ainda referidos dois temas de extrema relevância, a privação da liberdade e a ressocialização do recluso: “A cadeia também merecia outras arquiteturas, outros desenhos (...) porque, isto são os presos que estão aqui. As pessoas vão embora no final do dia e nós continuamos aqui todos os dias (...) e era bom ter melhorias dentro (...) das cadeias todas de Portugal. (...) todos nós cometemos crimes, mas estamos a pagar por isso e acho que estarmos privados da liberdade acho que merecíamos também ‘tár (...) num sossego nuuum bom ambiente (...) para passarmos o tempo da melhor maneira.” (50530F); “Era importante, devagarinho (...) fazer pequenas reparações para ir de encontro àquilo que se quer. A reinserção social.” (10411P).

É interessante a forma como nestas citações se estabelece uma relação entre a arquitetura e as condições do espaço em si com os planos de uma futura reinserção social. Adicionalmente, ainda se expressa a ideia de que estão a “pagar” pelo crime que cometeram mediante a privação da liberdade. Ao estarem meramente privados do seu direito à liberdade, nada impede que as condições dos estabelecimentos prisionais sejam melhores. Ditas condições deveriam garantir, no mínimo o que seria considerado básico para os participantes. Inclusive, um dos participantes, tal como previamente citado, referiu que os EPs deveriam ser mais humanos, ou seja, a ideia de que os EPs deveriam aproximar-se

³⁵ Neste ponto não irei remeter para a literatura sobre o tema, uma vez que isso me obrigaria a utilizar literatura sobre as tipologias arquitetónicas referidas. Dada a quantidade extremamente pequena de estabelecimentos prisionais portuguesas com tipologias arquitetónicas específicas, seria muito fácil adivinhar quais os EPs da amostra.

³⁶ Alguns vestígios de uma filosofia retributiva visíveis na arquitetura prisional são, por exemplo, o uso de uma arquitetura dura (janelas gradeadas, paredes de cimento, chão de superfície dura, cores monótonas, mobília desconfortável e indestrutível) (Jewkes, 2018).

arquitetonicamente de estruturas comuns na sociedade, o qual é típico de EPs que adotam arquiteturas com o objetivo da reabilitação³⁷.

1.2. Celas e Camaratas

As descrições que os reclusos fazem das celas e das camaratas assumem extremos. De uma forma geral, as camaratas parecem ser pequenas e sobre-populadas, com um mínimo de mobiliário e de condições sanitárias e de higiene:

“(...) a camarata... deverá ter uns nove metros por quatro, se tanto, onde estão ehh cinco beliches (...) Temos uma mesa de apoio, temos os DEZ cacifos (...) e temos uma casa de banho (...) munida de chuveiro (...) só que não tem água quente.” (30511M)

Relativamente às celas, no geral, as descrições variam desde condições que os participantes consideraram ótimas, pois vão além daquilo que se consideraria o mínimo, até condições miseráveis. Em algumas situações, não se preencheu nem com os requisitos mínimos de saúde e segurança, uma vez que foram descritos espaços infestados de pragas, passíveis de ser afetados pelas condições climáticas, ricos em verdete e insalubres:

“A gente lá em cima tem colchões como se tem em casa. (...) Temooosss condições extraordinárias (...) é uma cela grande, né? (...) leva três camas, temos (...) o nosso armário prá roupa (...) Ahhhhhh, cada um tem o seu armário para os produtos de higiene e prá comida, também. Temos uma mesa, que fica por baixo. Ahhhhhh depois temos uma mesinha com rodinhas, quéeéé onde a gente tem a televisão (...) cada um tem o seu próprio lavatório (...) depois temos a parte da casa de banho, quéeé fechada.” (20418D)

“Ahhhhh as celas são muito degradadas (...) os armários (...) ‘ta tudo estragado.... É assim, um ambiente assim ... mau. Depois tem bichos (...) Eu até vim para aqui, não sabia o que eram percevejos até que eles me começaram a atacar. (...) teeeemmm média de três por dois (...) Com duas camas, lado a lado. Ahhhhhh um buraco (...) onde tenho caixas de fruta para guardar aaaa a, a roupa e etc [ri-se], sim. Eeee tem uma, uma sanita e um lavatório das mãos, tudo em aberto. Não há... não há porta, não há nada.” (20418V); “Chove dentro das alas (...) e nalgumas celas também. (...) o balneário (...) é um bocado perigoso (...) tem azulejos// ladrilhos partidos ahhhhhhh um bocado de viga já com o cimento à mostra, as paredes todas

³⁷ Um exemplo disto, são os estabelecimentos que adotam um sistema em supervisão direta, os quais têm como seu objetivo primordial a reabilitação dos reclusos (Waid e Clements, 2001). Este tipo de design prioriza a ideia de que os reclusos devem ser tratados como “humanos”, pelo que, como referido na revisão da literatura: nas unidades comuns não são utilizadas grades, todos os quartos dos reclusos têm janelas, carpetes, móveis e paredes coloridas, tudo isto para ser possível reduzir o ambiente institucional destes estabelecimentos. Este design pretende eliminar todos os possíveis “símbolos da reclusão” (Zupan, 1991, p. 67).

verdes (...) falta de vidros nas janelas (...) as celas (...) a minha 'tava pintada, 'ta pintada porque eu a pinteí, mas não estava. As paredes estavam cheias de bolor (...)" (40524E).

No âmbito das descrições que os reclusos fizeram, houve duas em concreto que se destacaram, correspondendo ao mesmo EP. Ambos entrevistados manifestaram estar satisfeitos com as condições facultadas, o qual se verificou ser uma circunstância rara ao longo desta investigação. Este espaço em concreto, não foi construído com o objetivo de servir de estabelecimento prisional, mas sim como convento. Posteriormente passou a ser utilizado como EP para reclusas e, apenas recentemente, começou a receber reclusos. Este pormenor adquire uma importância significativa, uma vez que na revisão da literatura se encontrou informação que sugere que os EPs femininos assumem uma arquitetura muito mais leve em comparação com os EPs masculinos, uma vez que o seu objetivo tende a ser, principalmente, reabilitativo (Johnston, 1973). Esta poderá ser a razão de dita satisfação dos reclusos pelo espaço. Houve um outro EP onde, no geral, também se poderá considerar as descrições dos entrevistados como satisfatórias. Esse estabelecimento foi um dos mais pequenos da amostra. É importante considerar, que os estabelecimentos com objetivos reabilitativos tendem a priorizar espaços de menores dimensões, como é o caso dos estabelecimentos com o design de campus ou supervisão direta (Johnston, 1973).

Questionou-se os participantes com o objetivo de se compreender se há alguma coisa que consideram positiva dentro das suas celas ou camaratas e se fizeram alguma alteração ao espaço. Também foram feitas algumas sugestões de como as celas e as camaratas poderiam ser melhoradas. Considerou-se como características positivas, o espaço, nas celas/camaratas de maiores dimensões ("*(...) a única coisa positiva (...) é que acabo mesmo por ter mais espaço.*" (30511A)); as janelas ("*A grande vantagem disto é que uma das paredes é tudo janela.*" (10411A)) e a luz natural ("*Tenho... claridade natural oooo dia inteiro, ali dentro da cela.*" (40524L)), tendo sido das características sinalizadas com maior frequência; o aquecimento central, a acessibilidade a um espelho e a privatização da casa-de-banho ("*Gosto da parte que tem uma porta privada para a casa de banho (...) temos um bom espelho dentro da cela (...) tenho aquecimento central (...)*" (50530F)); e as decorações feitas pelos próprios entrevistados ("*o que eu gosto nela é que dá, 'tá, 'tá decorada como eu a decorei! (...) faz daquilo o meu conforto.*" (40524E)). As alterações³⁸ e as sugestões que

³⁸ Entre os entrevistados, quatro não fizeram nenhum tipo de alteração à sua cela/camarata. Inclusive, segundo o entrevistado 30511A, tentar implementar alterações no espaço poderá incitar a que se originem conflitos entre reclusos: "*(...) as alterações podem criar conflitos [ri-se] (...)*" (30511A).

os entrevistados fizeram, estão em consonância com as características positivas que os entrevistados apontaram. As alterações consistiram em tentativas por controlar o nível de luminosidade que entra para as celas/camaratas (*“Pus aaaaa uma cortina também na janela por causa da claridade (...)”* (40524R)); aumentar a privacidade (*“(...) por exemplo, eu ‘tou na casa-de-banho, tenho a porta aberta, entra uma pessoa qualquer via-me dentro da casa-de-banho (...) pus uma cortina e é o que a maior parte dos reclusos acaba por fazer.”* (40524R)); e decorar ou embelezar os espaços (*“Pus cortinados! Embelezei a cela no// nesse sentido. (...) pus uma toalha na mesa! Ahhhh, ou seja, dei ali um toque... pessoal, vá, na cela, para me sentir um bocadinho melhor.”* (40524L)). Os dois primeiros pontos foram os mais comumente referidos.

Nas sugestões, tornou a repetir-se a importância do espaço dentro das celas e camaratas, a importância da iluminação, do ar condicionado e aquecimento central e a fundamentalidade da privacidade. Para além destes pontos, sugeriu-se a prestação de uma maior variedade de mobília e espaços de arrumação (*“ahhhh, o que faria falta na minha cela seria (...), um armárioooo (...) para a roupa não estar (...) exposta ao// à HUMIDADE (...)”* (40524L); *“(...) punha uma mesa e uma cadeiraaa (...)”* (40524R)); campanhas de emergência (*“(...) o que é que fazia falta? (...) uma campanha de emergência que não temos dentro da cela.”* (40524E)); a utilização de cores mais vivas e que contribuam para um aumento da claridade e a necessidade de serem instaladas sanitas normais, visto que em alguns EPs se usa a casa-de-banho turca, que consiste num buraco no chão: *“Pintava de outra cor [ri-se] (...) punha uma porta (...) para ir para a sanita, punha uma sanitaaa! Porque já não se usam buraco no chão (...)”* (40524R).

Conclui-se que o conforto térmico, as janelas, a luz, o espaço, a privacidade (e.g. casas de banho privativas), a acessibilidade a diferentes tipos de mobília (e.g. mesas, cadeiras, armários), a utilização de cores vivas, a prestação de campanhas de emergência dentro das celas e a qualidade do isolamento, são considerados importantes, assim como a possibilidade de os reclusos poderem ter alguma margem de manobra na adaptação do espaço ao seu gosto. Uma vez mais, podemos denotar que as características sinalizadas se integram numa arquitetura centrada na reabilitação, como é o caso do campus e supervisão direta (Waid e Clements, 2001).

No que diz respeito à influência da arquitetura e design das celas e camaratas, constata-se o seu impacto ao nível do humor e estado de espírito - *“(...) se nós estivermos (...) num sítio queeee minimamente nos agrada, o nosso humor muda. Ou seja, nós sentimo-nos (...) mais tranquilos. (...) algum sentimento de revolta (...) fica atenuado.”* (40524L); ao nível da saúde, pois *“(...) porque repare, aqui há muitas janelas (...) isto tudo aberto (...) provocam corrente*

de ar eeeee claro pode pode ser mau para a saúde (...)” (30511M); ao nível do conforto quando não se conseguem controlar elementos como luzes que acabam por ter impacto no descanso e no sono. Os elementos físicos, como o controlo das luzes, podem inclusive conduzir a discussões e conflitos em celas partilhadas: “*(...) à hora de almoço houve uma discussão (...) por causa da luz (...) outro já dizia que atirava com uma garrafa de água para partir aquilo (...)*” (30511M). Também poderão emergir sentimentos de constrangimento e confusão devido à falta de espaço dentro das celas/camaratas, que pode ter efeitos ao nível da saúde mental: “*Eu quando cheguei aqui, eu não conseguia ‘tar na cela. (...) porque me sentia... (...) eu sofro (...) deeee ataques de pânico. (...) fazia-me confusão ‘tar// porque é um espaço muito reduzido (...)*” (40524R).

Grande parte da amostra (nove reclusos), afirmaram preferir celas individuais às camaratas. Ainda assim, como vantagens da habitação partilhada, os reclusos referiram que o tempo se passa melhor, não tornando a situação de reclusão tão solitária, sendo importante estar acompanhado na cela para o caso de alguém se sentir mal e precisar de ajuda: “*(...) gosto de estar com companhia. É aborrecido ‘tar sozinho. (...) uma companhia é sempre melhor (...) pa distrair, pa conversar (...), para nos divertirmos um poucooo, para a gente se rir um pouco duma situação... agora sozinho a gente vai falar com quem? (...) E também (...) imagine que um diaaaa... que a gente não se sente bem (...) não conseguimos pedir apoio, como é que a gente fica? E se a gente estivermos acompanhados, a pessoa que ‘tiver com a gente já nos consegue auxiliar ou cheg// ou pedir ajuda.*” (20418D).

Relativamente à habitação individual as principais vantagens apontadas são o sossego, a higiene, evitar situações de partilha da cela com fumadores (“*Eu não sou fumador, portanto eu iria-me incomodar com ooo estar a coabitar com uma pessoa que fumasse. (...) nós aqui dentro (...) estamos no tal sentido de alerta máximo (...) nós já não estamos a descansar naquela cela. Nós já só estamos a ficar ali e depois no outro dia já não é só ficar, mas também já começa a enervar eeeeeee... não vai dar bom resultado.*” (40524L)), ter maior controlo do espaço e usufruir de maior privacidade e segurança, já que estar com uma pessoa desconhecida poderá acarretar com o receio de que, durante a noite, os matem, droguem ou violem (“*O estares numa numa cela individual éééé// acaba por ser bom, porque tens o teu cantinho, fazes as tuas coisas, consegues-te controlar (...) e numa camarata isso é impossível. (...) provavelmente iria criar um mau ambiente muito grande. Só ia criar problemas. Até porque tu ‘tás a dormir... podem-te drogar a bebida. (...) podem-te matar, não é!/? (...) dentro das camaratas não há câmaras! Podem fazer qualquer coisa. Podem-te*

violar! (...) Eu ou 'tou a dormir ou 'tou acordado (...) Eu preciso de descansar. (...) Estás muitos dias sem dormir, crias uma espécie de psicose.” (10411P)). Adicionalmente, em habitações individuais os reclusos sentem-se mais tranquilos, por não haver visitas indesejadas e por não terem de conviver com pessoas que não lhes agradam: “*(...) influencia que eu 'tou mais tranquilo! Porque só entra na minha cela quem eu quero (...)*” (40524E).

De forma geral, os participantes do estudo defendem que a habitação individual tem uma influência positiva na saúde mental, no descanso e tranquilidade, reduz a sensação de claustrofobia, irritabilidade e má disposição, e evita discussões e, por vezes, agressões: “*(...) se calhar, por vezes era, era preferível estar (...) sozinho (...) e tinha que 'tar ali a remoer, e a chatear-me e a calar-me eeee nem, nem sabes.” (20418V); “(…) já tive aí situações em que deixaram a cela aberta. O barulho logo de manhã (...) e eu nervoso prontos, parti logo para a agressão (...)*” (50530F). Tendo o anterior em consideração, poderia ser aconselhável atribuir o tipo de habitação em conformidade com as preferências dos reclusos. Deverá haver suficiente variedade para responder às necessidades e preferências individuais (Fairweather, 2000).

As vantagens e desvantagens descritas pelos reclusos, relativas à habitação individual e partilhada, bem como às respetivas influências, coincidem com a informação que se recolheu durante a revisão da literatura. Mais concretamente, coincide com a informação disponibilizada por Fairweather (2000) e Molleman e van Ginneken, (2015). O tipo de habitação pode ter impacto nas relações entre reclusos já que, conforme expresso nos dados, a partilha constante do mesmo local poderá originar um mau ambiente entre reclusos que partilham cela/camarata, inclusive entre reclusos que já se conheciam previamente ou que eram amigos, afetando as relações que mantêm entre si. Porém, contrariamente aos resultados da investigação de Molleman e van Ginneken, (2015), não se obteve informação que sugira que este fator possa vir a interferir nas relações entre reclusos e guardas.

1.3. Localização

No que diz respeito à localização do EP, as respostas dos participantes foram variadas. Entre aqueles que preferem que o EP esteja integrado na comunidade, foi mencionado a facilitação das visitas (esta foi a justificação mais frequente) e das saídas precárias, devido à maior acessibilidade a meios de transporte - “*(...)eu pedi para ficar nesta prisão peloo pelo facto deeee os meus pais (...) não têm transporte próprio eeee e é muito mais simples para eles virem visitar (...)*” (20418V); e segundo alguns participantes, sentir-se-iam mais frustrados se estivessem isolados e dar-lhes-ia a sensação que a pena lhes custava mais a passar: “*Eu acho*

que se estivesse num sítio descampado, sem nada... acho que seria mais frustrante. Custava mais.” (30511A).

Quanto à integração do EP fora de ambientes urbanos e na natureza, os reclusos sugerem que esse maior isolamento pode permitir uma abstração do mundo exterior e evitar sentimentos de tristeza e de desânimo que alguns sentem quando vêem pessoas no exterior ou, conforme expresso pelos reclusos, “*do outro lado*”. Além do mais, os participantes consideram que ver natureza não seria tão frustrante quanto ver cidade e vida urbana, mas antes pelo contrário, seria tranquilizador: “*(...) ver as pessoas do outro lado ia-me deixar desanimado e eeee e triste. Agora se visse aaa... natureza (...) não ia ser tão frustrante. Não ia ser tãooo (...) desanimador (...)*” (20418V). O isolamento na natureza, ao afastar os reclusos do local onde cometeram o crime, permite fazer um *reset*, promete um novo início e pode ajudar na criação de novos valores, eventualmente pro-normativos: “*temos que fazer um reset do que fizemos, ou seja, temos de criar outro tipo de valores.*” (40524L). Além do mais, longe da cidade, não se ouviria o barulho das pessoas e dos carros: “*(...) ouve-se mais a natureza, ouve-se mais os pássaros, ouve-se mais os animais (...)*” (20418D).

Alguns dos participantes mencionaram ainda que não gostariam de estar numa situação em que fosse possível verem a família através da janela do EP, pelo que preferem que o EP se encontre longe de sítios mais populoso. Além do mais, por motivos de segurança, não seria aconselhável construir prisões localizadas em comunidades, por existir sempre uma possibilidade de fuga: “*(...) eu não vou gostar de veeerrrr a minha mulher ou os meus filhos cá em baixo a acenarem ou qualquer coisa (...) Não nos podemos esquecer que (...) há presos que conseguem as fugas (...) e à primeira oportunidade voltam a reincidir no crime (...)*” (10411A). Foi, também, proposta a possibilidade de combinação de ambos mundos: “*Eu acho que devia ter o melhor dos dois mundos.*” (10411P). Algo a destacar, é a ideia de um dos participantes de trazer a natureza para dentro dos muros da prisão. Neste sentido, seria possível o EP estar localizado em zonas inseridas na comunidade e, ao mesmo tempo, na natureza, integrando os benefícios de ambos tipos de localização: “*(...) Pode haver a natureza cá dentro e os muros por fora.*” (10411A).

No geral, a localização parece depender das preferências de cada indivíduo e da respetiva história de vida. Porém, as visitas assumem um papel fundamental nesta questão, uma vez que o isolamento do EP poderá dificultá-las. Seria importante promover meios de transporte que facilitassem a deslocação das famílias dos reclusos até aos EPs, independentemente da localização destes. Vários dos participantes referiram preferir estar reclusos num EP

rodeado por natureza, porém, pediram para ficar num EP localizado na comunidade para que as famílias tivessem a oportunidade de os visitar³⁹.

A localização do EP poderá influenciar um outro elemento: a paisagem que pode ser vista das janelas. Todos os entrevistados alegaram que as janelas são um elemento fundamental dentro da prisão. Neste âmbito, foram referidos alguns aspetos que dificultam ou impossibilitam o acesso dos reclusos às janelas, tal como as grades, que os impedem de ter total visibilidade para o exterior e os relembram, simbolicamente⁴⁰ e em permanência, da situação de reclusão em que se encontram: “(...) *as janelas eu acho que é uma coisa muitooooo... negativa (...)* Por causa das grades (...) no momento que a gente vê que ‘*tá ali (...)* não pode ser... ‘*tá preso. [Eu: (...)* e seeeee fosse só as janelas, sem as grades?] (...) *Sentia menos... 50% menos preso [ri-se]* (50530L); as pequenas dimensões das janelas e a elevada distância do chão, provaram ser, igualmente, características indesejáveis, as quais os reclusos tentavam ultrapassar de diversas formas. Dito esforço poderá ser um sinal da relevância que os reclusos atribuem às janelas: “(...) *eu para ter acesso à janela tenho de me meter em cima da cama, em cima de uma cadeira, não consigo tereee, visão direta (...)* ‘*po lado de fora.*” (20418V)

Segundo os participantes, aquilo que são capazes de ver através das janelas poderá resumir-se às casas, transportes e pessoas a caminharem: “(...) *toda a gente consegue ver a cidadeeee, as pessoas a caminhar na variante (...)*” (30511A); a natureza (e.g. montanhas, charcos, árvores, animais); o céu, as condições climatéricas e os astros: “*Embora a minha janelaaa (...)* tenha vista praaaaa, ‘*pro verde (...)* dá para ver aaaaa tipo, as cegonhas (...) *há ali um charco enorme (...)* todos os dias vou ver o pôr do sol (...) a chuva (...) os dias de neblina (...)” (40524L); Em algumas situações, o horizonte dos reclusos limita-se ao muro, à ala, ou ao pátio do EP, principalmente quando estão em celas no rés-do-chão: “*consigo ver a cadeia.*” (20418D).

A observação do exterior, poderá transmitir uma variedade de sensações e emoções. Há quem descreva maior tranquilidade e estabilidade, alegrando-se e sentindo-se bem quando olha para o exterior, como modo de espairecer e “*esvaziar o cérebro*”, sendo uma atividade relaxante: “(...) *encosto-me ali a olhar ‘praaaa, ‘pra paisagem (...)* esvazio o cérebro. (...) ‘*tou tipo a relaxar (...)*” (40524E); outros afirmam que sentem alguma liberdade, quando visualizam

³⁹ Segundo Fairweather (2000), os estabelecimentos prisionais deveriam ser construídos num local com acesso a meios de transporte, para que as famílias dos reclusos possam aceder a estes com facilidade.

⁴⁰ As grades são um “símbolo da reclusão”, sendo um dos aspetos que a arquitetura que prioriza objetivos reabilitativos procura eliminar (Zupan, 1991, p. 67).

algo para além de muro e grades, o que os faz sentir bem⁴¹. Novamente, os reclusos mencionam os benefícios da luz natural (e.g. para a saúde mental, autoestima e para o íntimo dos indivíduos), já que: “*Sim, a naturezaaaa dá-nos aquela sensação deeeee de liberdade (...) é sempre bom poder ir à janela, não...// e não ver só grades e muros (...) eu não tomava antidepressivos e comecei a tomar antidepressivos (...) se calhar poderia ser atenuado cooommm a luz natural (...)*” (10411A). Alguns dos entrevistados mencionaram que quando se sentem deprimidos ou menos bem, encostam-se à janela para olhar para o exterior, sentindo que isso os ajuda. Aqui poderá concluir-se que as janelas ajudam a lidar com a monotonia da prisão e que, pelo contrário, a ausência de janelas poderá ter um efeito desorientador: “*(...) quando ‘tou muuuuuito deprimido ou quando a cabeça não ‘tá muito bem, encosto-me ali um bocadinho (...) a olhar cá para fora e a divagar um bocado (...) porque o que a gente vê é só (...) branco e cinzento, ahhhhhmmmm e acaba pooorrr aaaaa ajudar-nos um bocadinho.*” (40524R); e, por fim, também foi mencionado que a possibilidade de se visualizar o exterior ajuda a lidar com a frustração e irritabilidade, transmitido esperança aos reclusos: “*(...) posso estar um bocado em baixo, um bocado irritado (...) Meto-me a olhar ‘pa janela e fico sempre (...) com aquela esperançazita....*” (30511A).

Há quatro participantes que descreveram os efeitos específicos da visualização da sociedade (e.g. as pessoas no exterior, os carros, as motas, as casas...). Neste âmbito, foi referido que no início, antes de se habituarem, custava-lhes muito ver a rua e as pessoas lá fora, já que os lembrava da situação em que estavam, sendo isso algo que lhes causava sofrimento. Porém, após um processo de adaptação, passaram a considerar a visão da sociedade como algo positivo e apaziguador, associado à sensação de liberdade. Os indivíduos passaram a interpretar esta visão como um indicador de mudança, podendo antecipar a transição da prisão para a sociedade, num futuro próximo, incitando-os a esforçarem-se no seu percurso prisional e facilitando o processo de reintegração: “*(...) hoje em dia (...) já não me afeta tanto (...) poder olhar para a rua e não poder ir à rua. (...) acho que ia-nos fazer melhor. Não nos ia sentir tão (...) presos. Íamo-nos sentir (...) um pouco numa fase de mudança. (...) Íamos estar aqui (...) mas... amanhã (...) já estaríamos ali daquele lado.*” (20418D). Observa-se aqui um efeito normalizador, uma vez que os participantes mencionam estar a ver algo que os lembra das suas vidas em liberdade: “*E*

⁴¹ É interessante notar que os reclusos mencionam sentir-se mais livres quando conseguem visualizar algo além de grades e muro, podendo esse algo ser a natureza, ou simplesmente pessoas. Assim, uma vez mais, surge a ideia dos símbolos da reclusão e os benefícios que a abstração dos próprios poderá trazer para os reclusos.

se eu vê// houver sociedade da janela, eu 'tou preso, 'tou res// mas (...) 'Tou envolvente, sei como é que// passam os carros do da que vão entregar encomendas, pronto, é a vida. É é importante ver. Ah porque não vendo nada, não é um ambiente normal.” (10411P).

Era esperado que os entrevistados estabelecessem uma associação entre a natureza e a liberdade (Abbott, 1981; Galford, 2021), tal como se esperava que a visualização da natureza tivesse efeitos terapêuticos e benefícios para a saúde mental (Ulrich e Parsons, 1992). Porém, a indesejabilidade que alguns dos entrevistados manifestaram por ver as suas famílias desde as janelas da prisão e a associação entre a natureza e a ideia de *reset* e de criação de novos valores, representa informação sobre a qual não se encontraram resultados empíricos prévios. A ideia de transição atribuída à visualização da sociedade foi, também, uma surpresa. A implementação de uma arquitetura reabilitativa parece ser desejável, uma vez que permitiria aos reclusos fugir dos símbolos da reclusão. Este tipo de arquitetura procura reduzir o ambiente institucional dos estabelecimentos prisionais, para que estes se assemelhem o máximo possível a qualquer outro tipo de construção que encontraríamos na sociedade. Isto com o objetivo de que a transição dos reclusos da prisão para a sociedade não seja tão violenta, facilitando a reinserção (Zupan, 1991).

1.4. Som

As questões inerentes ao som foram divididas em sons exteriores à prisão e sons interiores. Os sons exteriores, identificados pelos reclusos, incluem os sons de aves: “(...) *o único som que eu consigo ouvir do exterior (...) são os pássaros.*” (40524L); sons de transportes, tais como carros, motas, comboios e aviões: “(...) *os carros. Eu consigo até ouvir o comboio.*” (30511M), “(...) *é os aviões.*” (20418D); o som do mar: “*Sinto falta do mar, mas oiço-o.*” (40524E); o som de festas e de foguetes: “(...) *OUVE-SE quando é aquilo daaaa// os foguetes, naaa altura das festinhas aahhh, volta e meia agora onde estou (...) ouve-se uma uma mota a acelerar durante a noite (...)*” (10411A). Quanto ao som interior ao EP, é caracterizado pelos reclusos a bater nas portas (especialmente quando há jogo de futebol), gritaria e berros: “*ahhhh, reclusos a berrar (...) a bater às portas, ou porque o Benfica marca [rio-me], ou porque o o sporting marca oooo, ou porque alguém se tá a sentir mal, ou porque alguém se tentou matar eee batem à porta freneticamente (...)*” (20418V); o barulho das chaves, elemento central na vida de qualquer EP: “(...) *o barulho das chaves, dos gradões, pronto.*” (30511A); as pessoas a conversarem: “*é toda a gente a falar ao mesmo tempo e ninguém se entende.*” (50530F); e o som da televisão e de música: “*às vezes a televisão, 'né? Ou a música.*” (50530L).

Neste contexto, o eco foi um problema mencionado com relativa frequência: “*O eco (...) Já que estamos a falar em arquitetura (...) a própria construção do imóvel (...) faz o eco (...)*” (40524L). Os sons inerentes ao interior dos EPs coincidem com os sons que foram identificados durante a revisão da literatura. Porém, contrariamente ao estudo de Rice (2016), no qual os participantes raramente mencionavam ouvir sons exteriores à prisão, nesta investigação foram raros os entrevistados que disseram não ouvir nada, sendo um dos sons mais frequentes o cantar dos pássaros.

No geral, os entrevistados descreveram os sons interiores ao EP como incomodativos durante o dia e, igualmente, durante a noite, afetando o descanso. O som das chaves dos guardas foi mencionado de forma negativa, por ser algo que relembra os reclusos da falta de controlo sob a sua liberdade, pois quem lhes abre e fecha a porta são os guardas: “*Incomoda ... pronto, uma pessoa ter que, que ouvir isso. Mesmo à noite, uma pessoa quer descansar (...) e depois é oooo todos os dias o acordar eeee... e o ter alguém que nos abra a porta. (...) O barulho das chaves [ri-se]. Pronto. Também é uma das coisas que incomoda.*” (30511A). Além do mais, estes sons parecem ter também uma especial ressonância já que impossibilitam que os participantes se abstraíam da sua situação de reclusos: “*Ou seja, não me consigo abstrair de// do meio onde estou porque, oh páh, o meio vem ter comigo, porque o som é característico e a gente automaticamente associamos o som aonde é que nós estamos.*” (40524L).

O som poderá, de igual forma, interferir nas relações entre reclusos e criar confusão: “*(...) estava a ver (...) uns colegas meus a jogarem às cartas (...) tive que me vir embora porque os outros só estavam a gritar.*” (40524E). O som e o barulho também parecem ter a capacidade de condicionar os reclusos, levando-os a evitar determinadas zonas da prisão, já que pode originar stress, agitação e impaciência: “*(...) não gosto muito de estar (...) no recinto do bar, porque é um barulho descomunal! (...) deixa-me um bocadinho mais agitado.*” (40524R). Muitos dos participantes referem o som, também, como um elemento perturbador, capaz de limitar a sua concentração: “*(...) queremos levar uma linha de pensamento (...) ou pensar seja no que for eehh, é sempre complicado porque logo somos distraídos eeee o barulho afeta-nos.*” (30511M). A componente stressante do barulho tinha sido previamente referida por Jacobson e colegas (1989). O som, é um elemento de grande importância, o qual foi perfeitamente representado pelos entrevistados, uma vez que esta é uma componente com a capacidade de os limitar dentro das zonas do EP que frequentam, bem como no âmbito das interações que mantêm com os restantes reclusos. A associação

estabelecida entre o som e o espaço é, também, interessante, tendo sido referida no trabalho de (Hemsworth, 2016, p. 93) enquanto uma associação que nunca mais se volta a esquecer.

No que concerne os sons exteriores ao EP, os entrevistados tecem várias considerações. Alguns dos entrevistados consideram os sons agradáveis e tranquilizantes: “*De vez em quando vem aí dois ou três passarinhos cantar a gente ouve// tranquiliza mais.*” (50530F), sendo referidos alguns sons que fazem os participantes recordar as suas vidas em sociedade: “*Imagine... às vezes oiço uma moto passar... eu sempre andei de mota (...)*” (50530L). No entanto a experiência não é igual para toda a gente pois barulhos repetitivos de pássaros ou aviões podem também conduzir a irritação e dificuldades em descansar: “*psicologicamente. Porque a gente quer dormir e eles não nos deixam (...)* e fico ali a remoer a remoer, a remoer (...)” (20418D) ou “*(...) incomoda muito. (...) cada vez que passa um avião cai a televisão (...)* E é o barulho... é muito...” (20418V). Apesar de haver alguns sons menos positivos, a maioria de sons exteriores foram considerados agradáveis, pois estes representam uma espécie de corte relativamente ao barulho de dentro do EP.

1.5. Tamanho do EP

Apesar de não estar prevista nenhuma pergunta acerca do tamanho do EP, quatro dos entrevistados ofereceram algumas perspetivas interessantes, mediante uma comparação que fizeram entre o EP onde estavam no momento da entrevista, e outros EPs onde estiveram num passado. Um dos entrevistados refere que num dos EPs por onde havia passado anteriormente era impossível encontrar um espaço onde conseguisse estar sozinho, devido às dimensões do edifício e pela quantidade de reclusos que nele se encontravam: “*(...) aqui (...) se não me apetecer ‘tar aaaa no bar, ou no salão de jogos, eu vou para o pátio e tenho o meu espaço onde estou sozinho e ali não se consegue isso (...) mesmo que nós queiramos fugir (...) não dá para isso.*” (40524R). Um outro participante diz sentir-se mais livre na prisão onde foi entrevistado, por ser mais espaçosa, enquanto que numa das prisões onde esteve anteriormente, a forma como as suas áreas se distribuía tornava os espaços sufocantes: “*Nesta (...) prisão (...) a sensação de liberdade acaba por ser um bocadinho maior, porque os espaços não são encima uns dos outros. (...) Na outra prisão não via nada. Era tudo interno. (...) Como é mais pequeno... (...) Aquilo era quase uma caixa.*” (10411P).

Uma outra situação referiu-se a um EP grande no exterior, mas que possuía um espaço interior reduzido, o que fazia com que o entrevistado se mantivesse constantemente nas mesmas áreas e sentisse uma certa pressão. No primeiro EP onde esteve sentia-se verdadeiramente preso, chegando mesmo a sentir-se sufocar. Contrariamente, no EP onde se encontra na

atualidade, disse sentir-se meramente limitado a certos direitos. Esta informação é de grande relevo, uma vez que faz uma distinção entre o sentimento de privação da liberdade e a sensação de se estar preso, com base no tamanho e espaço acessíveis aos reclusos nos EPs: “(...) dentro do estabelecimento prisional, que não é um estabelecimento pequeno, temos pouco espaço. Estamos sempre nos mesmos sítios. E aqui não. (...) para mim, era muito fechado. (...) era muito mais pressão. (...) Sentia-me mais preso. E aqui, aqui é totalmente diferente. (...) Sinto-me... limitado a certas coisas. Para mim, sou limitado à liberdade e em (nome do EP) sentia-me mesmo preso. (...) Para mim era muito sufocante mesmo.” (30511A). A percepção dos entrevistados relativamente ao tamanho dos EPs, sugere que estabelecimentos grandes poderão ser mais vantajosos comparativamente a EPs de menores dimensões. Porém, é importante referir que esta informação contradiz a maioria da literatura sobre o tema (Farrington e Nuttall, 1980). Além do mais, o tamanho dos EPs deve ser pensado com a respetiva lotação ou distribuição dos espaços.

1.6. Corredores

Entre os entrevistados, sete consideraram que existem determinadas características de arquitetura e design que têm a capacidade de os influenciar nas suas travessias pelos corredores. No que diz respeito aos restantes quatro, a resposta foi de indiferença, o que poderá situar-se, ainda assim, nas características arquitetónicas. O participante 40524L descreve que o espaço num dos corredores do EP, se torna demasiado estreito quando a porta está aberta, dificultando a acessibilidade em situações de emergência. Estes espaços estreitos, poderão contribuir para um aumento da ansiedade: “(...) o corredor (...) quando a porta tá aberta, temos um e cinquenta centímetros para passar. (...) se estivermos todos a circular, não cabemos (...) imagine que há (...) um problema qualquer, a acessibilidade é má. (...) se nós estamos a passar uma zona mais reduzida, temos que aumentar o nosso grau de alerta, porque não sabemos o que é que pode acontecer (...) e temos que ter um plano B. Ou para fugir ou para correr ou para saltar (...) se o corredor for pequeno ou estreito, ah, torna a nossaaaa aaaa ansiedade maior (...)” (40524L)

Uma outra situação interessante, foi a que o participante 20418V descreveu. Neste caso, o EP tinha dois corredores diferentes, um mais escuro, dada a ausência de janelas, e um com maior claridade. Segundo o 20418V: “Éééé é como se costuma dizer (...) quando o patrão não está a ver, faz-se as porcarias eee e é mais por aí.” Acrescenta ainda que no corredor mais escuro se sente um ambiente mais pesado: “(...) este corredor que passa aqui é um corredor que tem mais luz eeee... parece que há mais respeito aqui. E depois na parte de

dentro parece que já não há não há assim tanto respeito. (...) É mais escuro (...) é um ambiente assim... éeee é ée, não sei, um ambiente carregado (...) um ambiente pesado.” No caso do 40524R, através de uma comparação entre dois EPs, num deles descreveu sentir-se constantemente em estado de alerta e desconfortável cada vez que tinha de ir ao balneário, devido a ter de passar por um túnel escuros e sem nenhum tipo de vigilância. Em contrapartida, no outro EP afirma não sentir nenhuma influência, uma vez que os corredores têm todos câmaras de vigilância, o que o faz sentir-se em segurança: *“(…) nós aqui andamos muito mais à vontade (...) porqueeeee, em todos os sítios há câmaras (...) As pessoas sentem-se muito mais seguras (...) no EP (nome do EP) (...) quando queria ir tomar banho tinha que descer umas escadas e vir por um túnel completamente escuro e depois íamos por um balneário (...) mas não há segurança nenhuma. (...) ‘ta a ver aquela sensação quando nós não nos sentimos muito à vontade eee que estamos a olhar para trás ou queee aaaa qualquer ruído, qualquereeee... aaaaa situação nos põe alerta (...) isso acontecia muitas vezes.”* (40524R).

Quanto aos participantes que não sentem nenhuma influência, um deles, o 30511A, descreve um corredor com um nível de visibilidade excelente. Para além de o corredor ser reto, permitindo plena visibilidade do mesmo, o posto do guarda situa-se nele, pelo qual, a sua construção isenta de pontos cegos, garante uma vigilância total por parte dos guardas. Além disso, o 30511A ainda acrescenta que no corredor há grandes janelas, o qual contribui ainda mais para a visibilidade: *“Está o posto do guarda, onde tem a, a cabine e aquilo é reto. Ele automaticamente de onde está consegue ver o corredor por completo. A visibilidade deste estabelecimento prisional, digo-lhe mesmo uma coisa, é, é bom (...) mas acredito que (...) há pessoas que (...) num ambiente mais escuroooo, com menos visibilidade (...) se sentem um bocado... mal (...)”* (30511A). Nos restantes casos que se integram nesta categoria, são descritos corredores de características semelhantes ao acima apresentado, sendo acrescentadas características como a amplitude do espaço e a utilização dos corredores com maior frequência e de forma mais perlongada, tendo em consideração a forma como se integram dentro do EP: *“Praticamente nós só temos um corredor. Ou seja, é o corredor do piso queeee, que é até onde passamos algum tempo, não é? Porque saímos da cela, temos logo acesso ao corredor e deste para as casas de banho eeee etc.”* (30511M).

Os corredores representam um espaço pelo qual, inevitavelmente, os reclusos necessitam passar. Dado o frequente uso destes espaços e a informação obtida, no âmbito da revisão da literatura, sobre a influência de certas características arquitetónicas nos reclusos (e.g. cor, janelas, luminosidade), decidiu-se questionar os entrevistados quanto às características dos

corredores a que têm acesso e possíveis influências que estes sintam. Poderá considerar-se a visibilidade, luminosidade, amplitude e abertura do espaço, vigilância e frequente utilização dos corredores como características positivas, as quais evitam que os reclusos se sintam negativamente influenciados pelo espaço. Adicionalmente, espaços fechados e escuros parecem ter a capacidade de criar ambientes pesados e opressivos. A junção da falta de vigilância, poderá contribuir para que os indivíduos se comportem de forma diferente em áreas com essas características. Neste âmbito, também poderão originar-se sentimentos de alarme e ansiedade.

1.7. Espaços Identificados pela amostra

Neste ponto destacar-se-ão espaços que os entrevistados referiram espontaneamente, ressaltando algumas características consideradas relevantes. No que diz respeito ao pátio, todos os reclusos o mencionaram. Este caracteriza-se por ser um espaço onde podem caminhar, correr, jogar futebol, apanhar sol e ar fresco, observar o céu e sentir os cheiros da natureza, transmitindo-lhes algum alívio. Os reclusos associam o pátio à liberdade, ao este ser um espaço onde é possível exercer atividades que fazem recordar o exterior: “(...) *há uma zona que me agrada mais. É o pátio. Porquê? Nós quando estamos aqui no meio (...) duma vegetação imensa aqui à volta, sente-se o cheiro (...) das árvores! (...) depois de chover, o cheiro de, de terra molhada (...) parece que é uuuuummm, um bocadinho de rua, um bocadinho do cheiro da rua! Apanhar o sol, aaaaa ‘tar a caminhar, de vez em quando até se fecham os olhos e parece, tipo... não estamos aqui!’*” (40524L)

Entre os restantes espaços, foram salientadas características consideradas desagradáveis e pesadas, as quais incluem o material com que o espaço foi construído; o bolor que se origina com a humidade; a mobília; a falta de luminosidade; a ausência de janelas; e espaços pequenos e fechados: “(...) *estamos aqui num quadrado onde isto ééé, é plástico, as paredes estão cheias de bolor (...)*” (40524L); “(...) *a biblioteca é uma coisa muito pequenininhaaa, pouca luz (...) não dá para nós estarmos a fazer leitura na biblioteca (...) não chama a isso (...) pelo cheiro [ri-se] (...) não tem janelas (...) é um espaço muito fechado (...) humidades e essas coisas todas (...)*” (40524R).

2. Adaptação à Prisão

2.2. Interação Reclusos – Reclusos

No geral, os reclusos tendem a interagir no pátio, camaratas ou celas, refeitório, bar, sala de convívio, corredor e biblioteca: “(...) *podemos ou ficar pelo corredor do pavilhão ou ficar na cela ah... ou ir até ao recreio// o chamado recreio ou pátio.*” (30511M); “(...) *temos*

um bar pequeninho, depois temos o salão de jogos (...) que tem vários jogos damas, xadrez, cartas ahhhhh temos um espaço que é a biblioteca (...)” (40524R). Nestes espaços, a socialização entre reclusos resume-se a atividades como jogos (e.g. jogar à bola, às cartas, aos dominós) e à visualização de filmes ou outros programas na televisão. Segundo os entrevistados, a socialização e convívio são fundamentais para se passar o tempo de reclusão da melhor forma: *“Toma-se o café (...) socializamos ali um bocadinho ou jogamos umas cartas (...)*” (40524L); *“(...) gosto de fazer jogos (...) Pra ‘tarmos a conviver, passar o tempo....”* (20418D).

No que diz respeito às influências que a arquitetura e design prisional poderão ter no âmbito destas relações, para além das que foram descritas relativamente às celas/camaratas e relativamente ao som, destaca-se também o facto de existirem espaços com determinadas características que poderão contribuir para que os reclusos interajam e convivam nessas zonas. Por exemplo, espaços confortáveis, com elementos como cadeiras e mesas, poderão incentivar à sociabilização entre reclusos: *“(...) aqui dentro aaaa às vezes ‘tá cansado, senta um bocado aliiii eeee, está a falar mais à vontade (...) a biblioteca é assim, éééé... tem lá... algumas mesas, né? Com cadeiras e (...) muitos reclusos ahhhhhh gostam de jogar às cartas, ou jogar dominó (...)*” (50530L).

Porém, em entrevistas com outros reclusos constatou-se que estes espaços, por vezes, são demasiado pequenos, podem tornam-se demasiado barulhentos (pela concentração de reclusos nessa área) caracterizando-se pela confusão e agitação, e acolhem atividades demasiado diferentes, o que poderá criar distúrbios. Por exemplo, um dos entrevistados refere que é impossível ter paz no pátio, devido aos jogos de futebol constantes: *“(...) quando há futebol não se consegue fazer grande coisa. Primeiro porque não há sossego e depois está sempre a bola a bater aqui e a bater ali. Portanto, eu tento (...) escolher uma hora (...) em que não há futebol, porque eu consigo estar sossegado. (...) Sento-me no chão e estou ali a ler ou a fazer yoga (...)*” (10411P). Poderia ser relevante criarem-se espaços com finalidades distintas, evitando efeitos como os descritos. Também se deveria investir em espaços com características previamente sinalizadas como significativas para os reclusos, como é o caso, por exemplo, da luz, espaços amplos, com janelas e cores vivas. É importante ter em consideração que a arquitetura se relaciona com a atividade humana, influenciando-se mutuamente (Roth, 2017).

2.3. Interação Reclusos-Guardas

No que diz respeito às interações entre reclusos e guardas, a frequência com que ambos se tendem a cruzar varia, havendo estabelecimentos onde o contacto é constante e outros onde é

muito pouco frequente: “os guardas (...) em (nome do EP) era raro entrarem no pavilhão, mas nesta somos acompanhados sempre desde que as portas abrem.” (50530F). As zonas mais referidas pelos entrevistados foram o refeitório, as celas/camaratas no momento de abertura e fecho, as zonas de trabalho dos reclusos, na ala, no ginásio, na biblioteca e por vezes no pátio: “(...) cruzava-me com os guardas tanto seja no refeitório, quando ia para o ginásio, na biblioteca há sempre guardas [ri-se] (...) em cada piso há sempre um, um guarda ou outro.” (30511A). Um dos reclusos menciona que, no EP onde se encontra na atualidade, os guardas nunca entram nas zonas de convívio dos reclusos, a menos que tenham de ir chamar por algum: “(...) tem sala de convívio (...) teeeemm um ginásio mais pequeno (...) tem uma sala de jogar cartas, pronto... é raro ahhhhhh havereeeee guardas (...) nessas zonas.” (10411A)

Segundo os entrevistados, a relação entre guardas e reclusos limita-se à interação dos guardas com os reclusos meramente segundo as suas obrigações laborais: “Ele ‘tá a fazer o trabalho dele e eu sou recluso” “(...) eu tenho que fazer o meu papel e eles têm que fazer o deles (...)” (50530L). Os entrevistados, no geral, afirmam tentar manter uma relação de respeito com os guardas: “(...) eu falo com respeito para eles, eles falam com respeito para mim.” (40524E). Porém, foram referidas algumas situações que poderão sugerir uma tentativa dos guardas por inferiorizar os reclusos: “(...) tive alguns guardas queeee// de propósito, percebes? Para achincalhar, para inferiorizar, chamam-me (eliminação de conteúdo sensível), que é o meu número (...)” (10411A). Três dos entrevistados declararam não existir nenhuma influência da arquitetura e design na forma como os guardas prisionais interagem com eles. Ainda assim, os restantes participantes referiram certas situações que poderão ser significativas para esta investigação, como a criação de gabinetes ou de espaços dentro da prisão, cuja acessibilidade se limita aos guardas. Foi expresso por alguns dos entrevistados que quando estes gabinetes existem, os guardas não interagem nem se envolvem com os reclusos: “(...) no corredor há uuuum sítio, chamamos-lhe um casulozito, onde eles ‘tão permanentemente (...)” (30511M). Esta é uma situação que a Supervisão Direta procura evitar, defendendo que, para promover as relações entre reclusos e guardas, os postos de trabalho dos guardas evitar barreiras físicas. Adicionalmente, para que os guardas passem tempo com os reclusos, não deverão ser criados escritórios, pois este espaço poderia ser utilizado pelos guardas para evitar o contacto com os reclusos (Zupan, 1991).

O tamanho do EP foi, também, considerado como uma influência relevante, sendo expresso que a interação entre reclusos e guardas se torna mais difícil em estabelecimentos

grandes, por ser raro cruzarem-se. Isto dificultaria a criação de relações que ultrapassem os papéis recluso/guarda. Foi referido que nestas situações, os guardas tendem a dirigir-se ao pavilhão dos reclusos meramente para fazer rugas, interferir em conflitos ou procurar alguém, limitando as interações a estes contextos: *“Nesta cadeia (...) Há mais, mais convivência com os guardas. (...) estão sempre no nosso meio, estão sempre a observar-nos. (...) Isto é uma cadeia pequena (...) Lá em (nome do EP) (...) ninguém interage com os guardas (...) Os guardas quando entram dentro do pavilhão é para partir as celas aos reclusos (...)”* (50530F). Segundo a Supervisão Direta, estes problemas poderão evitar-se construindo estabelecimentos pequenos, dentro dos quais será mais fácil reclusos e guardas conhecerem-se entre si e interagirem. Assim, poderão fomentar-se interações informais e positivas, reduzindo tensões (Zupan, 1991).

O entrevistado 40524R comparou a sua experiência entre dois EPs distintos onde, segundo o próprio, a interação que mantinha com os guardas era diferente devido a determinadas características, tais como pouco espaço ao ar livre; espaços fechados; escuridão; e degradação: *“pode influenciar, porqueeee, para já aquilo (...) são cadeias diferentes. Não há tanto espaço ao ar livre, aaaa são mais fechadas, são maaaiis ahhh, há mais ESCURIDÃO, (...) ‘ta completamente degradada, aquela cadeia.”* (40524R). Vários reclusos expressaram, também, sentir uma diferença na interação que mantêm com os guardas, dependendo da zona da prisão onde se encontram. Segundo o exposto, os entrevistados sentem que os guardas são mais simpáticos com eles, quando a interação decorre nos postos de trabalho dos reclusos. Neste contexto, os entrevistados alegam sentir menos pressão e sentir-se mais à vontade. Resumindo, sentem que estão a manter uma interação normal como manteriam em liberdade na sociedade. Contrariamente, quando regressam aos respetivos pavilhões, sentem que se voltam a estabelecer os papéis de recluso/guarda: *“(...) os guardas (...) quando ‘tamos a trabalhaaaar, ou quando tamos (...) ali em cima na ala, já nos olham com... com outros olhos (...) A gente lá em cima, eles têm (...) um mais à-vontade (...) na ala dos trabalhadores (...) os guardas também já são diferentes, já falam connosco diferente.... Não digo que ali nas alas não falem (...) Mas (...) não nos dão tanta confiança (...) já vi guardas aqui, que tão aqui em baixo, lá encima serem 5 estrelas com a gente... e aqui em baixo, se for preciso nem falam com a gente.”* (20418D)

Poderá considerar-se que o tamanho do EP, a zona onde decorre a interação entre guardas e reclusos (zonas onde os reclusos trabalham vs zonas comuns dos reclusos), a existência (ou não) de gabinetes para os guardas e características como a escuridão, espaços fechados e a degradação, têm a capacidade de influenciar as interações entre guardas e reclusos.

2.4. Infrações cometidas pelos reclusos

Quando questionados relativamente à influência que a arquitetura e design poderão ter nas infrações cometidas pelos reclusos, apenas dois dos entrevistados disseram não acreditar existir uma relação. Os restantes referiram uma quantidade diversa de infrações, as quais incluem: vandalismo, furto, roubo, utilização de aparelhos não autorizados (e.g. telemóveis), consumo de substâncias, agressões, ajustes de contas, negócios ilícitos, extorsão e homicídio: “(...) *muitas celas que tão estragadas (...) os próprios reclusos, também as danificam. Ahhhhhh, há muitos que vendem as coisas (...) quando as celas ficam vazias, antes de os guardas fecharem há muita gente que vaiiii, buscar as coisas que lá ‘tão [ri-se] (...) As infrações é os consumos (...) É o uso de aparelhos (...) não autorizados, que é os telefones.... (...) de vez em quando pode haver (...) um desentendimento, entre um ou, ou outra pessoa (...)*” (20418D); “*E depois eram os acertos de conta, eehh, já falei dos eventuais negócios ilícitos (...) também entrei numa cadeia que havia mortes. (...) Eeehhm, é sempre (...) nesses pontos cegos. (...) a maior parte dos problemas é de cobrar// são de extorsão usando as armas artesanais (...)*” (10411A). Algo a destacar, foi a associação estabelecida por um dos reclusos entre os pontos cegos e o aumento da gravidade das infrações: “(...) *se quiserem fazer mal a sério a uma pessoa ahhh, e se existirem (...) essas barreiras arquitetónicas oooo o os locais mais escondidos... (...) pior o nível de gravidade da coisa.*” (10411P).

Quanto à influência da arquitetura e design prisional na prevalência das infrações, a maioria dos entrevistados afirmou que as infrações tendem a ser cometidas nos pontos cegos: “(...) *as zonas mortas. (...) Que é onde (...) não há câmaras.*” (40524E). Ou seja, os reclusos tendem a arriscar a cometer infrações em zonas escuras, isoladas e de difícil acesso, degradadas, com má visibilidade pela estrutura do próprio edifício e sem câmaras de vigilância: “*A má iluminação, os tais pontos cegos, a má visibilidade, aaahh, ser uma zona controlada ou de mais difícil acesso aos guardas (...) O tal corredor que era no terceiro piso (...) que era de difícil acesso aos guardas e podiam estar os outros reclusos a fazer vigia em caso de vir um guarda para cima eehh, tudo isto isso, entre aspas, é escolhido.*” (10411A). Esta informação aproxima-se mais dos resultados obtidos por Bierie (2012), do que do estudo desenvolvido por Morris e Worrall (2014), no que diz respeito à influência da arquitetura e design no cometimento de infrações violentas.

Vários reclusos destacaram a existência de uma grande redução na quantidade de infrações cometidas desde o momento em que instalaram câmaras de vigilância. Devido à

vigilância, as infrações passaram a ser cometidas nas zonas da prisão onde não é permitido instalar câmaras - nas celas e nos balneários: “(...) *se for uma prisão com muitos ângulos mortos... ahhhh com mais local para se refundirem (...) Por isso é que há EPs que// tentammm e a// tapar... esses... esses ângulos fora de controlo. (...) Por isso é que quando eles querem andar à porrada uns com os outros vem pá cela (...) Porque não tem câmaras. Ou po balneário.*” (10411P). Um dos entrevistados, inclusive, descreve o efeito que a instalação de câmaras de vigilância surtiu nele, passando a sentir um maior alívio e segurança, percecionando uma redução da tensão no ambiente prisional: “(...) *em todos os sítios há câmaras. (...) eu aqui estou muito mais descansado, MAS MUITO MAIS com a minha cela (...) Eu por exemplo (...) quando ‘tava lá (...) vinha ao bar aaahmmmm ‘tava sempre preocupado por ter deixado a cela aberta (...) daí que... aaaa... talvez o ambiente prisional seja completamente diferente daqui (...) Por causa da tensão que existe no ar, porque ‘tamos sempre alertas (...)*” (40524R).

Também foi referido que, por vezes, poderá utilizar-se a mobília do EP como meio para o cometimento de infrações: “(...) *às vezes aaaaa se for pra... pra agredirem alguém (...) eles partem logo uma peça daaaaa da mesa, arranjam ali um pau (...) ooooo arrancam uma// um, um ferro de uma (...) prateleira para fazer um espeto, coisas assim do género.*” (40524E). Similarmente, foi mencionado que a própria degradação do EP, desde a sua mobília à sua estrutura, poderá contribuir para que os reclusos arrisquem cometer infrações. Segundo o 20418V, se a mobília acessível aos reclusos estiver em más condições, haverá uma maior probabilidade de que os reclusos contribuam ainda mais para a sua degradação. Adicionalmente, o mau estado das celas poderá facilitar a ocultação de produtos ilícitos, uma vez que os guardas terão maior dificuldade em notar qualquer modificação da estrutura da cela: “(...) *se eu vir que um (...) armário já está todo podre. Não vou ter problemas em (...) destruir o resto que está. Agora, se tiver uma coisa arranjada (...) se calhar preservo mais um pouco (...) influencia (...) a atitude das pessoas (...) há aqui muito pessoal que, queeee, guardam telefones, drogas e etc. Se aqu// se a cela já está toda partida não lhes custa nada abrir mais um buraco pra lá meter mais qualquer coisa, não é [ri-se]? Agora, se fosse uma coisa arranjada (...) Se calhar já pensavam duas vezes: eu se calhar não vou abrir, porque vê-se ooo ... pois, agora como aquilo ‘tá tudo (...) estragado... mais um, menos um não faz diferença.*”. A situação descrita pelo 20418V, coincide com a revisão da literatura, onde, segundo Clarke e Felson (1993, cit. in Bierie, 2012), as condições prisionais pobres contribuem para o cometimento de infrações, uma vez que dificultam a sua deteção pelos guardas.

3. Sugestões

Os entrevistados expuseram um número diverso de sugestões, as quais serão divididas em: 1) Arquitetura e Design; 2) Problemáticas Externas à Temática sob Investigação. Com este ponto pretende-se perceber o que os reclusos realmente consideram necessário, uma vez que na revisão da literatura não se encontrou nenhuma investigação que questionasse diretamente os reclusos sobre o que é, para eles, importante.

No que diz respeito às sugestões feitas relativamente à arquitetura e design, estas incluem: **a)** a criação de espaços verdes dentro da prisão, sendo esta uma das sugestões mais frequentes: “(...) *em vez de estar tudo na parte de fora dos muros, nós dentro (...) da prisão devíamos ter mais vegetação (...) Era diferente. O estado de espírito da pessoaaa, independentemente do, do crime que a pessoa cometeu ou não aaaa... influencia.*” (40524L); **b)** as cores, sendo também uma das alterações mais requeridas: “(...) *era só mesmo dar// haver um bocadinho de cor! Eu acho que a cor dá-nos um bocado de alegria, percebe?*” (40524R); **c)** foi sugerida a implementação de algumas comodidades, tais como a possibilidade de abrir janelas, serem disponibilizadas mesas e cadeiras no pátio, balneários maiores, mais seguros e com melhores condições, e melhores condições dentro das celas (e.g. paredes sem humidade, espaços maiores e colchões melhores): “(...) *em vez de uma janela destas fosse uma janela de abrir, seria muito melhor (...) e depois eu acho que é o espaço verde. (...) por exemplo, eu vou ao pátio e não tenho sítio onde me sentar. Tenho que tar sempre em pé. Não haver um banquinho, não haver uma mesa aaa cá fora.*” (40524R); **d)** espaços adaptados para que os filhos dos reclusos os visitem num ambiente que se assemelhe à vida em sociedade: “*Em termos físicos... eu acho que as prisões deviam ter um local ... ondeee... as crianças, vêm visitar os seus pais, conseguissem estar com os seus pais... como se estivessem na sociedade.*” (10411P); **e)** melhor adaptação dos EPs a pessoas com problemas de saúde ou deficiências motoras: “(...) *tenho aqui um colega por exemplo que tem deficiência motora (...) e portanto subir as escadas e descer as escadas para ele é um sacrilégio portanto se fosse plano seguramente seria melhor (...)*” (30511M); **f)** promover a construção de edifícios cuja arquitetura previna o cometimento de suicídios: “*Se tu tens (...) uma estrutura (...) que facilita, por exemplo, um tipo saltar do terceiro andar cá para baixo (...) Quando ele tiver mal da cabeça ele vai saltar.*” (10411P); **g)** e, por fim, mais luz natural: “(...) *se fizéssemos uma arquitetura com um bocadinho mais de luz nós falamos numa cadeia ideal (...)*” (10411A).

Quanto às problemáticas externas à temática sob investigação, sugeriu-se: **a)** juntar-se menos reclusos numa só cela: “(...) *as celas não serem com tantas pessoas (...)*” (30511M); **b)** existência de mais atividades e postos de trabalho: “*Eu acho que as pessoas aqui para passar melhor o tempo é importante estarem ativas (...) e para além disso, o trabalho, ou seja, vários tipos de trabalho.*” (10411A); **c)** melhorias a nível de higiene: “(...) *a higiene dos espaços comuns influencia (...)*” (40524L); **d)** alimentação de melhor qualidade, sendo que apenas os reclusos de um dos EPs não apresentaram queixas relativamente à comida que lhes era servida: “*A nível de comida, podia também melhorar em algumas cadeias. (...) O meu cão come em casa muito melhor do que eles comem (...)*” (50530F); **e)** maior investimento na reinserção dos reclusos, sendo este outro assunto muito comentado: “(...) *atividades de reinserção das pessoas, acompanhamento (...)*” (20418V); **f)** tratar os reclusos pelo seu nome e não pelo seu número: “(...) *nas cadeias portuguesas ainda se continua a violar a declaração universal dos direitos do Homem, fazendo aquilo que o Hitler fez, que é continuar a chamar os reclusos pelo número e não pelo nome (...) isso éééé a retirada da identidade da pessoa humana (...)*” (10411A); **g)** estender o tempo de visitas: “*Só podem entrar lá duas pessoas. Não (...) faz sentido nenhum.*” (40524E); **h)** possibilidade de possuir um telemóvel para manutenção dos laços sociais: “(...) *gostava de falar com o meu filho 24 horas (...)* Não era uma cabine de uma cadeia a ligar cinco minutos para a família que vou// que vai resolver alguma coisa. Não. *Precisava dos telefones.*” (50530F); **i)** e, por último, melhor apoio psicológico para os reclusos, sendo algo a que os mesmos consideram de vital importância: “(...) *ele meteu a corda logo ao pescoço e deixou um filho, deixou uma mulher, deixou a família (...)* Um rapaz que pediu sempre ajuda aqui na cadeia, que *tava-se a sentir mal. Que precisava de uma psicóloga, que não sei o que, que não sei que mais e ninguém quis saber do rapaz.*” (50530F).

Conclusão

Com este estudo é possível apontar algumas conclusões significativas. Apesar de terem sido tratadas características diversas, em distintas zonas do espaço prisional, é notável o facto de os reclusos sinalizarem quase sempre as mesmas: a luz natural, a natureza, as janelas, a amplitude do espaço, as cores vivas, o conforto térmico, a privacidade e o acesso a mobília variada e em boas condições. Por outro lado, características como a escuridão, espaços fechados as grades, o muro, a degradação e as cores escuras, consideram-se símbolos da reclusão. Ditos símbolos são referidos ao longo das entrevistas, como negativos e indesejáveis, lembrando os reclusos da sua situação e impedindo-os de se abstrair.

É interessante notar que os entrevistados parecem sugerir a implementação de uma arquitetura reabilitativa, segundo a qual se devem: eliminar os símbolos institucionais dos estabelecimentos prisionais, aproximando os EPs a qualquer outra construção que encontraríamos em sociedade. Assim, poder-se-ia fazer a transição do recluso para a sociedade de forma mais leve, facilitando a reinserção. Esta arquitetura promove um tratamento do recluso enquanto ser humano. Assim sendo, procura transmitir-lhe a mensagem de que ele é importante, e que o Estado e a sociedade estão a investir na sua reabilitação, evitando sentimentos de rancor. Além disso, foi possível perceber que os entrevistados tendiam a associar as características que os recordavam do exterior do EP, à liberdade, como, por exemplo, janelas ou pátio.

Adicionalmente, é importante considerar que as características consideradas negativas, surtem efeito tanto no comportamento dos reclusos (bem como no seu humor) e interferem nas relações entre reclusos e guardas. Deverá insistir-se na criação de espaços que incitem o convívio entre reclusos, e que sejam aptos para acolher distintas atividades, evitando conflitos. Quanto aos guardas, deverão aplicar-se técnicas arquitetónicas que favoreçam o contacto com os reclusos. Há, também, uma influência no cometimento de infrações, o qual acarreta consequências, uma vez que os entrevistados referiram uma associação a infrações menores, como é o caso do vandalismo, porém, foram mencionadas situações de agressão e, inclusive, homicídio. Neste sentido, deverá evitar-se construções com pontos cegos, sendo um dos principais detonantes referido pelos entrevistados.

Apesar da relevância da arquitetura e design prisional, isto é apenas um elemento entre vários que se assumem fundamentais para a adaptação prisional dos reclusos. Ditos elementos foram apontados, nas sugestões que os próprios entrevistados fizeram. Alguns dos que adquiriram maior importância foram a necessidade de apoio psicológico, melhor alimentação e apoio no âmbito da reabilitação. Este é um contexto altamente complexo, exigindo-se uma intervenção por parte de todos estes elementos para que possa ser feita a diferença. Dado que o estabelecimento prisional em si, é o espaço físico onde os reclusos passam a maioria da sua pena e, tendo em consideração que estas construções se podem manter durante séculos, a arquitetura e design poderão ser uma base que mereça ser lembrada e ser alvo de uma maior atenção.

Limites

No presente estudo, poderão apontar-se duas limitações metodológicas. Desde logo não se ter alcançado a saturação em todas as dimensões da entrevista dado o tamanho diminuto

da amostra. Adicionalmente, devido à distância de alguns dos EPs, não foi possível regressar para serem feitas mais entrevistas, nem era exequível permanecer mais de um dia nos estabelecimentos. Sugeriria que em estudos futuros se pudesse assegurar uma amostra maior ou um enfoque maior em algumas das dimensões para se conseguir uma saturação relevante que garanta a qualidade do estudo.

Outra limitação decorre do processo de recrutamento, por depender dos diretores dos EPs para selecionar os participantes. No âmbito deste estudo, pretendia-se obter uma amostra o mais variada possível. Apesar de a amostra ser variada quanto às suas características, a verdade é que grande parte dos participantes se assemelhavam na sua forma de ser. A maioria descreveu-se como pessoas que gostam de estar no seu cantinho sossegadas, interagem pouco com os restantes reclusos e que preferem ficar nas suas celas a ler ou a estudar. Outro aspeto a considerar, é o facto de todos eles terem sido selecionados pelo diretor do EP, ou diretor adjunto, o que poderá ter condicionado as entrevistas, tendo sido notado em algumas delas um certo receio ou reticência em falarem sobre determinados temas. Adicionalmente, é importante referir a possibilidade de que a seleção dos entrevistados tenha sido feita segundo os interesses da direção dos EPs da amostra. Em estudos futuros talvez se possa trabalhar com a administração dos EPs outra forma de acesso a participantes, ou que os mesmos sejam escolhidos aleatoriamente de uma lista de reclusos e depois colhida a sua aceitação para participar.

Em investigações futuras, sugerir-se-ia realizar um estudo misto, mediante a aplicação de entrevistas e questionários, pois seria interessante aprofundar as questões tratadas nas entrevistas durante esta investigação, bem como outros elementos que surgiram, e sobre os quais foi encontrada muito pouca literatura, como é o caso das cores ou da ideia de trazer natureza para dentro do muro. Seria interessante explorar a influência que a arquitetura e design prisional poderão ter nos guardas prisionais, bem como nas famílias dos reclusos. Em relação aos guardas, devido à quantidade de tempo que estes despendem dentro dos EPs. Relativamente às famílias dos reclusos, seria interessante perceber o que é que sentem durante as visitas (e se o espaço terá alguma influência na frequência com que estas visitas são feitas). Durante esta investigação, determinadas respostas, como é o caso das relações entre reclusos e guardas prisionais, pareciam variar segundo o tamanho dos estabelecimentos. Poderia conduzir-se uma investigação independente para EPs de menores dimensões e outra para EPs de maiores dimensões, para comprovar se os resultados obtidos iriam coincidir com os que se obteve nesta investigação. Por fim, os problemas sinalizados pelos próprios reclusos (além da arquitetura e design prisional) mereciam, também, ser investigados (e.g. alimentação, os telemóveis e o seu

papel na manutenção dos laços familiares; a importância das atividades ocupacionais na adaptação prisional dos reclusos).

Bibliografia

- Abbott, J. H. (1981). *In the Belly of the Beast: Letters from Prison*. New York: Random House.
- Adams, K. (1992). Adjusting to Prison Life. *Crime and Justice*, 16(1), 275-359.
- Applegate, B. K., Surette, R., & McCarthy, B. J. (1999). Detention and desistance from crime: Evaluating the influence of a new generation jail on recidivism. *Journal of Criminal Justice*, 27(6), 539-548. doi:10.1016/S0047-2352(99)00024-0
- Archer, J. (2002). *A Prison Diary*. London: Macmillan.
- Armstrong, S., & McAra, L. (Eds.). (2006). *Perspectives on punishment: The contours of control*. New York: Oxford University Press. Obtido de <https://archive.org/details/perspectivesonpu0000scot/page/n3/mode/2up?view=theater&q=incarceration>
- Behan, C. (2014). Learning to Escape: Prison Education, Rehabilitation and the Potential for Transformation. *Journal of Prison Education and Reentry*, 1(1), 20-31. Obtido de <https://eric.ed.gov/?id=EJ1148803>
- Beijersbergen, K. A., Dirkzwager, A. J., Van der Laan, P. H., & Nieuwbeerta, P. (2016). A Social Building? Prison Architecture and Staff-Prisoner Relationships. *Crime & Delinquency*, 62(7), 843-874. doi:10.1177/0011128714530657
- Bentham, J., & Božovič, M. (1995). *The panopticon writings*. Verso Trade.
- Berg, J. W., Appelbaum, P. S., Lidz, C. W., & Parker, L. S. (2001). *Informed Consent: Legal Theory and Clinical Practice* (2^o ed.). Oxford University Press.
- Bierie, D. M. (2012). Is Tougher Better? The Impact of Physical Prison Conditions on Inmate Violence. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 56(3), 338–355. doi:10.1177/0306624X11405157
- Bloom, B., Owen, B., & Covington, S. (2003). *Gender-Responsive Strategies: Research, Practice, and Guiding Principles for Women Offenders*. National Institute of Corrections.
- Boyle, J. (1977). *A Sense of Freedom*. Pan Books.
- Caravaca-Sánchez, F., Wolff, N., & Teasdale, B. (2019). Exploring Associations Between Interpersonal Violence and Prison Size in Spanish Prisons. *Crime & Delinquency*, 65(14), 2019–2043. doi:10.1177/0011128718763134

- Castleberry, A., & Nolen, A. (2018). Thematic analysis of qualitative research data: Is it as easy as it sounds? *Currents in Pharmacy Teaching and Learning*, 10(6), 807-815. doi:10.1016/j.cptl.2018.03.019
- Clemmer, D. (1940). *The prison community*. Obtido em 30 de agosto de 2022, de APA PsycNET: <https://psycnet.apa.org/record/1940-05154-000>
- Coffey, A. (1999). *The Ethnographic Self: Fieldwork and the Representation*. Sage.
- Dias, T., Faria, R., & Agra, C. (2012). Elementos Para Uma História da Criminologia em Portugal. Em C. Agra, *A Criminologia: um arquipélago interdisciplinar* (1º ed., pp. 77-110). Porto: U. Porto editorial.
- DiCicco-Bloom, B., & Crabtree, B. F. (2006). The qualitative research interview. *Medical Education*, 40, 314–321. doi:10.1111/j.1365-2929.2006.02418.x
- Dominique, M. (2015). *Carceral Geography: Spaces and Practices of Incarceration*. Ashgate.
- Fairweather, L. (2000). Psychological effects of the prison environment. Em L. Fairweather, & S. McConville, *Prison Architecture: Policy, Design and Experience* (pp. 48-67). Oxford, UK: Architectural Press.
- Farbstein, J. (1986). *Correctional facility planning and design* (2º ed.). New York: Van Nostrand Reinhold. Obtido de https://openlibrary.org/works/OL3372637W/Correctional_facility_planning_and_design?edition=key%3A/books/OL2713511M
- Faria, R., & Agra, C. (2012). A História Epistemológica da Criminologia. Em C. Agra, *A Criminologia: um arquipélago interdisciplinar* (1º ed., pp. 27-62). Porto: U. Porto editorial.
- Farrington, D. P., & Nuttall, C. P. (1980). Prison size, overcrowding, prison violence, and recidivism. *Journal of Criminal Justice*, 8(4), 221-231. doi:10.1016/0047-2352(80)90002-1
- Fikfak, A., Kosanović, S., Crnić, M., & Perović, V. J. (2015). The contemporary model of prison architecture: Spatial response to the resocialization programme. *Spatium*(34), 27-34. doi:10.2298/SPAT1534027F
- Flick, U. (2009). *An Introduction to Qualitative Research* (4º ed.). Sage.
- Flick, U. (2014). Mapping the Field. Em U. Flick, *The Sage Handbook of Qualitative Data Analysis* (pp. 3-18). SAGE.
- Foucault, M. (2020). *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Lisboa: Edições 70.

- Galford, G. (2021). Prison as Home: Characteristics of Control Within General Prison and Solitary Confinement Environments. *Journal of Interior Design*, 46(2), 35-53. doi:10.1111/joid.12190
- Garabedian, P. G. (1963). Social Roles and Processes of Socialization in the Prison Community. *Social Problems*, 11(2), 139-152. doi:10.2307/799221
- Garutti, S., & Oliveira, R. (2012). A Prisão e o Sistema Penitenciário - Uma Visão Histórica. *Universidade Estadual de Maringá*, 1-31.
- George, R. S. (2008). Prison Architecture. Em P. M. Carlson, & J. S. Garrett (Edits.), *Prison and Jail Administration: Practice and Theory* (2º ed., pp. 39-50). Sudbury, Mass.: Jones and Bartlett Publishers. Obtido de <https://archive.org/details/prisonjailadmini0000unse/page/n2/mode/1up?view=theater>
- Goffman, E. (1961). *Asylums: Essays on the social situation of mental patients and other inmates*. New York, NY: Anchor Books.
- Gomes, S., & Duarte, V. (2020). What about ethics? Developing qualitative research in confinement settings. *European Journal of Criminology*, 17(4), 461-479. doi:10.1177/1477370818801305
- Gonçalves, R. A. (2002). *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão* (2ª ed.). Coimbra: Quarteto.
- Goodman, S. (2010). *Sonic Warfare: Sound, Affect, and the Ecology of Fear*. Massachusetts Institute of Technology Press.
- Goodstein, L., & Wright, K. N. (1989). Inmate Adjustment To Prison. Em L. Goodstein, & D. L. MacKenzie (Edits.), *The American Prison. Law, Society and Policy* (Vol. 4, pp. 229-251). Boston, MA: Springer. doi:10.1007/978-1-4684-5652-3_12
- Guenther, L. (2013). *Solitary Confinement: Social Death and Its Afterlives*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Haguette, T. M. (2013). Metodologias Qualitativas na Sociologia. Em T. M. Haguette, *Metodologias Qualitativas na Sociologia* (4º ed., pp. 63-170). Vozes.
- Hassine, V. (1996). *Life Without Parole: Living in Prison Today* (2º ed.). Los Angeles, CA: Roxbury Publishing Company.
- Hemsworth, K. (2016). 'Feeling the range': Emotional geographies of sound in prisons. *Emotion, Space and Society*, 20(1), 90-97. doi:10.1016/j.emospa.2016.05.004
- Hennink, M., Hutter, I., & Bailey, A. (2020). *Qualitative Research Methods* (2º ed.). Sage.

- Hunt, G., Riegel, S., Morales, T., & Waldorf, D. (1993). Changes in Prison Culture: Prison Gangs and the Case of the "Pepsi Generation". *Social Problems*, 40(3), 398-409. doi:10.2307/3096887
- Irwin, J. (1980). *Prisons in Turmoil*. Boston: Little, Brown and Company. Obtido de <https://archive.org/details/prisonsinturmoil0000irwi/page/n8/mode/1up?view=theater>
- Irwin, J., & Cressey, D. R. (1962). Thieves, Convicts and the Inmate Culture. *Social Problems*, 10(2), 142-155. doi:10.2307/799047
- Jacobs, J. B. (1977). *Stateville: The Penitentiary in Mass Society*. Chicago; London: University of Chicago Press. Obtido de https://archive.org/details/statevillepenite00jac_ar4/mode/2up?q=change
- Jacobson, C. A., Jacobson, J. T., & Crowe, T. A. (1989). Hearing loss in prison inmates. *Ear & Hearing*, 10(3), 178-183. doi:10.1097/00003446-198906000-00007
- Jewkes, Y. (2007). Prisons in Perspective: Introduction. Em Y. Jewkes (Ed.), *Handbook on Prisons* (pp. 23-26). Willan Publishing.
- Jewkes, Y. (2018). Just design: Healthy prisons and the architecture of hope. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, 51(3), 319-338. doi:10.1177/0004865818766768
- Jewkes, Y., & Laws, B. (2021). Liminality revisited: Mapping the emotional adaptations of women in carceral space. *Punishment & Society*, 23(3), 394-412. doi:10.1177/1462474520959623
- Johnsen, B., Granheim, P. K., & Helgesen, J. (2011). Exceptional prison conditions and the quality of prison life: Prison size and prison culture in Norwegian closed prisons. *European Journal of Criminology*, 8(6), 515-529. doi:10.1177/1477370811413819
- Johnson, R., Rocheleau, A. M., & Martin, A. B. (2017). *Hard Time: A Fresh Look at Understanding and Reforming the Prison* (4^o ed.). Hoboken: Wiley-Blackwell.
- Johnston, N. (1973). *The human cage: A brief history of prison architecture*. New York: Walker and Company. Obtido de <https://archive.org/details/humancagebriefhi0000john/page/n9/mode/2up?view=theater&q=safe>
- Johnston, N. (2009). Evolving Function: Early Use of Imprisonment as Punishment. *The Prison Journal*, 89(1), 10S-34S. doi:10.1177/0032885508329761
- Jones, E. R. (1995). Failure of the "Get Tough" Crime Policy. *University of Dayton Law Review*, 20(2), 803-808.

- Kenis, P., Kruijven, P. M., Baaijens, J., & Barneveld, P. (2010). The Prison of the Future? An Evaluation of an Innovative Prison Design in the Netherlands. *The Prison Journal*, 90(3), 313–330. doi:10.1177/0032885510373506
- Kennedy, B. L., & Thornberg, R. (2018). Deduction, Induction, and Abduction. Em U. Flick, *The SAGE Handbook of Qualitative Data Collection* (pp. 49-64). London: SAGE.
- Latas, A. J. (2007). Parte 1 – Princípios do Direito Penal – Direitos Fundamentais Noções Básicas da Teoria da Infracção – Sua Importância Consequências Jurídicas do Crime. Em A. J. Latas, J. D. Duarte, & P. V. Pato, *Direito Penal e Processual Penal (Tomo I)* (pp. 9-126). INA, Instituto Nacional de Administração.
- Lawrence, S., & Travis, J. (2004). *The New Landscape of Imprisonment: Mapping America's Prison Expansion*. Washington, DC: Urban Press.
- Leavy, P. (2017). *Research Design: Quantitative, Qualitative, Mixed Methods, Arts-Based, and Community-Based Participatory Research Approaches*. The Guilford Press.
- Leban, L., Cardwell, S. M., Copes, H., & Brezina, T. (2016). Adapting to Prison Life: A Qualitative Examination of the Coping Process among Incarcerated Offenders. *Justice Quarterly*, 33(6), 943-969. doi:10.1080/07418825.2015.1012096
- Lewis, O. F. (2005). *The Development Of American Prisons And Prison Customs 1776 To 1845*. Whitefish, MT: Kessinger Publishing. Obtido de <https://archive.org/details/developmentofame0000lewi/mode/2up>
- Liebling, A., & Kant, D. (2018). The Two Cultures: Correctional Officers and Key Differences in Institutional Climate. Em J. Wooldredge, & P. Smith (Edits.), *The Oxford Handbook of Prisons and Imprisonment* (pp. 208–232). Oxford University Press. doi:10.1093/oxfordhb/9780199948154.013.11
- Mayring, P. (2015). Qualitative Content Analysis: Theoretical Background and Procedures. Em A. Bikner-Ahsbals, C. Knipping, & N. Presmeg (Edits.), *Approaches to Qualitative Research in Mathematics Education: Examples of Methodology and Methods* (pp. 365–380). Springer Dordrecht. doi:10.1007/978-94-017-9181-6
- McGuire, J. (2018). Understanding prison violence: a rapid evidence assessment. *Analytic Summary*.
- Molleman, T., & van Ginneken, E. F. (2015). A Multilevel Analysis of the Relationship Between Cell Sharing, Staff–Prisoner Relationships, and Prisoners' Perceptions of Prison Quality. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 59(10), 1029–1046. doi:10.1177/0306624X14525912

- Moraes, R. (1999). Análise de Conteúdo. *Revista Educação*, 22(37), 7-32.
- Moran, D., & Jewkes, Y. (2015). Linking the carceral and the punitive state: a review of research on prison architecture, design, technology and the lived experience of carceral space. *Armand Colin*(2), 163-184. doi:10.3917/ag.702.0163
- Moran, D., Jewkes, Y., & Turner, J. (2016). Prison design and carceral space. Em Y. Jewkes, B. Crewe, & J. Bennett, *Handbook on Prisons* (2º ed., pp. 114-130). Routledge.
- Moran, D., Jones, P. I., Jordaan, J. A., & Porter, A. E. (2021). Does Nature Contact in Prison Improve Well-Being? Mapping Land Cover to Identify the Effect of Greenspace on Self-Harm and Violence in Prisons in England and Wales. *Annals of the American Association of Geographers*, 111(6), 1779-1795. doi:10.1080/24694452.2020.1850232
- Morris, N. (2002). *Maconochie's Gentlemen: The Story of Norfolk Island & The Roots of Modern Prison Reform*. New York: Oxford University Press.
- Morris, R. G., & Worrall, J. L. (2014). Prison Architecture and Inmate Misconduct: A Multilevel Assessment. *Crime & Delinquency*, 60(7), 1083-1109. doi:10.1177/0011128710386204
- Murphy, E., & Dingwall, R. (2001). The Ethics of Ethnography. Em P. Atkinson, A. Coffey, S. Delamont, J. Lofland, & L. Lofland, *Handbook of Ethnography* (pp. 339-352). Sage.
- Nadel, M. R., & Mears, D. P. (2018). Building with no end in sight: the theory and effects of prison architecture. *Corrections: Policy, Practice and Research*, 2377-4665. doi:10.1080/23774657.2018.1461036
- Nijhawan, L. P., Janodia, M. D., Muddukrishna, B. S., Bhat, K. M., Bairy, K. L., Udupa, N., & Musmade, P. B. (2013). Informed consent: Issues and challenges. *Journal of Advanced Pharmaceutical Technology & Research*, 4(3), 134-140. doi:10.4103/2231-4040.116779
- Owen, B. A. (1998). *"In the Mix": Struggle and Survival in a Women's Prison*. Albany: State University of New York Press.
- Owers, A. (2007). Imprisonment in the twenty-first century: a view from the inspectorate. Em Y. Jewkes (Ed.), *Handbook on Prisons* (pp. 1-22). Willan Publishing.
- Paternoster, R. (2010). How much do we really know about criminal deterrence? *The Journal of Criminal Law and Criminology*, 100(3), 765-824.
- Patton, M. Q. (2015). *Qualitative Research & Evaluation Methods* (4º ed.). Sage.
- Pevsner, N. (2001). *Origens da Arquitetura Moderna e do Design* (3º ed.). São Paulo: Martins Fontes.

- Reddon, J. R., & Durante, S. B. (2019). Prisoner exposure to nature: Benefits for wellbeing and citizenship. *Medical Hypotheses*, 123, 13-18. doi:10.1016/j.mehy.2018.12.003
- Rice, T. (2016). Sounds inside: prison, prisoners and acoustical agency. *Sound Studies*, 2(1), 6-20. doi:10.1080/20551940.2016.1214455
- Riessman, C. K. (1993). *Narrative Analysis* (Vol. 30). Sage.
- Rocque, M., Bierie, D. M., & MacKenzie, D. L. (2011). Social Bonds and Change During Incarceration: Testing a Missing Link in the Reentry Research. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 55(5), 816–838. doi:10.1177/0306624X10370457
- Rodrigues, A. M. (2000). *Novo Olhar Sobre A Questão Penitenciária: Estatuto Jurídico do Recluso e Socialização, Jurisdicionalização, Consensualismo e Prisão*. Coimbra Editora.
- Roller, M. R., & Lavrakas, P. J. (2015). *Applied Qualitative Research Design: A Total Quality Framework Approach*. The Guilford Press.
- Roth, L. M. (2017). *Entender a arquitetura: Seus elementos, história e significado*. São Paulo: Gustavo Gili.
- Rotman, E. (1990). *Beyond Punishment: a New View on the Rehabilitation of Criminal Offenders*. New York: Greenwood Press. Obtido de <https://archive.org/details/beyondpunishment0000rotm/page/n5/mode/2up?view=theater>
- Rubin, H. J., & Rubin, I. S. (2012). *Qualitative Interviewing: The Art of Hearing Data* (3^o ed.). SAGE.
- Santos, A., & Santos, G. (2016). Las Prisiones son Hoteles de Cinco Estrellas: El otro lado de la pena de prisión. Em J. Gracia, & D. Jiménez, *Tristes Tópicos: Representaciones Sociales Desenfocadas* (pp. 247-257). Zaragoza: Laboratorio de Sociología Jurídica – Universidad de Zaragoza.
- Schreier, M. (2014). Qualitative Content Analysis. Em U. Flick (Ed.), *The Sage Handbook of Qualitative Data Analysis* (pp. 170-183). SAGE.
- Seymour, J. (1977). Niches in Prison. Em H. Toch (Ed.), *Living in Prison: The Ecology of Survival* (pp. 179-205). New York: Free Press. Obtido de <https://archive.org/details/livinginprisonec0000toch/page/n11/mode/1up?view=theater>
- Skarbek, D. (2014). *The Social Order of the Underworld: How Prison Gangs Govern the American Penal System*. New York: Oxford University Press.

- Slotboom, A.-M., Kruttschnitt, C., Bijleveld, C., & Menting, B. (2011). Psychological well-being of incarcerated women in the Netherlands: Importation or deprivation? *Punishment & Society*, *13*(2), 176–197. doi:10.1177/1462474510396313
- St. John, V. J., Blount-Hill, K.-L., Evans, D., Ayers, D., & Allard, S. (2019). Architecture and Correctional Services: A Facilities Approach to Treatment. *The Prison Journal*, *99*(6), 748–770. doi:10.1177/0032885519877402
- Steiner, B., & Wooldredge, J. (2017). Individual and Environmental Influences on Prison Officer Safety. *Justice Quarterly*, *34*(2), 324-349. doi:10.1080/07418825.2016.1164883
- Steiner, B., Butler, H. D., & Ellison, J. M. (2014). Causes and correlates of prison inmate misconduct: A systematic review of the evidence. *Journal of Criminal Justice*, *42*, 462-470. doi:10.1016/j.jcrimjus.2014.08.001
- Sykes, G. M. (1958). *The Society of Captives: A Study of a Maximum Security Prison*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Taylor, S. J., Bogdan, R., & DeVault, M. L. (2015). *Introduction to Qualitative Research Methods: A Guidebook and Resource* (4^o ed.). John Wiley & Sons.
- Tewksbury, R., Connor, D. P., & Denney, A. S. (2014). Disciplinary Infractions Behind Bars: An Exploration of Importation and Deprivation Theories. *Criminal Justice Review*, *39*(2), 201-218. doi:10.1177/0734016814529965
- Thomas, C. W. (1977). Theoretical Perspectives on Prisonization: A Comparison of the Importation and Deprivation Models. *The Journal of Criminal Law and Criminology*, *68*(1), 135-145.
- Turner, J. (2013). The Politics of Carceral Spectacle: Televising Prison Life. Em D. Moran, N. Gill, & D. Conlon, *Carceral Spaces: Mobility and Agency in Imprisonment and Migrant Detention* (pp. 219-238). Ashgate.
- Ulrich, R. S., & Parsons, R. (1992). Influences of Passive Experiences with Plants on Individual Well-Being and Health. Em D. Relf, *The Role of Horticulture in Human Well-Being and Social Development* (pp. 93-105). Portland, OR: Timber Press.
- Van der Laan, A., & Eichelsheim, V. (2013). Juvenile adaptation to imprisonment: Feelings of safety, autonomy and well-being, and behaviour in prison. *European Journal of Criminology*, *10*(4), 424–443. doi:10.1177/1477370812473530

- Van Tongeren, D. R., & Klebe, K. J. (2010). Reconceptualizing prison adjustment: A multidimensional approach exploring female offenders' adjustment to prison life. *The Prison Journal*, 90(1), 48–68. doi:10.1177/0032885509357547
- Waid, C. A., & Clements, C. B. (2001). Correctional Facility Design: Past, Present and Future. *Corrections Compendium*, 26(11), 1-2,4-5,25-28,29.
- Wener, R. (2006). Effectiveness of the direct supervision system of correctional design and management: A review of the literature. *Criminal justice and Behavior*, 33(3), 392-410. doi:10.1177/0093854806286202
- Wener, R. (2012). *The Environmental Psychology of Prisons and Jails: Creating Humane Spaces in Secure Settings*. New York: Cambridge University Press. Obtido de <https://archive.org/details/environmentalpsy0000wene/page/7/mode/2up>
- Westbrook, L. (1994). Qualitative Research Methods: A Review of Major Stages, Data Analysis Techniques, and Quality Controls. *Library & information science research*, 16(3), 241-254. doi:10.1016/0740-8188(94)90026-4
- Whiting, L. S. (2008). Semi-structured interviews: guidance for novice researchers. *Nursing Standard*, 22(23), 35-40.
- Wooldredge, J. (2020). Prison Culture, Management, and In-Prison Violence. *Annual Review of Criminology*, 3, 165-188. doi:10.1146/annurev-criminol-011419-041359
- Wooldredge, J., & Steiner, B. (2014). A Bi-level Framework for Understanding Prisoner Victimization. *J Quant Criminol*, 30(1), 141–162. doi:10.1007/s10940-013-9197-y
- Zhao, Y., Messner, S. F., & Liu, J. (2020). The influence of importation and deprivation factors on prison adaptation: Insights from Chinese prisons. *International Journal of Law, Crime and Justice*, 63(1), 100425. doi:10.1016/j.ijlcj.2020.100425
- Zupan, L. L. (1991). *Jails, reform and the new generation philosophy*. Anderson.

Links Consultados:

- DGRSP. (8 de setembro de 2022a). *Estabelecimentos Prisionais*. Obtido em 18 de novembro de 2022, de DGRSP: Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais: <https://dgrsp.justica.gov.pt/Contactos/Estabelecimentos-Prisionais>
- DGRSP. (23 de setembro de 2022b). *Quem somos*. Obtido em 18 de novembro de 2022, de DGRSP: Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais: <https://dgrsp.justica.gov.pt/Sobre-a-DGRSP/Quem-somos>

DGRSP. (2 de novembro de 2022c). *Sobre a DGRSP: Estudos e estágios académicos*. Obtido em 18 de novembro de 2022, de DGRSP: Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais: <https://dgrsp.justica.gov.pt/Sobre-a-DGRSP/Estudos-e-est%C3%A1gios-acad%C3%A9micos>

Magalhães, P. (2 de Dezembro de 1989). *A vida de um recluso*. Obtido em 1 de Maio de 2022, de RTP Arquivos: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/a-vida-de-um-recluso/>

Anexos.

Anexo I. Requerimento enviado para a DGRSP.

Exmo. Senhor Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais,

O meu nome é Ana Rita de Castro Ribeiro, sou estudante na Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP) e estou a completar o segundo ano do Mestrado em Criminologia.

Neste âmbito, estou a realizar a dissertação, intitulada: “*Arquitetura e Design Prisional e sua Influência no Comportamento dos Reclusos*”, sob orientação da Professora Doutora Rita Jorge Holbeche Tinoco de Faria. O projeto foi já apresentado à Comissão de Ética da FDUP e obteve parecer positivo (ver anexo).

O objetivo geral do trabalho, passa por **compreender a relação entre a arquitetura e design prisional e os comportamentos dos reclusos**. Mais concretamente, perceber de que forma a arquitetura e design prisional (celas, som, tamanho e localização) influenciam o comportamento de adaptação à prisão pelos reclusos.

Para o efeito, prevejo realizar entrevistas semi-estruturadas, presenciais, com a duração de cerca de 30 minutos, a reclusos.

A amostra de participantes deverá ser composta por dois reclusos de cada um dos seguintes estabelecimentos prisionais: __. Os participantes devem ser maiores de 18 anos, do sexo masculino, dominarem a língua portuguesa e não possuir perturbações mentais conhecidas. Através do apoio de algum elemento do EP (por exemplo, o(a) assessor(a) do(a) Diretor(a)), pedirei acesso a uma lista com nomes de reclusos que possam ser potenciais participantes e, a partir dessa lista, a seleção dos indivíduos será aleatória.

A confidencialidade e privacidade dos participantes serão garantidas, tal como o armazenamento seguro dos dados. A todos os participantes será entregue um documento de consentimento informado, serão esclarecidos quanto à voluntariedade da sua participação e ausência de consequências, caso não desejem participar no estudo ou desistam durante a recolha, bem como quanto à ausência de impactos da participação na pena.

O acesso aos estabelecimentos prisionais acima enunciados, e respetivas características arquitetónicas, é fundamental para a concretização deste estudo. Assim, venho por este meio **solicitar a V.^a Ex.^a autorização para aceder aos referidos EPs para efeitos da recolha de dados com participantes reclusos, tal como referido.**

Grata pela atenção despendida na leitura do presente pedido, deixo os meus contactos e manifesto a minha disponibilidade para outros esclarecimentos.

Atentamente,
Ana Rita Ribeiro

Email institucional: xxxx;
Contacto telefónico: xxxxxxxxx

Email institucional orientadora: xxxx

Porto, 3 de janeiro de 2023

Anexo II. Requerimento enviado para a Direção dos Estabelecimentos Prisionais da amostra.

Exmo(a). Senhor(a) Diretor(a) do Estabelecimento Prisional X,

O meu nome é Ana Rita de Castro Ribeiro, sou estudante na Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP) e estou a completar o segundo ano do Mestrado em Criminologia.

Neste âmbito, estou a realizar a dissertação intitulada: “*Arquitetura e Design Prisionale sua Influência no Comportamento dos Reclusos*”, sob orientação da Professora Doutora Rita Jorge Holbeche Tinoco de Faria. O projeto foi já apresentado à Comissão de Ética da FDUP, bem como à Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, e obteve parecer positivo de ambas entidades (ver anexo).

O objetivo geral do trabalho, passa por **compreender a relação entre a arquitetura e design prisional e os comportamentos dos reclusos**. Mais concretamente, perceber de que forma a arquitetura e design prisional (celas, som, tamanho e localização) influenciam o comportamento de adaptação à prisão pelos reclusos.

Para o efeito, prevejo realizar entrevistas semi-estruturadas, presenciais, com a duração de cerca de 30 minutos, a reclusos.

De acordo com a autorização outorgada pela DGRSP, venho por este meio **solicitar a V.^a Ex.^a autorização para aceder ao EP que está sob sua direção, para efeitos da recolha de dados com participantes reclusos**. O acesso a este estabelecimento prisional e respetivas características arquitetónicas é fundamental para a concretização deste estudo. Caso aceda ao pedido, estarei disponível para a marcação de uma reunião, seja esta, ou não, presencial, no âmbito da qual explicarei, mais pormenorizadamente, em que consiste o estudo em questão. Em adição, caso aceite, a reunião suprarreferida serviria para combinar com V.^a Ex.^a, quais os procedimentos mais adequados e confortáveis a ambos, a ser seguidos para a realização do referido estudo e respetivos objetivos.

Grata pela atenção despendida na leitura do presente pedido, deixo os meus contactos e manifesto a minha disponibilidade para outros esclarecimentos.

Atentamente,

Ana Rita Ribeiro

Email institucional: xxxx

Contacto telefónico: xxxxxxxxxx

Porto, 03 de abril de 2023

Anexo III. Consentimento Informado.

Exmo. Senhor,

Apresentação e Contextualização: o meu nome é Ana Rita de Castro Ribeiro. Neste momento, sou estudante na Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP) e estou a fazer a minha tese, que se chama: “*Arquitetura e Design Prisional e sua Influência no Comportamento dos Reclusos*”. O objetivo da tese é **entender a relação entre arquitetura e design prisional e o comportamento dos reclusos**.

Convite para Participação: gostaria de o convidar a dar-me a sua opinião sobre o tema através de uma entrevista. A sua experiência seria fundamental para produzirmos conhecimento sobre esta matéria. A sua participação é voluntária, não havendo nenhuma consequência caso decida não participar. É importante referir que a sua participação não irá influenciar a sua pena. Apesar disso, se participar, terá a oportunidade de se fazer ouvir relativamente a este tema, podendo dar a sua opinião, sugestões ou qualquer contributo que ache importante. Mesmo aceitando participar neste estudo, poderá desistir a qualquer momento, independentemente do motivo, sem nenhum tipo de consequência.

Entrevista e Procedimentos: caso decida participar, será entrevistado numa sala do estabelecimento prisional. A entrevista poderá demorar uma média de 45 minutos e será marcada, quanto ao dia e hora, dependendo do que parecer mais adequado ao estabelecimento prisional. Antes de começar a entrevista, perguntar-lhe-ei se posso, ou não, gravar o áudio, simplesmente com o objetivo de facilitar a sua posterior transcrição. Caso não aceite, então vou só escrever algumas anotações enquanto falamos.

Segurança: a sua confidencialidade e privacidade serão completamente garantidas. O seu nome será substituído por um código. Qualquer dado que o possa identificar, direta ou indiretamente, a si ou a terceiros, será eliminado. Os dados da entrevista só serão utilizados para os fins científicos que lhe expliquei e mais ninguém, para além de mim ou da minha orientadora, os irá ler ou ouvir, sendo esses dados destruídos quando o estudo terminar.

Importância da sua participação no estudo: apesar de poder sentir algum desconforto durante a entrevista, por estarmos a falar de um assunto sensível, pode fazer pausas sempre que queira e não será obrigado a responder a nenhuma pergunta. Mais uma vez, poderá deixar de participar no estudo a qualquer momento. Apesar disso, o tempo que disponibilizar para participar neste projeto será muito apreciado. A sua participação e qualquer informação que possa partilhar comigo, será de grande ajuda para mim e será um grande contributo para o avanço do conhecimento na área. Com este estudo espero, num futuro, contribuir para melhorar as

condições das prisões portuguesas.

Entrega do documento: no caso de estar interessado em participar neste estudo, combinarei um dia e hora com o estabelecimento prisional para poder encontrar-me consigo, para tirar qualquer dúvida que tenha e para receber, caso assim deseje, o consentimento informado preenchido. Uma vez aceite participar no estudo, voltarei a entrar em contacto com o estabelecimento prisional para marcar a realização da entrevista. Obrigada.

Se quiser, ser-lhe-á entregue uma cópia deste documento.

Atentamente,

Ana Rita Ribeiro

Eu, abaixo-assinado (nome completo)

declaro que compreendi a explicação que me foi fornecida pelo investigador que assina este documento. Da informação ou explicação que me foi prestada versou os objetivos, os métodos e o eventual desconforto. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o momento a minha participação no estudo, sem que isso possa ter qualquer tipo de consequência. Também me foi dada a garantia de que os dados constantes do presente consentimento e os que resultarem da entrevista efetuada serão utilizados, exclusivamente, no âmbito da tese suprarreferida e para fins científicos, permanecendo os dados pessoais salvaguardados. Foi-me ainda dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias e de todas obtive resposta satisfatória.

Por isso, consinto de forma livre e esclarecida a minha participação no estudo que me foi proposto pelo investigador.

Assinatura do Participante:

Data: __/____/____

Nome e Assinatura do Investigador responsável:

Data: __/____/____

Anexo IV. Guião de Entrevista.

Icebreaker: gostaria de começar por saber como é, para si, um dia típico na prisão (ou seja, descreva-me o seu dia-a-dia). Agora gostaria que nos centrássemos um pouco mais em zonas específicas da prisão. O senhor referiu que durante o período x, é quando vai para o “recreio” ...

<u>Categorias</u>	<u>Subcategorias</u>	<u>Questões</u>
<u>Zonas do Espaço Prisional</u>	Recreio	1. Durante o “recreio”, em que zonas da prisão costuma passar o seu tempo? Porquê (o que costuma fazer nesses sítios)?
	Interação com os guardas-prisionais	2. Em que zonas do estabelecimento prisional tende a interagir ou a cruzar-se mais com os guardas prisionais? 3. Considera que as diferentes zonas da prisão poderão influenciar a interação que mantém com os guardas prisionais? Se sim, porquê (em que medida)? Como descreveria a forma como os guardas o tratam, segundo as diferentes zonas da prisão?
	Corredores	4. O senhor passa por muitos corredores no seu dia-a-dia? Para que zonas esses corredores o costumam levar? Os corredores são todos iguais? Descreva-me esses corredores. 5. Quando está a atravessar esses corredores, sente alguma influência na forma como se comporta comparativamente com outras zonas da prisão? Comporta-se de forma distinta em corredores diferentes? Se sim, porquê?

	Celas/Camaratas	<p>6. Atualmente, o senhor está numa cela individual ou numa camarata? Preferiria residir numa cela individual ou em camaratas com outros reclusos? Porquê? Isto tem alguma influência no seu dia-a-dia?</p> <p>7. Pode descrever-me a sua cela/camarata? De que aspetos da sua cela/camarata gosta?</p> <p>8. Dentro do possível, que alterações fez para tornar a sua cela/camarata mais confortável? E de que comodidades é que sente mais falta?</p> <p>9. Como se sente quando está na sua cela/camarata? Isso influencia-o na forma como se comporta no dia-a-dia?</p>
<u>Características Objetivas e Subjetivas da Arquitetura e Design Prisional</u>	Natureza	<p>10. Relativamente às janelas existentes na prisão, o que consegue ver através delas? (em termos paisagísticos, ao que é que tem acesso nesta prisão? (por exemplo, montanhas, árvores, terrenos, casas...)). O senhor gosta destes elementos? A que outros elementos é que gostaria de ter acesso? Como considera que estes elementos (ou a sua falta) o poderão estar a influenciar? Porquê?</p>
	Som	<p>11. Quais são os sons mais característicos do interior da prisão?</p>

		<p>12. Vocês ouvem muito barulho vindo do exterior da prisão? Que sons costumam ouvir? Considera que esses sons possam estar relacionados com o local onde a prisão está?</p> <p>13. De que forma é que estes sons o influenciam no seu dia-a-dia? (estes sons influenciam a forma como se comporta?)</p>
	Localização	<p>14. O que acha relativamente à localização desta prisão? Preferia que estivesse localizada numa zona residencial, ou numa zona natural afastada das zonas residenciais? E porquê? Considera que a localização da prisão poderá influenciá-lo de alguma maneira?</p>
	Infrações	<p>15. De que forma considera que as características arquitetónicas da prisão poderão influenciar o cometimento de infrações por parte dos reclusos (e.g., o tipo de infrações cometidas; a probabilidade de os reclusos arriscarem cometer infrações mais vezes)? Porque acha que as infrações acontecem mais em determinados sítios da prisão do que noutros?</p> <p>- Antes de fazer esta questão, começarei por fazer uma breve introdução, na qual irei tentar ganhar a confiança do recluso, garantindo-lhe que esta questão não tem como objetivo obter informação relativamente às infrações que ele ou outros reclusos possam ter cometido. Neste ponto não é de interesse ficar a saber nomes. Esta informação não será reportada aos funcionários do estabelecimento prisional. O único interesse que advém</p>

		<p>desta questão é saber se a arquitetura prisional poderá ter algum tipo de influência no tipo de infrações que os reclusos cometem, na decisão de cometerem infrações, quantidade e a seleção das zonas do estabelecimento prisional onde estas são cometidas. Devido à natureza sensível desta questão, deixá-la-emos para o fim, antes da subcategoria relativa às alterações. Assim, tentarei estabelecer uma relação de confiança com o entrevistado ao longo da entrevista, para que o recluso se sinta seguro para abordar este tema. Será deixado totalmente claro ao recluso o facto de que, se ele não quiser responder a esta questão, não terá nenhuma obrigação de o fazer.</p>
	<p>Alterações</p>	<p>16. Segundo aquilo que foi referido até agora (pequeno resumo), que alterações considera que deveriam ser feitas? Porquê?</p>

Anexo V. Exemplo do quadro criado para a análise das entrevistas (Codificação).

Temas (4)	Categorias (12)	Subcategorias (46)	Segmentos Textuais
O Simbolismo da Prisão	<p>Percepção: A Prisão como um Mecanismo de Desumanização</p> <p>(Com esta categoria pretende-se reunir informação inerente à percepção dos reclusos face à prisão em geral. A informação que será aqui integrada não abarca espaços ou compartimentos específicos, mas sim a prisão no seu todo).</p>	O “Peso” do Espaço Prisional	
Arquitetura e Design	<p>Celas/Camaratas</p> <p>(Esta categoria abarca informação relativa às características arquitetónicas e de design das celas/camaratas, bem como a influência destas características para os reclusos. Inclui ainda a percepção dos reclusos relativamente à habitação individual vs. partilhada e sugestões</p>	<p>Habitação Individual</p> <p>Habitação Partilhada</p> <p>Descrição</p> <p>Características Positivas</p> <p>Alterações</p> <p>Influências</p> <p>Sugestões</p>	

	para a melhoria das condições existentes).		
	<p style="text-align: center;">Localização</p> (Inclui segmentos com informação relacionada à percepção dos reclusos quanto à localização das prisões (em comunidade ou isoladas da mesma, em zonas rodeadas de natureza), bem como os pontos positivos e negativos que os reclusos atribuem a cada opção).	Inserida na Comunidade	
		Isolada na Natureza	
		Mix entre a Comunidade e a Natureza	
		Descrição das Janelas	
		Influência da Visibilidade nos Reclusos	
		O que gostariam de ver	
	<p style="text-align: center;">Som</p> (Dentro deste ponto, aquilo que se pretende recolher é informação sobre os sons que os reclusos ouvem, tanto dentro como fora do EP, e quais as influências que os próprios consideram que sofrem advindas desses mesmos sons).	Exterior	
		Interior	
		Influência	
	<p style="text-align: center;">Tamanho</p>	Percepção do Espaço	

	(A informação inerente a este ponto baseia-se na perceção e sentimentos dos reclusos em relação ao tamanho e espaço dos EPs, bem como a forma como consideram que este elemento é capaz de os influenciar).		
	Corredores (Para ser possível movimentarem-se na prisão, todos os dias, os reclusos têm de percorrer corredores. Em consequência, neste ponto recolher-se-á informação sobre as características desses mesmos corredores e de que forma as diferentes poderão surtir efeitos nos reclusos).	Descrição	
		Influência nos Reclusos	
	Espaços Identificados pela Amostra (Incluirá segmentos com informação sobre a arquitetura e design que os entrevistados mencionaram espontaneamente).	Pátio	
		Biblioteca	
		Salas não concretas ou cuja função não é especificada	
Adaptação à Prisão	Interação Reclusos-Reclusos	Espaço da Interação	

	(Pretende-se recolher informação sobre as relações que os reclusos mantêm entre si, bem como a possibilidade de a arquitetura e o design assumirem um papel no âmbito dessas mesmas relações).	Tipo de Interação		
		Influência do Espaço na Interação		
	Interação Reclusos-Guardas (Pretende-se recolher informação sobre as relações que os reclusos mantêm com os guardas, bem como a possibilidade de a arquitetura e o design assumirem um papel nessas mesmas relações).	Espaço da Interação		
		Tipo de Interação		
		Influência do Espaço na Interação		
	Infrações Reclusos (Será abordada informação sobre a influência que as características arquitetónicas e de design poderão ter no cometimento de infrações pelos reclusos (tipo e prevalência).	Influência da Arquitetura e Design no Cometimento de Infrações		
		Influência da Arquitetura e Design no Tipo de Infrações		
	Sugestões	Arquitetura e Design	Natureza	

	(Visa abordar informação relacionada com sugestões propostas pelos reclusos, dentro das questões da arquitetura e design).	Cor	
		Comodidades	
		Sala de Visitas	
		Lotação das celas/camaratas	
		Estrutura do Edifício	
		Luz Natural	
	Problemáticas Externas à Temática sob Investigação (Visa abordar informação relacionada com sugestões propostas pelos reclusos, que não se inclua dentro das questões da arquitetura e design).	Atividades Ocupacionais	
		Limpeza	
		Alimentação	
		Reinserção	
		Retirada da Identidade da Pessoa Humana	
		Telemóveis	
		Visitas	
		Apoio Psicológico	